

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ –
CAMPUS PARNAÍBA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

GUILHERME ANDRADE LOPES

PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA: subsídios para o planejamento
da atuação docente em suas atividades práticas no Ensino Básico, Técnico e
Tecnológico do Instituto Federal do Maranhão - Campus Caxias

PARNAÍBA-PI

2023

GUILHERME ANDRADE LOPES

PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA: subsídios para o planejamento da atuação docente em suas atividades práticas no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Maranhão - Campus Caxias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus Parnaíba* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho

PARNAÍBA-PI

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Lopes, Guilherme Andrade

L864p Procedimentos de contratação pública: subsídios para o planejamento da atuação docente em suas atividades práticas no ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Maranhão – Campus Caxias / Guilherme Andrade Lopes. — 2023.

125 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Piauí, Campus Parnaíba, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho.

1.Licitação. 2.Compras públicas. 3.Educação profissional e tecnológica.
I.Título.

CDD – 378.013

GUILHERME ANDRADE LOPES

PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA: subsídios para o planejamento da atuação docente em suas atividades práticas no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Maranhão - Campus Caxias

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus Parnaíba* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovada em 31 de março de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

 Documento assinado digitalmente
JEFERSON LUIS MARINHO DE CARVALHO
Data: 27/04/2023 10:41:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho
Instituto Federal do Piauí (IFPI)
Orientador

 Documento assinado digitalmente
ELENICE MONTE ALVARENGA
Data: 28/04/2023 09:27:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Elenice Monte Alvarenga
(Membro interno ao programa)

 Documento assinado digitalmente
WALDIRENE PEREIRA ARAÚJO
Data: 28/04/2023 13:05:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Waldirene Pereira Araújo
(Membro externo ao programa)

GUILHERME ANDRADE LOPES

GUIA DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS DO IFMA CAMPUS CAXIAS

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Parnaíba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado e validado em 31 de março de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
JEFERSON LUIS MARINHO DE CARVALHO
Data: 27/04/2023 10:38:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho
Instituto Federal do Piauí (IFPI)
Orientador



Documento assinado digitalmente
ELENICE MONTE ALVARENGA
Data: 28/04/2023 09:27:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Elenice Monte Alvarenga
(Membro interno ao programa)



Documento assinado digitalmente
WALDIRENE PEREIRA ARAÚJO
Data: 28/04/2023 13:08:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Waldirene Pereira Araújo
(Membro externo ao programa)

Dedico aos meus pais José Antônio do Nascimento Lopes e Gardênia Maria Andrade Lopes por acreditarem e investirem suas vidas no meu amadurecimento enquanto ser humano ético, não medindo esforços para que eu pudesse alcançar meus objetivos por meio da educação.

AGRADECIMENTOS

O resultado alcançado com esta pesquisa não teria sido atingido sem que algumas pessoas tivessem colaborado de forma direta e indireta.

Em primeiro lugar, não posso deixar de, na intimidade profunda da minha fé, agradecer a Deus, por ser presente no meu caminho e determinar os momentos certos para minha vida, e que principalmente nas maiores dificuldades me fez perseverante para nunca abandonar o ser e fazer o bem. Também agradeço aos anjos colocados em minha vida: minha família, que me acolheram independente do meu jeito de ser, meus pais Lopes e Gardênia, que me ensinaram a valorizar os estudos, meus irmãos, sobrinho e sobrinhas, agregados, e meu maior presente de amor Thayná Marry. Obrigado pela compreensão ante as ausências e devaneios. Não seria possível enfrentar essa jornada se não fosse o amor de vocês.

Aos meus colegas de mestrado, que dividiram as angústias e as alegrias no processo de construir uma pesquisa, transformando o caminho menos cansativo.

Sou grato ao Instituto Federal do Piauí, *Campus Parnaíba*, aos professores do Programa PROFEPT que foram fundamentais para o meu desenvolvimento profissional, mas principalmente meu desenvolvimento pessoal, em especial na pessoa do meu orientador Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho, sempre muito preciso em suas colocações e de uma gentileza incomparável, certamente teve um papel fundamental na minha formação acadêmica e no meu desejo da pesquisa, este que há tempos estava engavetada. Obrigado pelas orientações, discussões, mas especialmente pelas palavras de incentivo e confiança depositadas. Seu engajamento na coordenação do programa do mestrado, dedicação e conhecimento compreendem qualidades que o fazem um professor e ser humano diferenciado.

Agradecer ainda aos demais integrantes da banca, às professoras Doutoras: Elenice Monte Alvarenga e Waldirene Pereira Araújo, que se fizeram presente desde a primeira etapa da pesquisa, obrigado pelos ensinamentos, pela disponibilidade, colaboração e pelo comprometimento com a educação.

“Saber não é suficiente; devemos aplicar. Estar disposto não é o suficiente, devemos fazer”. (Leonardo da Vinci)

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada no âmbito do Programa de Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – *Campus Parnaíba*, na Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no macroprojeto ligado a Organização de espaços pedagógicos da EPT, e aborda questões relacionadas ao planejamento nos espaços pedagógicos da gestão da EPT. A temática da pesquisa considerou a experiência profissional desse pesquisador em setores administrativos no ambiente de trabalho em órgão federal, tendo-se a percepção de que é comum no âmbito da Administração Pública surgirem dificuldades nos processos de contratação de insumos e serviços para apoio das atividades fins da organização. Teve como objetivo descrever os conhecimentos necessários que auxiliem no planejamento do professor EBTT para utilização dos instrumentos e ferramentas essenciais para aquisição dos materiais e serviços durante as atividades realizadas nas disciplinas práticas na perspectiva do ensino e, a partir disso, criou-se um produto educacional proposto na forma de um documento estratégico de gestão que torne mais eficiente os procedimentos das aquisições. Trata-se de pesquisa aplicada com objetivos explicativos e exploratórios e tem uma abordagem qualitativa utilizando procedimentos bibliográficos e documentais, sendo ainda realizado um levantamento de dados. Ainda, para interligar os dados das análises, foram aplicados questionários com os professores, coordenadores de cursos, servidores ligados à licitação e diretores. Seu desenvolvimento foi organizado em etapas que envolveram diagnósticos quanto à prática do ensino, às rotinas de compras, a pesquisa sobre os processos de compras da instituição, os aspectos da execução orçamentária e, após a constatação das análises dos instrumentos da pesquisa, a elaboração de um *ebook* intitulado: Guia de Planejamento de Compras do IFMA Campus Caxias, cujo resultado foi no desenvolvimento e capacitação dos servidores em termos de conhecimento, habilidade, atitude e interesse sobre as demandas, os processos de compras e contratações, bem como a integração dos servidores envolvidos, principalmente no planejamento dos processos de aquisições, aumentando o comprometimento com os objetivos do instituto quanto aos princípios que regem a Administração Pública, possibilitando que o professor EBTT possa ter

em tempo hábil as ferramentas necessárias para o desenvolvimento nas atividades práticas das suas disciplinas.

Palavras-chave: ProfEPT; planejamento; licitação; compras públicas; práxis.

ABSTRACT

This research was carried out within the scope of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (ProfEPT), of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Piauí (IFPI) – Campus Parnaíba, in the Research Line: Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT), in the macroproject linked to the Organization of pedagogical spaces of EPT, and addresses issues related to planning in the pedagogical spaces of EPT management. The theme of the research considered the professional experience of this researcher in administrative sectors in the work environment in a federal agency, having the perception that it is common in the scope of Public Administration to arise difficulties in the processes of contracting inputs and services to support the activities purposes of the organization. It aimed to describe the necessary knowledge that assists in the planning of the EBTT teacher for the use of the instruments and tools essential for the acquisition of materials and services during the activities carried out in the practical disciplines in the perspective of teaching and, from this, a proposed educational product was created in the form of a strategic management document that makes the procurement procedures more efficient. It is an applied research with explanatory and exploratory objectives and has a qualitative approach using bibliographic and documentary procedures, and a data survey is also carried out. Also, to interconnect the data of the analyses, questionnaires were applied with the teachers, course coordinators, servers linked to the bidding process and directors. Its development was organized in stages that involved diagnoses regarding the practice of teaching, purchasing routines, research on the institution's purchasing processes, aspects of budget execution and, after verifying the analysis of the research instruments, the elaboration of an ebook entitled: Purchasing Planning Guide of IFMA Campus Caxias, whose result was in the development and training of the servers in terms of knowledge, skill, attitude and interest in the demands, the purchasing and contracting processes, as well as the integration of the servers involved, mainly in the planning of the procurement processes, increasing the commitment to the objectives of the institute as to the principles that govern the Public Administration, enabling the EBTT teacher to have in a timely manner the necessary tools for the development in the practical activities of their disciplines.

Keywords: ProfEPT; planning; bidding; public purchases; praxis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Maranhão com indicação da cidade de Caxias	25
Figura 2 - Distribuição das unidades do IFMA no Maranhão	26
Figura 3 - Visão hall de entrada do Campus Caxias	28
Figura 4 - Organograma do IFMA Campus Caxias	29
Figura 5 - Etapas da pesquisa.....	57
Figura 6 - Capa do Produto Educacional.....	77
Figura 7 - Sumário do Produto Educacional.....	78
Figura 8 - Capítulo 2 do Produto Educacional	79
Figura 9 – Parte integrante do Produto Educacional	80
Figura 10 - Subcapítulo 2.7 do Produto Educacional	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Total de servidores efetivos por carreira no Campus Caxias em 2010. .27	
Quadro 2 - Total geral de servidores do Campus Caxias em 2022.30	
Quadro 3 - Normas que tratam da matéria de licitações vigentes42	
Quadro 4 - Caminho Metodológico da Pesquisa56	
Quadro 5 - Processos de compras do IFMA Campus Caxias por modalidade.....60	
Quadro 6 - Checklist da Pesquisa66	
Quadro 7 - Roteiro de elaboração do Produto Educacional.73	
Quadro 8 - Questionário de avaliação do produto educacional.....75	
Quadro 9 - Disciplinas dos Docentes do Campus Caxias.85	
Quadro 10 - Estratégias, diante da insuficiência ou falta de materiais ou serviços ..97	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Histórico do Orçamento de custeio e capital do Campus Caxias	22
Tabela 2 - Demandas de compras do Campus Caxias.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de processos de compras do IFMA Campus Caxias por ano.	60
Gráfico 2 - Você acredita que a existência de algum documento com orientações contendo as normas e procedimentos sobre o planejamento de compras facilitaria no atendimento das demandas de aquisição dos materiais e equipamentos para ministrar as aulas práticas?	71
Gráfico 3 - Tipo de graduação.....	84
Gráfico 4 - Formação acadêmica.	84
Gráfico 5 - Disciplinas atualmente ministradas conforme a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso.	86
Gráfico 6 - Disciplinas atualmente ministradas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio conforme a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso.	86
Gráfico 7 - Tempo de trabalho no Instituto Federal do Maranhão Campus Caxias..	87
Gráfico 8 - Experiência em outros órgãos públicos.....	87
Gráfico 9 - A falta de material ou serviço de apoio contribui negativamente na formação dos discentes e uma possível preparação inadequada para inserção destes no mundo de trabalho?	92
Gráfico 10 - Necessidade na utilização de materiais ou equipamentos.	94
Gráfico 11 - Dificuldade de ministrar disciplinas por falta de material ou serviço.	96
Gráfico 12 - Tipo de material(is) que sentiu falta nas disciplinas.....	96
Gráfico 13 - Insuficiência ou falta de material ou de serviços é resultante da falta de planejamento integrado na programação das atividades acadêmicas anuais?	98
Gráfico 14 - Já exerceu algum cargo de gestão no Campus Caxias?.....	99
Gráfico 15 - Já fez algum curso, treinamento de planejamento de compras?.....	100
Gráfico 16 - Grau de conhecimento dos instrumentos da licitação.	100
Gráfico 17 - Nível de conhecimento sobre as legislações que tratam de licitação.	101
Gráfico 18 - Participação de formação voltada a licitação.....	101
Gráfico 19 - Frequência de atualização sobre planejamento de compras.....	102
Gráfico 20 - Designado para compor de Equipe de Planejamento.....	107
Gráfico 21 – Grau de conhecimento dos processos e fluxos.	108
Gráfico 22 – Realização de pedidos de compra.....	109
Gráfico 23 - Necessidade de materiais e equipamentos.	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONDIR	Conselho Diretor
CNE	Conselho Nacional de Educação
DRCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETP	Estudo Técnico Preliminar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFs	Institutos Federais
IFMA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
LGDP	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MEC	Ministério da Educação
PCA	Plano de Contratações Anual
PGC	Planejamento e Gerenciamento de Contratações
ProfEPT	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TR	Termo de Referência

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA EPT	18
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.3	OBJETIVOS	21
1.3.1	Objetivo geral	21
1.3.2	Objetivos específicos.....	21
1.4	JUSTIFICATIVA.....	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1	O INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO: <i>CAMPUS CAXIAS</i>	25
2.2	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO.....	31
2.3	EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: FORMAÇÃO OMNILATERAL	37
2.4	PLANEJAMENTO, COMPRAS E CONTRATAÇÃO	40
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	51
3.2	LOCAL DA PESQUISA.....	54
3.3	INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	55
3.4	ETAPAS DA PESQUISA	57
3.4.1	Pesquisa bibliográfica.....	58
3.4.2	Pesquisa documental	59
3.4.3	Coleta de dados.....	61
3.4.4	Interpretação e análise das informações	64
3.5	PARTICIPANTES DA PESQUISA	67
3.5.1	Descrição dos participantes.....	67
3.5.2	Critérios de inclusão e exclusão	68
3.6	CRITÉRIOS ÉTICOS.....	69
4	PRODUTO EDUCACIONAL	71
4.1	APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	75
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	83

5.1.1	IFMA <i>Campus</i> Caxias: relação entre trabalho docente e EPT	83
5.1.2	Importância da práxis no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	91
5.1.3	Conhecimento do planejamento de compras públicas como ferramenta eficaz de gestão	98
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
6.1	RECOMENDAÇÕES PARA PERSPECTIVAS FUTURAS	113
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	122
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DESTINADO AO PROFESSOR EBTT.....	129
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	135
	APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DO PRODUTO EDUCACIONAL GUIA DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS DO IFMA CAMPUS CAXIAS	137

1 INTRODUÇÃO

O planejamento é uma das atribuições mais importantes e sensíveis na atividade humana, seja ela pública ou privada. Na prática docente, quando o planejamento é inadequado, pode acarretar falhas na execução das atividades e truncamento na disseminação do conhecimento, dificultando uma formação discente de qualidade, notadamente quando há relação entre teoria e prática que envolva a EPT, em que é necessário articular o conteúdo intelectual com a execução manual.

Dessa forma, o estudo foi desenvolvido na perspectiva de contribuir com a melhoria dos processos educativos e com o desenvolvimento do ensino na EPT, notadamente no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), *Campus Caxias*, abordando a apropriação do conhecimento acerca do planejamento do Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) na aquisição dos materiais e contratação de serviços para a realização das suas atividades práticas ou experimentais, nos espaços de sala de aula e também fora dela, para os fins específicos de alcançar com seus métodos da práxis a construção da aprendizagem dos conteúdos, na relação dialética com o discente corroborando para este, o seu desenvolvimento humano, cultural e social.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA EPT

Para favorecer a educação omnilateral e politécnica na formação básica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nas formas integrada, concomitante e subsequente nos Institutos Federais, procedeu-se a divisão pedagógica dos componentes curriculares entre disciplinas do núcleo básico ou comum e técnicas ou específicas, estas mais direcionadas aos cursos técnicos, inserindo a atividade da práxis na formação discente, a partir da relação entre teoria e prática.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) interpretamos, valendo-nos da hermenêutica para compreensão, que o componente curricular é a disciplina acadêmica que compõe o currículo de algum curso de um determinado nível de ensino, sendo obrigatória sua inclusão com a carga horária mínima, a fim de que o curso tenha padrões de qualidade, como a “variedade e quantidade [...], por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996).

No Brasil, consoante Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 11, de 30 de junho de 2009 (MEC, 2009) o componente curricular pode ser empregado, sem rigor conceitual, em termos como: disciplina, estudo, conhecimento, ensino, matéria, conteúdo curricular. Assim, para se aprimorar a eficiência na qualidade do ensino das aulas técnicas, buscando articulação entre teoria e prática no contexto do ambiente escolar e no curso de formação, com objetivo de aprender a utilização do conhecimento adquirido, é necessário que o docente possua ferramentas, materiais e serviços de suporte adequados às condições mínimas de funcionamento para um bom desempenho educacional, estabelecendo-se necessárias no exercício das atividades que tragam uma relação dialética entre teoria e prática nas suas disciplinas.

Como assentado por Melo (2010), diante da complexidade do trabalho docente, e no contexto desta pesquisa, para as disciplinas específicas da EPT, com suas aulas práticas. Considerando ainda, as disciplinas da base comum, nas quais os professores necessitam de materiais ou serviços adequados, bem como de espaços diversificados que vão além de salas de aula, a exemplo de laboratórios, oficinas ou outros ambientes externos do campo profissional, apresentam-se novas exigências ao trabalho dos professores.

Por se tratar de umas das atividades de ensino, que compõem a natureza multitarefa do professor EBTT. tais como o estudo, a preparação de aulas, elaboração de material didático e roteiros de aulas; elaboração e correção de instrumentos de avaliação; elaboração e programação de experimentos didáticos, o planejamento, considerado uma etapa preparatória em que ocorrem os principais procedimentos a serem realizados, é atividade fundamental e indispensável para se lograr êxito no desenvolvimento educacional. Sendo o professor, principal responsável demandante das aquisições e aquele quem entende das ferramentas de trabalho, torna-se necessária sua participação nos processos de compras, mormente na sua fase interna de planejamento, em que são elaborados os artefatos procedimentais e jurídicos, tais como Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR), documentos, que são instrumentos fundamentais para a composição da licitação ou mesmo para a contratação direta sem licitação, integrando a fase de planejamento das contratações públicas, objetivando demonstrar a real necessidade da contratação.

Com essas reflexões iniciais, buscou-se informações mais aprofundadas dos procedimentos que envolvem o planejamento docente para as compras públicas.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Chizzotti (2018, p. 16) “a determinação de um problema a ser pesquisado pode originar-se, pois, da observação direta e da reflexão sobre fatos observáveis, de leituras e de análises pessoais, de fontes documentais orais ou escritas”. De acordo com este entendimento demonstrado, buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: quais conhecimentos necessários para o planejamento de compras e contratações que contribuem no atendimento das demandas de materiais de apoio e serviços de suporte como instrumentos estratégicos para as aulas práticas dos professores da EBTT?

Por oportuno, como pressupostos esperados e posteriormente confirmados, é de que uma ausência ou insuficiência de materiais de apoio ou de serviços de suporte adequados provocam dificuldades na articulação e integração entre o conhecimento teórico, propedêutico, e o conhecimento técnico, prático, gerando maiores custos para formação dos discentes e uma possível preparação incompleta para inserção destes no mundo de trabalho.

Ainda, carência de material ou de serviço é resultante da falta de um planejamento integrado na programação das atividades acadêmicas anuais entre as coordenações dos cursos e os docentes demandantes das disciplinas específicas. Essa questão está presente no contexto dos Institutos Federais, demonstrando a complexidade no planejamento e gerenciamento anual da contratação pública que requer do professor, além de dar aulas e de desempenhar funções de manutenção do ensino, possuir conhecimentos, competências e habilidades variadas, considerando o aspecto administrativo e orçamentário da instituição e as constantes mudanças na legislação, bem como requer a capacitação dos atores envolvidos que estão inseridos no processo de compras e contratações.

A formação docente com foco em inovação na gestão de compras públicas, no que tange ao entendimento dos procedimentos do planejamento, das demandas da contratação, torna-se uma exigência pela dinâmica de um modelo gerencial vigente, que valoriza atuações coletivas e a transparência pública, sobretudo na educação dos Institutos Federais para atingimento das metas institucionais, demandando do professor conhecimentos e atitudes diversificadas para fins de busca na prestação de serviços que se aproximam dos interesses sociais, incentivando o combate às práticas que se distanciam de um desempenho efetivo. As competências necessárias, os

conhecimentos que esse docente deve possuir e as habilidades que devem ser desenvolvidas, bem como a forma de atuação desse servidor são fatores a serem estabelecidos como metas de governança institucional a partir do interesse público e da condução estratégica de uma administração participativa e transparente.

Apresentam-se a seguir os objetivos e a metodologia específica utilizada, bem como a apresentação dos motivos para a realização desta pesquisa dentro do contexto atual, buscando o desenvolvimento de um Produto Educacional que possa intervir na perspectiva de contribuir na realidade em estudo.

1.3 OBJETIVOS

Para responder à questão da pesquisa descrita, este trabalho teve os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo geral

Objetiva-se descrever os conhecimentos necessários para o planejamento do professor EBTT nas compras e contratações no IFMA *Campus* Caxias, utilizando-se dos instrumentos e ferramentas essenciais para aquisição dos materiais e serviços que auxiliem nas atividades das suas disciplinas (aulas) práticas.

1.3.2 Objetivos específicos

Neste sentido, os objetivos específicos resumem-se a:

- a) apresentar os arcabouços legais para que os docentes possam exercer o planejamento de compras e contratações;
- b) identificar os fatores determinantes para um planejamento na formalização das demandas de compras que colaborem no desenvolvimento das aulas práticas;
- c) apontar os instrumentos necessários à instrução processual para a realização das etapas do planejamento de compras e contratações;
- d) elaborar um guia em formato de *e-book* como ferramenta estratégica de gestão, com orientações contendo as normas e procedimentos que otimizem e reduzam o percurso do planejamento de compras junto às instâncias administrativas.

1.4 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa resulta da experiência profissional deste pesquisador, que remonta ao ano de 2013 quando na ocupação do cargo de provimento comissionado na Diretoria de Planejamento e Gestão (DPG), atualmente denominada Diretoria de Administração e Planejamento (DAP), vinculada às atividades administrativas junto ao IFMA *Campus* Caxias. Percebendo a dificuldade no planejamento das demandas e pedidos de materiais e serviços e em relação aos procedimentos para realização das compras e contratações, observando a tramitação sem padronização nos procedimentos e ainda, morosidade nos encaminhamentos dos processos, notadamente aqueles originados de setores vinculados ao ensino, cujo este manuscrito permitiu aprofundar e analisar.

Este trabalho é justificado por três principais aspectos. Primeiro, identifica-se a relevância social do estudo para a educação profissional e tecnológica considerando o atendimento da atividade-fim da instituição de ensino, visando a busca na melhoria do desempenho de suas atribuições específicas, cuja missão é: “promover educação profissional, científica e tecnológica comprometida com a formação cidadã para o desenvolvimento sustentável” (IFMA, 2019, p. 20), buscando constantemente a formação de excelência.

Segundo, torna-se cientificamente apropriado à finalidade a que se destina, com vista a organizar e dinamizar as rotinas de trabalho, buscando o aumento da eficácia e eficiência nos processos de aquisição e contratação, considerando a constante redução orçamentária no âmbito da educação nos últimos anos, que gerou um impacto significativo no IFMA *Campus* Caxias conforme demonstra a Tabela 1:

Tabela 1 - Histórico do Orçamento de custeio e capital do *Campus* Caxias¹
(continua)

Ano	Orçamento Custeio/Capital
2011	R\$ 1.299.923,02
2012	R\$ 2.301.658,07

¹ Recursos de capital, conhecidos como investimento, [...] aplicados no patrimônio, tais como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes, que são incorporados à [instituição] [...]. Recursos de custeio (correntes) são aqueles aplicados nas despesas com contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens, bolsas e benefícios aos estudantes (UFBA, 2022).

Tabela 1 - Histórico do Orçamento de custeio e capital do Campus Caxias (Conclusão)

2013	R\$ 2.242.567,00
2014	R\$ 3.265.689,59
2015	R\$ 2.965.288,10
2016	R\$ 2.772.983,85
2017	R\$ 3.056.346,12
2018	R\$ 2.984.947,04
2019	R\$ 3.578.276,05
2020	R\$ 2.679.746,43
2021	R\$ 2.489.025,72
2022	R\$ 2.364.786,99

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do SIAFI, 2023

Observa-se que, com exceção dos anos de 2012, 2014, 2017 e 2019 o orçamento anual do IFMA *Campus* Caxias reduzindo consideravelmente, sendo que destes anos citados somente 2014, 2017 e 2019 tiveram aumento no orçamento acima da média dos últimos dez anos. O aumento constante de demanda pelo serviço público de educação, somado à dificuldade orçamentária e de pessoal, torna o desenvolvimento das atividades cada vez mais desafiadoras.

Por fim, no terceiro aspecto, se viabiliza a pesquisa para a comunidade científica e acadêmica diante das constantes e recentes mudanças na legislação que trata dos procedimentos e processos de contratações públicas, acarretando o contínuo desenvolvimento e capacitação aligeirada dos servidores que atuam na área de planejamento, compras e contratação. Há muito ainda que avançar com relação à assimilação do planejamento de compras.

Indo ao encontro das necessidades inerentes a este campo do conhecimento, esta pesquisa assegurou a utilização de uma ferramenta norteadora para a gestão, tendo como pretensão o bom desempenho das atividades educativas com a utilização dos materiais de apoio e serviços auxiliares, buscando primordialmente a práxis, qualificando continuamente os atores do processo, quais sejam, servidores docentes do IFMA *Campus* Caxias, além de terceiros, que se utilizem destas ferramentas no desenvolvimento das atividades institucionais do *campus*, sejam educacionais, de pesquisa, de extensão ou administrativas. No direcionamento desses vetores formativos, é perceptível a intenção da pesquisa na perspectiva da integração

curricular entre o Ensino Médio e a Educação Profissional com abordagem para a relação trabalho e educação, buscando nessa proposta a integração entre o conhecimento da formação propedêutica ao conhecimento específico da formação profissional em uma unidade curricular.

Nesse contexto, a presente pesquisa aborda no IFMA *Campus Caxias* a eficácia na aplicação do planejamento das atividades institucionais no campo das disciplinas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, voltadas especialmente às do eixo específico, que auxiliem o professor EBTT na aquisição dos materiais e serviços, proporcionando o apoio para as atividades realizadas nas suas disciplinas (aulas) práticas. A capacitação dos servidores que compõem a gestão, dos docentes e demais servidores que atuam na área de compras, na perspectiva da legislação brasileira, devem ser considerada fator decisivo para a efetividade e segurança jurídica nas aquisições e contratações, revelando-se assim a relevância da pesquisa. Assim, o presente estudo pretendeu colaborar ao investigar essa temática, avaliando as dimensões e relações da prática docente com o processo de aquisições e contratações, apresentando uma proposta de Produto Educacional com o objetivo de melhorar a prática docente, evitando perdas de tempo e recursos, contribuindo para a gestão em seus planejamentos de compras.

Pois bem, esta dissertação está organizada em seis capítulos. Além desta introdução, o primeiro e segundo capítulos discutirão aspectos teóricos no contexto do IFMA *Campus Caxias* (*lócus* da pesquisa), sua relação com a EPT e a formação omnilateral, abordando o entrelaçamento entre teoria e prática no desenvolvimento da formação discente na perspectiva da transformação social. Em seguida, será discutida a relação do planejamento das compras públicas com a atuação da prática docente, apresentando os arcabouços legais e as características das contratações que envolvem a Administração Pública, levando em consideração as bases conceituais da EPT.

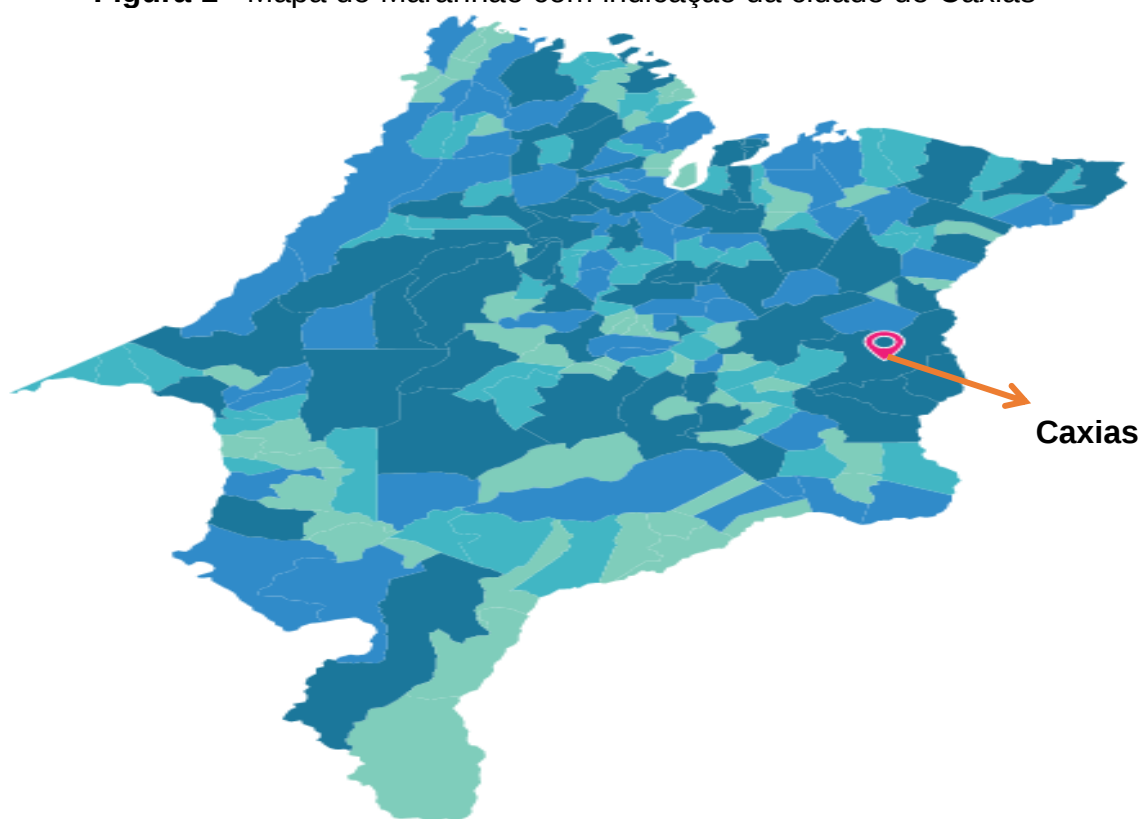
Em sequência, após esta contextualização, serão apresentados os caminhos metodológicos utilizados, situando o leitor acerca dos resultados das análises coletadas, demonstrando as dificuldades e problemas encontrados no planejamento e o percurso de construção do Produto Educacional, um Guia, com vistas a auxiliar o docente e os gestores em suas práticas cotidianas no aspecto do planejamento de compras. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, tendo por escopo contribuir na melhoria da fase interna dentro da contratação pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO: *CAMPUS CAXIAS*

Localizado na Região Leste do Estado do Maranhão, o Município de Caxias situa-se a 360 km da Capital São Luis, como ilustrado na Figura 1, sendo a quinta mais populosa cidade do Estado, com uma população de 166.159 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

Figura 1 - Mapa do Maranhão com indicação da cidade de Caxias



Fonte: IBGE. 2022²

A criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica instituiu-se pela Lei nº 11.892/2018 (BRASIL, 2018) com a constituição dos Institutos Federais, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, bem como das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e posteriormente do Colégio Pedro II.

² http://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_municipais/colecao_de_mapas_municipais/

Por meio do plano de expansão dos Institutos o IFMA se constituiu a partir da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão (CEFET-MA) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, São Luís e São Raimundo das Mangabeiras. Assim, o *Campus Caxias*, que integra a fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, teve sua autorização de funcionamento em 21 de setembro de 2010, por meio da Portaria nº 1.170, de 21 de setembro de 2010 (MEC, 2010)³, fazendo parte de um dos 29 pontos de presença do IFMA no Estado do Maranhão, sendo composto por 1 (uma) Reitoria, 26 (vinte e seis) *campi* e 3 (três) *campi* avançados (IFMA, 2022), distribuídos conforme Figura 2.

Figura 2 - Distribuição das unidades do IFMA no Maranhão



Fonte: Portal do IFMA, 2022⁴

³ Publicada no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2020, seção 1, página 16.

⁴ <https://portal.ifma.edu.br/instituto/campi/>

O *Campus* Caxias conforme definido em seu Regimento Interno Geral foi aprovado pela Resolução nº 124 de 10 de dezembro de 2018 (IFMA, 2018, p. 111). Na época da sua implantação contava em seu quadro efetivo de servidores, com apenas 14 (quatorze) docentes e 13 (treze) Técnicos Administrativos em Educação, de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 - Total de servidores efetivos por carreira no Campus Caxias em 2010.

Denominação do Cargo	Nível	Quantidade
Administrador	Superior	1
Assistente de Alunos	Fundamental	2
Assistente em Administração	Médio	2
Contador	Superior	1
Engenheiro Agrônomo	Superior	1
Pedagogo	Superior	1
Técnico de Laboratório/Agropecuária	Médio/Técnico	1
Técnico em Agropecuária	Médio/Técnico	1
Técnico em Assuntos Educacionais	Superior	1
Técnico em Enfermagem	Médio/Técnico	1
Técnico em Tecnologia da Informação	Médio/Técnico	1
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Superior	14

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas portarias de nomeações e remoções, 2022

O provimento das vagas iniciais para o desempenho das atividades do ensino, da pesquisa e da extensão teve a área/formação do seu quadro docente distribuída da seguinte forma: Administração e Cooperativismo (1), Biologia/Meio Ambiente (2), Biologia/Melhoramento Genético Vegetal (1), Educação (1), Educação Física (1), Filosofia da Educação (1), Geografia (1), Gestão Agropecuária (1), História (1), Língua Portuguesa e Língua Estrangeira/Inglês (1), Matemática/Estatística (1), Sociologia (1) e Zootecnia (1).

Insta ressaltar que no início do seu funcionamento a sede do *Campus* não estava concluída e suas atividades iniciaram em um prédio provisório cedido pelo

Município de Caxias, no imóvel da Unidade Escolar Municipal Engenheiro Jadihel Carvalho. A Figura 3 ilustra na sede própria a entrada dos blocos administrativos e de ensino do *Campus*.

Figura 3 - Visão *hall* de entrada do *Campus* Caxias



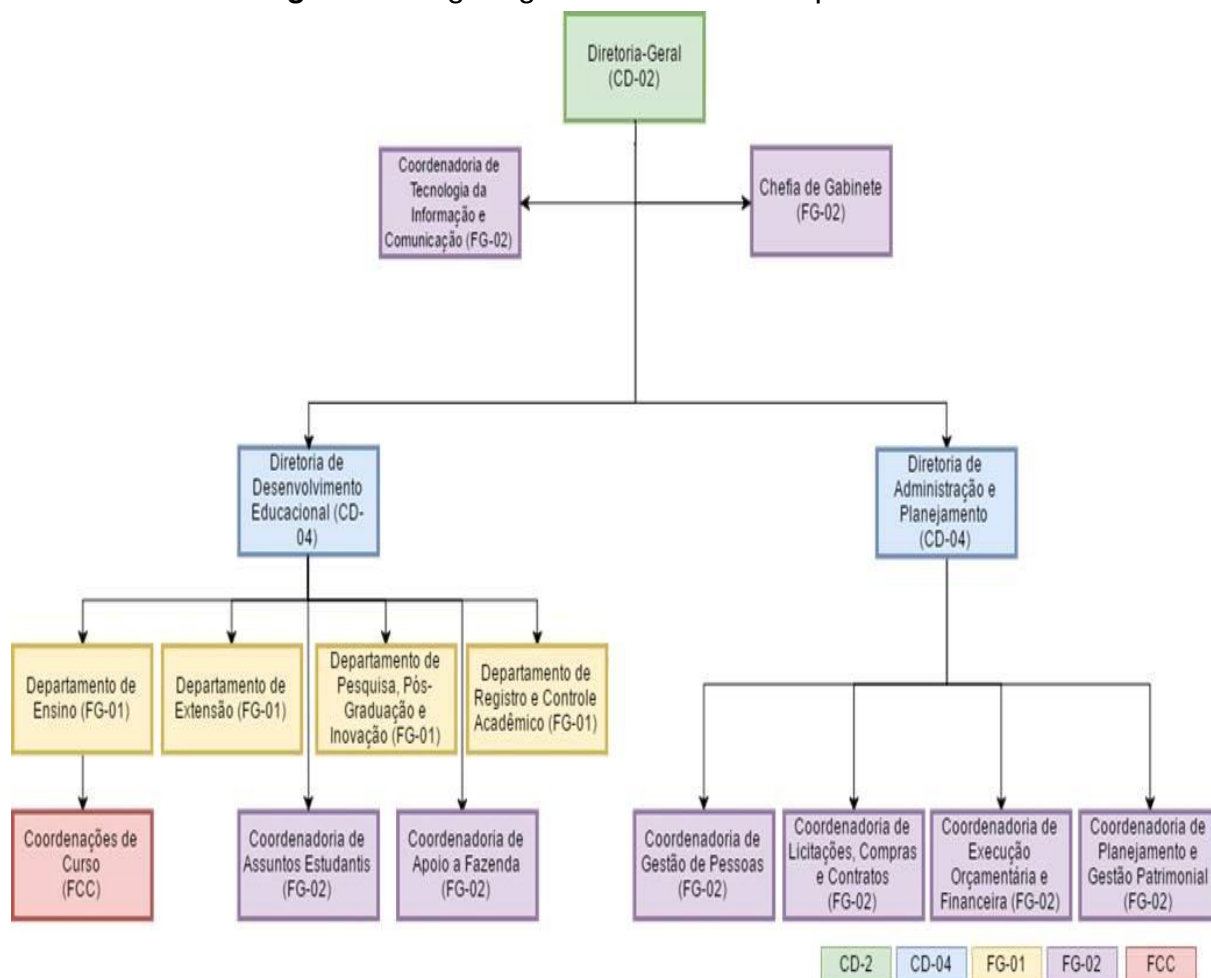
Fonte: Portal do IFMA, 2022⁵

Tem sua estrutura organizacional composta por uma Diretoria Geral e duas Diretorias, uma voltada à administração e planejamento, na qual este pesquisador encontra-se lotado, e outra ligada ao desenvolvimento educacional, sendo estes dois órgãos executivos que visam, dentre outras atribuições, administrar, planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a execução das atividades nas unidades que integram a estrutura organizacional do *Campus*.

⁵ <https://caxias.ifma.edu.br/localizacao/>

Cada Diretoria possui suas unidades subordinadas específicas, o que pode ser observado na Figura 4:

Figura 4 - Organograma do IFMA Campus Caxias



Fonte: Portal do IFMA, 2022⁶

Ao Departamento de Ensino ficam subordinadas as Coordenações dos cursos, estando atualmente em funcionamento 7 (sete) cursos superiores e 6 (seis) cursos técnicos.

Dados de 2022, disponíveis na página eletrônica do IFMA, como demonstrado no Quadro 2, informam que o *Campus Caxias* possui 115 servidores efetivos sendo 64 ocupantes do cargo de Professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, 1 servidor ocupante do cargo de Professor do Magistério Superior e 50 ocupantes de cargo de cargo de Técnicos Administrativos em Educação (TAE).

⁶ <https://caxias.ifma.edu.br/localizacao/>

Tem ainda em seu quadro provisório 5 Professores Substitutos, 8 Professores efetivos de outros *campi* cedidos ou removidos por saúde, além de 7 Técnicos Administrativos em Educação cedidos provisoriamente por conveniência da Administração. Em contraponto, encontram-se cedidos para colaboração técnica ou removidos por motivo de saúde à outras unidades de educação 16 servidores efetivos.

Quadro 2 - Total geral de servidores do Campus Caxias em 2022.

Unidade de lotação	Docente	Docente Substituto	TAE
Direção Geral	1	0	4
Diretoria de Desenvolvimento Educacional	67	5	33
Diretoria de Administração e Planejamento	0	0	8
Cedidos a outras unidades	6	0	10

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos institucionais, 2022

No atendimento da sua missão institucional, no que se aplica à inclusão social, o *Campus Caxias* conta com o Departamento de Ações Inclusivas (DAI)⁷, vinculado à Diretoria de Desenvolvimento Educacional (DDE) e que coordena o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)⁸ promovendo diversas ações e políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos discentes com necessidades específicas. Conta ainda com a criação de um espaço de pesquisa e de práticas pedagógicas no desenvolvimento do ensino e extensão, tendo na sua estrutura os núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)⁹ e o de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAPO)¹⁰, fundamentais na discussão das suas respectivas especificidades temáticas.

A demanda para os cursos é assegurada por estudantes do próprio município de Caxias-MA e das cidades vizinhas de Aldeias Altas-MA, São João do Sóter-MA, Senador Alexandre Costa-MA, dentre outras, de modo que há no seu plano de oferta de cursos, presencial e a distância, cursos de graduação: (Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos; Bacharelado em Ciência da Computação; Bacharelado em Zootecnia; Licenciatura em Ciências Biológicas; Licenciatura em Formação Pedagógica para Docentes; Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados (à distância); Licenciatura em Pedagogia (à distância); Licenciatura

⁷ <https://caxias.ifma.edu.br/nucleos-de-inclusao/>

⁸ <https://caxias.ifma.edu.br/nucleos-de-inclusao/necessidades-especificas/>

⁹ <https://caxias.ifma.edu.br/nucleos-de-inclusao/estudos-afro-brasileiros-e-indigenas/>

¹⁰ <https://agroecologiaemrede.org.br/organizacao/nucleo-de-estudos-em-agroecologia-e-producao-organica-neapo-ifma-campus-caxias/>

em Matemática e Licenciatura em Química), cursos de pós-graduação: (Especialização em Diversidade Cultural na Educação e Especialização em Educação e Ensino de Ciências e Doutorado em Educação), este último por meio do projeto de cooperação técnica com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e ainda cursos de formação inicial e continuada (FIC) e qualificação profissional.

O *Campus* Caxias também vem sempre fomentando cursos por meio dos programas via parcerias ministeriais como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa MedioTec, Mulheres Mil, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), o Programa Qualifica Mais Progredir, Programa Qualifica Mais EnergI e Universidade Aberta do Brasil (UAB)¹¹. Já no âmbito da EPT, o *Campus* oferta os cursos técnicos na modalidade integrada ao ensino médio¹²: Administração; Agroindústria; Agropecuária; Cooperativismo; Informática, Química, Meio Ambiente e Vendas. Na modalidade integrada ao ensino médio para Jovens e Adultos: Administração; Agroindústria; Agropecuária; Cooperativismo e Vendas. Já a modalidade subsequente¹³ são ofertados os cursos de: Agronegócios; Agropecuária, Administração e Comércio cuja finalidade é o desenvolvimento educacional (IFMA, 2019, p. 204). Atualmente não há oferta regular na modalidade concomitante¹⁴.

2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO ARTICULADA AO ENSINO MÉDIO

A proposta do direito à educação se encontra expressa no texto da Constituição Federal de 1988, mais conhecida como constituição cidadã, que, em seu arcabouço legal trouxe alguns artigos importantes referentes a educação, dentre eles, no seu artigo 205 reconhece a educação como direito fundamental de todos, compartilhado entre Estado, família e sociedade, determinando que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s.p.).

¹¹ <https://caxias.ifma.edu.br/cursosofertados/>

¹² Visa atender alunos concluintes do ensino fundamental, com matrícula única, na mesma instituição de ensino e no mesmo curso, com currículo integrado.

¹³ A formação técnica é realizada somente após o término do ensino médio regular, com currículo distintos.

¹⁴ A formação técnica é realizada ao mesmo tempo em que cursa o ensino médio regular, em instituição e com currículo distintos

Nesse contexto, vê-se que o direito à educação, previsto na Constituição Federal, não está restrito somente ao acesso às instituições, sejam elas públicas ou privadas. Deve percorrer toda a vida acadêmica dos estudantes dentro ou fora dos espaços formais, ofertando condições para que haja desenvolvimento humano, cultural e social. Ou seja, possibilitando o progresso em todas as potencialidades das dimensões humanas, assim defendem autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012).

Para consolidar a educação como direito de todos e dever da família e do Estado, na perspectiva de uma formação integral do sujeito, compete à União promover e coordenar ações e políticas em âmbito das instituições de todas as unidades federativas, sejam elas federais, estaduais ou municipais, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Uma dessas políticas se evidencia na EPT, que é definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), e dentre as categorias tratadas nas normas, se destaca o estabelecido no parágrafo único, incisos I e II do artigo 61:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)
I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)
II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009) (BRASIL, 1996, s.p.).

Assim, extrai-se o entendimento de que para a concretização de uma formação integral do estudante já deverá ocorrer na origem da formação dos profissionais da educação, trazendo no percurso formativo do professor a associação entre teoria e prática e a indissociabilidade entre trabalho e educação.

Percebe-se, em sua gênese, que a prática está inserida desde a formação do docente como um movimento de constantes mudanças, reflexões e ações de novos conhecimentos. Além disso, a referida LDB estabelece que na formação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio haverá a possibilidade de preparação para o exercício de profissões técnicas visando a inserção no mundo do trabalho. Desta forma dispõe a seguinte redação:

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) (BRASIL, 1996, s.p.).

A definição da EPT é referenciada no artigo 39, cuja redação a seguir se reproduz: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 1996, s.p.). Sobre isso, destaca-se que a EPT é apresentada em um capítulo à parte da Educação Básica e da Educação Superior, que, conforme entendimento de Moura (2007), passou a ser incorretamente tratada como uma modalidade de ensino.

À vista disso, para o aprimoramento dos objetivos previstos na legislação, surge a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério de Educação, e nesse sentido criam-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, sendo que a promulgação da Lei 11.195, de 18 de novembro de 2005 (Brasil, 2005) deu início à expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, com “um plano para expandir e interiorizar e Educação Profissional em todo país” (SOUZA; RODRIGUES, 2017, p. 631).

O Governo Federal por meio da lei de criação dos Institutos Federais (IFs), Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), apresenta uma reconfiguração institucional inovadora de formação profissional e tecnológica, e inaugura um novo cenário para a EPT, com a oferta de várias modalidades de cursos, dentre eles a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas suas formas integradas, concomitante e subsequente, cujas finalidades e objetivos são diversos e abrangem a oferta de diferentes modalidades de cursos e níveis que atendam às demandas socioeconômicas, gerando emprego, renda e inovações tecnológicas que possam contribuir com o avanço da economia do Brasil (BRASIL, 2008).

Com efeito, os IFs vieram da fusão das Escolas Técnicas Federais, as Escolas Agrotécnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) nos vários Estados da Federação, representando um grande marco na educação profissional e tecnológica do Brasil, trazendo uma renovação por meio de um projeto

político, criativo e desafiador. Como salienta Pacheco (2010), os IFs surgiram nesse cenário nacional com a missão de remodelar através da revolução a educação profissional e tecnológica, visando “à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado [...]” (PACHECO, 2010, p. 15), afirmando que as práticas dessas instituições estão pautadas na prevalência do bem social sobre os demais interesses, consolidando seu papel junto à sociedade. Essas instituições, “[...] na construção de uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade, identificam-se como verdadeiras incubadoras de políticas sociais [...]” (PACHECO, 2010, p. 16).

Com a criação e expansão dos IFs, que assumem um relevante protagonismo na formação dos estudantes e desenvolvimento social e econômico nacional, levantam-se reflexões sobre a educação humana e integral no contexto das reformas educacionais, promovendo-se ampla discussão coletiva sobre as diretrizes e os impactos das legislações vigentes, na oferta e organização curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio dentro de uma contextualização do ensino com o mundo do trabalho.

Dessa forma, verifica-se a existência de um conjunto de instrumentos jurídicos-normativos que dão suporte a tais reformas, trazendo novo sentido ao conceito da prática dentro do componente curricular. Tais instrumentos demandaram das intenções políticas para as reformas educacionais, vindo desde a formação de professores na sua área de atuação, constituindo ferramenta de uma intenção política ao longo da história com ações e propostas. Nesses termos de política revelada historicamente com suas intenções, ações e comportamentos, Palumbo assim a caracteriza:

Política é um processo, ou uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes. Uma lei aprovada no Congresso pode ser observada, uma decisão tomada em tribunal pode ser lida, assim como também podem ser lidos regulamentos promulgados por departamentos governamentais e memorandos escritos por administradores de agências, a plataforma de um partido político pode ser lida e as declarações de um político podem ser ouvidas. Mas esses elementos sozinhos não constituem uma política. Uma política pública, assim como a política partidária, é complexa, invisível e elusiva (1989, p. 35).

Destarte, no entrelaçamento desses componentes políticos surge a figura do Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica, apontados por Amorim, Schlindwein e Matos (2018) de nova classe, o “Professor EBTT”, que vem transposto

por inúmeras demandas de uma política neoliberal, cujo trabalho abrange modalidades diversificadas de organização do ensino para atendimento a um público discente com perfil heterogêneo, que frequentam cada tipo de curso com demandas diferenciadas, com ações que se estendem ao ensino, à pesquisa, à extensão e às atividades de apoio à administração. Nessa complexidade é que se busca articulação com o mundo do trabalho, demandando atenção constante à relação teoria e prática, entre outros aspectos. Souza e Rodrigues aduzem para a dimensão do desafio na organização da EPT desde a época da expansão destacando que:

Essa modalidade de ensino e educação conta com uma grande diversidade de currículos, redes ofertantes, áreas profissionais ou eixos tecnológicos, além da relação que precisa estabelecer com outras modalidades, como, por exemplo, a Educação de Jovens e Adultos (2017, p. 631).

Esse estudo específico da legislação sobre a EPT abre um amplo debate de compreensões do que seria a prática, notadamente no âmbito do ensino, visto que em algum momento ela aparece como uma necessária articulação com a teoria, como parte integrante de disciplinas curriculares, relacionando os conteúdos com o mundo do trabalho numa visão de educação e preparação para as exigências desse mercado, dentro de uma abordagem de formação omnilateral e politécnica, em uma mudança da sociedade, em busca da inclusão social e da transformação humana.

A definição da prática como componente curricular vem desde os cursos de formação do professor em seus percursos formativos e é constituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 (1996) dispondo que: “A formação docente [...], incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas” (BRASIL, 1996), de tal modo, é no momento da formação onde há o estabelecimento da doutrina e de reflexão das bases teóricas para a aplicação prática.

Para a prática de ensino, nesse contexto da pesquisa torna-se necessário compreender o entendimento de currículo na sua concepção de ação constituído pela relação entre teoria e prática, na qual Gimeno Sacristán o classifica como:

[...] uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas

diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino. É uma prática que se expressa em comportamentos práticos diversos. O currículo, como projeto baseado num plano construído, ordenado, relaciona a conexão entre determinados princípios e uma realização dos mesmos, algo que se há de comprovar e que nessa expressão prática concretiza seu valor. É uma prática na qual se estabelece um diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, etc. Desenvolver esta acepção do currículo como âmbito prático tem o atrativo de poder ordenar em torno deste discurso as funções que cumpre e o modo como as realiza, estudando-o processualmente: se expressa numa prática e ganha significado dentro de uma prática de algum modo prévio e que não é função apenas do currículo, mas de outros determinantes. É o contexto da prática, ao mesmo tempo em que é contextualizado por ela. (2000, pp. 15-16).

Nesse sentido, quando o autor traz a abordagem de currículo, este pode ser considerado sob diferentes perspectivas, demonstrando os requisitos para o avanço da prática enquanto práxis, necessária para se aplicar um projeto que associa elementos culturais e sociais no cenário da educação. Giaretton e Szymanski (2013) na conceituação de práxis-pedagógica a definem como:

[...] a prática em constante movimento, onde as atividades que a permeiam, permitem que o professor possa, não só conduzir o processo de ensino e de aprendizagem teoricamente fundamentado, mas que contribua para a análise desta mesma teoria, trazendo da prática elementos que contribuam para o desenvolvimento e avanço da teoria. (2013, p. 15448).

Dessa forma se busca, dentre outros assuntos fundamentais para o debate da pesquisa, vincular as propostas pedagógicas com as relações de trabalho, atividade docente, processos educativos, políticas públicas, formação de professores, planejamento, gestão e avaliação do ensino. Bases curriculares, em que Rocha, Mocrosky e Panossian (2019), ao analisarem a LDB, compreenderam a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino em se encarregarem de:

[...] elaborar, executar e administrar propostas pedagógicas dos cursos promovendo meios para o aperfeiçoamento humano no ambiente escolar, o que só pode ser realizado se as pessoas que trabalham com o mundo da educação se mostrarem conhecedoras e ativas nas tarefas que lhes competem e conhecedores dos Projetos, para que assumam, em conjunto com a comunidade educacional, a elaboração, execução e administração destes. (2019, p. 12).

De acordo com Mendes e Marques (2021, p. 278), “a formação profissional de nível médio historicamente está vinculada a uma perspectiva mercadológica-industrial, ligada às práticas formativas educacionais do competitivo mundo do trabalho”. Para os autores, ao refletirem o contexto da sua pesquisa percebem que “a organização escolar está à disposição para atender à perspectiva de formação sob a égide do mercado de trabalho” (2021, p. 292).

Rompendo essa perspectiva, para Kuenzer (2017), a formação profissional na contemporaneidade e o trabalho como princípio educativo são pressupostos norteadores dentro de um contexto de comprometimento com a formação humana integral, notadamente no âmbito dos Institutos Federais de Educação, em seus campos de disputas por projetos pedagógicos às vezes contraditórios, porém na busca de fortalecimento das estratégias de colaboração entre essas instituições que são ofertantes de educação, tendo com referências os aspectos humanos do indivíduo.

Já Saviani (2007) reconhece a necessidade nos termos do ensino profissional e tecnológico da formação para o significado do trabalho, para a emancipação do sujeito, destacando que “constatado o estreito vínculo ontológico-histórico próprio da relação entre trabalho e educação, impõe-se reconhecer e buscar compreender como se produziu, historicamente, a separação entre trabalho e educação” (2007, p. 152). Afirma ainda o autor que “é o trabalho que define a essência humana [...] não é possível ao homem viver sem trabalhar. Já que o homem não tem sua existência garantida pela natureza, sem agir sobre ela, transformando-a e adequando-a às suas necessidades, o homem perece” (SAVIANI, 2007, p. 155). Portanto, aponta-se para a relação indissociável da educação com a relação do trabalho em um viés emancipatório.

2.3 EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: FORMAÇÃO OMNILATERAL

Quando se trata de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, importante conceituar o cenário acerca da compreensão de omnilateralidade e sua completude pela convergência entre o trabalho produtivo e a vida em sociedade no universo de ações educativas, sem pretensão de esgotar, no entanto, a hermenêutica dos conceitos em que se apresenta o termo na literatura, sejam eles históricos, econômicos ou políticos. Assim, sem ater-se à terminologia mais adequada, Ciavatta

(2014, p. 189) aborda o assunto no sentido de se “pensar a educação articulada ao trabalho como instrumento de emancipação humana na sociedade capitalista”. Para a autora é reconhecer o “ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (CIAVATTA, 2014, p. 190).

Trata-se portanto da busca de uma formação cidadã, digna para o ser humano na sua totalidade ampla em todos os seus aspectos da vida, tornando-o crítico, participativo e emancipado, que tenha autonomia e consciência do compromisso com a transformação da sua realidade social geral e específica, diferentemente da formação unilateral marcada pela desigualdade e divisão social, que busca a manutenção da hegemonização do sistema capitalista que visa o lucro e sustentação de uma classe burguesa detentora do capital por meio da exploração do trabalho alienado.

Buscando a reflexão sobre a educação humana e integral, no contexto das reformas educacionais e nesse campo de disputas, por projetos pedagógicos muitos deles contraditórios, a BNCC determina:

[...] a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida (BRASIL, 2018, p. 13).

Nesse entendimento, as demandas da sociedade contemporânea e o reconhecimento do direito de todos os brasileiros a uma educação que amplie seus horizontes nas diversas dimensões da vida apontam para a necessidade de qualificar a oferta do ensino médio, com o intuito de garantir a formação humana integral, que se realiza pela formação geral e pela ampliação do acesso à formação técnica profissional.

Deve-se acrescentar que a LDB (BRASIL, 1996) estabelece que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social e que o Ensino Médio, como etapa final da educação básica, deve contribuir para o desenvolvimento integral do estudante, a preparação para o trabalho e ao exercício da cidadania. Cabe então suscitar as reflexões sobre a educação humana integral no contexto das reformas educacionais, promovendo ampla discussão coletiva sobre as diretrizes e impactos

das legislações vigentes na oferta e organização curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Kuenzer (2017) indaga até que ponto é possível implementar uma educação comprometida com a omnilateralidade do ser humano no atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, no capitalismo corrente no regime de acumulação flexível. Ainda salienta Kuenzer (2017), analisando se há espaços e quais são esses espaços possíveis, e, enfatizando a realidade nos Institutos Federais, mediante a construção de projetos pedagógicos que se comprometam efetivamente com a formação humana integral partindo-se de uma primeira afirmação que tais Institutos não são um campo homogêneo, sendo campos de disputas de projetos contraditórios, principalmente a partir de diferentes entendimentos da relação com o mundo do trabalho.

Incluído nesse panorama, Silva e Picanço (2020, p. 2) enfatizam as propostas adotadas na formação dos cidadãos pelos IFs “visando uma formação humana integral/omnilateral, preparando esses indivíduos não só para o mundo do trabalho, mas também para as várias dimensões da vida”. Para as autoras:

[...] é necessário que os professores que desempenham as suas funções nessa modalidade de ensino possuam formação específica para atuar nessa área (da educação profissional), sejam aqueles que lecionam as disciplinas da área de formação geral, quanto das áreas de formação técnica, no sentido de integrar vários aspectos relevantes em suas práticas cotidianas, para o alcance do propósito do projeto. (SILVA; PICANÇO, 2020, p. 2).

Nessas perspectivas, temos que considerar que não há pensamento único dentro dos IFs relativamente à forma de desenvolver um projeto pedagógico comprometido com o desenvolvimento omnilateral dos discentes. Alguns com mais ênfase numa inserção mais imediata no mercado de trabalho e outros mais comprometidos com a formação vinculada ao mundo do trabalho, mas não estreitamente vinculada ao mercado de trabalho.

Entretanto, a educação e o trabalho são direitos sociais essenciais para a cidadania e estão diretamente relacionados quando se trata de promover inclusão social. Já a educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas “proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas” (RAMOS, 2014, p. 90).

Nesse sentido, a elevação do nível de escolaridade da população requer ampliação do acesso à educação de qualidade e melhoria das condições de permanência e êxito, para que os egressos alcancem a inserção socioprofissional. A concepção de “Ensino Médio Integrado” se destaca como perspectiva de enfrentamento à dualidade estrutural que separa teoria e prática do trabalho, formação profissional e acadêmica, tendo como pressupostos a indissociabilidade entre Educação Profissional e Educação Básica.

Para tanto, consta expresso na Lei 11.892/2008, que criou a Rede Federal e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em seu inciso I, do artigo 7º, como um dos objetivos das instituições federais: “Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.” (BRASIL, 2008, s.p.).

Nesse ambiente, para que se possa observar os indícios de articulação entre teoria e prática, a explicitação da formação integral comum no currículo do ensino médio é uma mediação para materializar o trabalho como princípio educativo e favorecer a articulação com a educação profissional técnica de nível médio, fazendo-se necessário assegurar concomitantemente a elevação da escolaridade e a habilitação para o exercício profissional.

Salienta-se para esse intuito, consolidar propostas para a efetivação dessa formação omnilateral nos espaços, sobretudo os educativos, contrapondo a lógica de dualidade educacional nesse sistema capitalista de produção, haja vista que na cultura brasileira temos uma herança marcada historicamente pelas desigualdades socioeconômica, e notadamente educacional, em que a sociedade e as instituições referendam por sua omissão no combate de um processo formativo na perspectiva da integração dos sujeitos, se restringindo ao progresso balizado em competências e habilidades (MENDES; MARQUES, 2021).

2.4 PLANEJAMENTO, COMPRAS E CONTRATAÇÃO

O ensino das disciplinas específicas, caracterizadas como técnicas, deve estar associado ao enquadramento da prática docente na EPT, que como analisa Pena (2016), tais disciplinas devem possuir elementos que proporcionem os conhecimentos específicos necessários à formação do aluno para o mundo do trabalho. Mendes e

Marques (2021, p. 293) defendem essa ideia, de modo que “o movimento da formação propedêutica e formação profissional é compreendido como um todo articulado e indissociável que se retroalimenta”.

Para o alcance das políticas de formação integral, notadamente para articulação entre teoria e prática, com finalidade de abranger a melhor qualidade das aulas práticas, torna-se necessário ao docente o entendimento e apropriação de conhecimento de fatores determinantes, seja para o aprimoramento nas entregas das compras ou para a contratação de serviços, de forma a dar celeridade, eficiência e eficácia às suas demandas.

Na criação e com a expansão dos IFs, deu-se a estes autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008), sendo que os processos de aquisições e contratações necessários para o seu funcionamento são planejados e executados por cada um de seus *Campi*.

Para tanto, deve-se ter o entendimento que no Brasil, a Administração Pública é vinculada à legislação, mormente quanto às compras públicas, devendo por determinação constitucional obedecer aos princípios, que na Constituição Federal alguns são expressos em seu artigo 37, na qual podem-se destacar os da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988). À vista disso, o que é licitação e para que serve? É preciso abrir licitações para todas as compras?

Partindo-se da premissa de que os atos da Administração Pública exigem embasamento legal, destaca-se, nos termos da Constituição Federal de 1988 que preceitua em seu inciso XXI do referenciado artigo 37, que:

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (BRASIL, 1988, s.p.).

Um dos principais arcabouços legais normativos que regiam a matéria foi a Lei 8.666, sancionada em 21 de junho de 1993, conhecida como Lei de Licitações (BRASIL, 1993) que instituiu normas para licitações e contratos da Administração Pública. Pietro (2018) assevera a licitação como procedimento administrativo que antecede a celebração de um contrato junto a uma entidade pública e que tem como

objetivo proporcionar a ampla participação de interessados que desejam colaborar, dentro das condições pré-estabelecidas no regramento interno da instituição e apresentem a proposta mais vantajosa e conveniente para a garantia do desenvolvimento nacional.

Não restam dúvidas que a Lei 8.666/93 (BRASIL, 1993) trouxe importantes aspectos, especialmente no que tange ao fortalecimento da atuação dos órgãos de controle. Esta atuação influenciou uma grande profissionalização no setor de compras públicas, sendo, portanto, o maior legado deste período. Entretanto, como se observa no Quadro 3, são diversas e esparsas as normas que regulamentam as matérias inerentes às compras públicas.

Quadro 3 - Normas que tratam da matéria de licitações vigentes (continua)

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017	Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE ABRIL DE 2019	Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

Quadro 3 - Normas que tratam da matéria de licitações vigentes (continuação)

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	Lei de licitações e contratos administrativos.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021	Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o sistema de dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
PORTARIA SEGES/ME Nº 8.678, DE 19 DE JULHO DE 2021	Dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
DECRETO Nº 10.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2021	Dispõe sobre o comitê gestor da rede nacional de contratações públicas, de que trata o § 1º do art. 174 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021	Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021	Estabelece procedimentos para a participação de pessoa física nas contratações públicas de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
DECRETO Nº 10.929, DE 7 DE JANEIRO DE 2022	Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
DECRETO Nº 10.947, DE 25 DE JANEIRO DE 2022	Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Quadro 3 - Normas que tratam da matéria de licitações vigentes (continuação)

PORTARIA SEGES/ME Nº 938, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2022	Institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022	Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022	Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022	Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2022	Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 81, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022	Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 91, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022	Estabelece regras para a definição do valor estimado para a contratação de obras e serviços de engenharia nos processos de licitação e de contratação direta, de que dispõe o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 96, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022	Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por maior retorno econômico, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Quadro 3 - Normas que tratam da matéria de licitações vigentes (conclusão)

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 98, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022	Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
DECRETO Nº 11.317, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022	Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 103, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022	Dispõe sobre os procedimentos de seleção de imóveis para locação no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
PORTARIA SEGES/MGI Nº 720, DE 15 DE MARÇO DE 2023	Fixa o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.167, DE 31 DE MARÇO DE 2023	Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para prorrogar a possibilidade de uso da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos art. 1º a art. 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.
DECRETO Nº 11.461, DE 31 DE MARÇO DE 2023	Regulamenta o art. 31 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre os procedimentos operacionais da licitação na modalidade leilão, na forma eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, e institui o Sistema de Leilão Eletrônico no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023	Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2023¹⁵

Percebe-se o vasto conteúdo de regras e princípios que regulamentam a temática das compras públicas, principalmente a partir do ano de 2021, configurando-se atividade de escopo que vem se atualizando recentemente.

¹⁵ <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas>

Por conseguinte, na rotina administrativa, para se cumprir as etapas de um processo de compras há uma sucessão de atos a serem praticados para o alcance efetivo dos resultados (COELHO, 2021). Pietro (2018, p. 462) descreve que, “ao falar-se em procedimento administrativo, está-se fazendo referência a uma série de atos preparatórios do ato final objetivado pela Administração”. Medauar (2018), preleciona que antes de se observar a necessidade de contratação e a própria celebração do contrato, não pode a Administração contratar livremente. Deve haver atendimento aos procedimentos administrativos em atenção ao princípio da igualdade para todos que desejam participar do processo. Segundo a autora:

Licitação, no ordenamento brasileiro, é o processo administrativo em que a sucessão de fases e atos leva à indicação de quem vai celebrar contrato com a Administração. Visa, portanto, a selecionar quem vai contratar com a Administração, por oferecer proposta mais vantajosa ao interesse público. A decisão final do processo licitatório aponta o futuro contratado (MEDUAR, 2018, p. 175).

Carvalho Filho (2018) destaca que a Administração Pública, em suas complexas e múltiplas tarefas deve estar em consonância com o interesse público, devendo criar meios para esse alcance na realização de obras, aquisição de bens e materiais e prestação de serviços de qualidade. Para tanto, é necessário contar com serviços e bens fornecidos por terceiros, em que a maioria das vezes é obrigado a firmar contratos. O autor ainda observa que:

Não poderia a lei deixar ao exclusivo critério do administrador a escolha das pessoas a serem contratadas, porque, fácil é prever, essa liberdade daria margem a escolhas impróprias, ou mesmo a concertos escusos entre alguns administradores públicos inescrupulosos e particulares, com o que prejudicada, em última análise, seria a Administração Pública, gestora dos interesses coletivos. A licitação veio contornar esses riscos. Sendo um procedimento anterior ao próprio contrato, permite que várias pessoas ofereçam suas propostas, e, em consequência, permite também que seja escolhida a mais vantajosa para a Administração (CARVALHO FILHO, 2018, p. 310).

Para Rosilho (2011, p. 14), “A Lei Geral de Licitações e Contratos seguiu o caminho da superlegalização”, já que criou procedimentos rígidos e minuciosos, reduzindo a discricionariedade do operador de compras na tentativa de melhor contratar a aquisição de bens e serviços.

Em que pese a legislação colacionar uma série de instrumentos normativos e regulatórios, o IFMA ainda é incipiente em suas normativas na seara dos procedimentos administrativos internos, que possam sistematizar e uniformizar as rotinas administrativas, não havendo procedimentos ou fluxogramas específicos que abordem as compras e contratações, ficando a cargo da gestão de cada *Campus* com base nas normas gerais, encaminhar seus próprios processos, sem uma condução de unidade de planejamento, sendo que, este planejamento, como salientam Fernandes e Penna (2021, p. 51), “consiste na determinação de que a Administração Pública conduzirá a sua atuação e organizará a sua estrutura com vistas a promover o desenvolvimento econômico-social”.

Reforçando a tese para o funcionamento eficiente do planejamento, a partir de uma análise para se identificar melhorias, Borges, Walter e Santos (2016, p. 232) coadunam o entendimento de que o planejamento interno se inicia na necessidade “até o recebimento efetivo do material, passa por diversos estágios que envolvem a tomada de importantes decisões, tais como, definir onde e quando comprar, em que quantidade, com quais especificações, dentre outras questões”.

Em busca de maior eficiência no processo de contratação de bens e serviços para o setor público, o Governo Federal tem editado normas, com destaque para a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (BRASIL, 2021), instituída recentemente, visando o aperfeiçoamento do processo de compras com o objetivo de contribuir para o melhor cumprimento da missão institucional, tendo como princípio norteador o planejamento, para oferecer mais transparência em todo o processo de licitação.

No atual panorama, a “nova” Lei de Licitações não representa uma ruptura, mas a continuação do modelo vigente, aprimorado a partir de inovações incrementais, cujo teor visa principalmente, a reforçar a estabilidade das contratações públicas e a promover um ambiente de confiança na relação público-privada. Torres (2021), lembra que, embora a Lei nº 14.133/2021 tenha adotado algumas medidas enraizadas na rigidez legislativa, demonstra uma tendência intencional na apresentação de inovações para a Administração Pública. No entanto, apesar da evolução no arcabouço legal, percebe-se conforme o exposto, que ainda são vastas as normas que fundamentam o processo de compras e, dependendo do tipo de material ou contratação de serviço outras regras específicas podem fazer parte do processo.

Para que se atenda aos preceitos da legislação, no que concerne as compras em uma instituição federal de ensino, é que o professor EBTT, além das atividades

inerentes a educação como, dentre outras, a preparação e ministração de aulas, deve possuir os conhecimentos necessários acerca dos procedimentos de aquisições dentro da instituição, sendo que as atividades de definição das demandas, especificação e planejamento de compras correspondem à fase preliminar, ou seja, a fase interna do processo. Por tais atividades de planejamento possuir em um elevado grau de complexidade, tem sido apontada pela literatura como aquela em que se demanda um maior consumo de tempo para sua preparação, sendo que, ao longo dos últimos anos e no cenário atual, o planejamento passou a se destacar na gestão pública, com reflexos notórios na utilização de ferramentas que foram sucessivamente aperfeiçoadas e detalhadas para uma efetiva satisfação das necessidades administrativas e sociais, com a finalidade de tornar mais célere, segura e dinâmica as contratações (SARAI; ZOCKUN, 2021).

Não é recente que o entendimento de planejar seja visto como um princípio não apenas na esfera privada, pois tem origem na Administração Federal, na legislação desde a década de sessenta, de observância obrigatória também para os Estados, Distrito Federal e Municípios (FERNANDES; PENNA, 2021).

O planejamento é um dos princípios fundamentais da Administração Federal, conforme dispõe o artigo 6º, inciso I, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967). Previsto expressamente como princípio pela nova legislação, o planejamento é descrito no art. 5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (BRASIL, 2021). Justen Filho (2021, p. 127) assevera o significado desse princípio como “dever de previsão das ações futuras abrangendo inclusive eventos não relacionados diretamente à atuação administrativa”. Para o autor “o núcleo do planejamento consiste na previsão quanto ao futuro” sendo que “inexiste planejamento se não houver uma estimativa quanto ao curso dos eventos futuros” (JUSTEN FILHO, 2021, p. 127).

Com efeito, o planejamento das compras públicas, faz parte de um ciclo procedimental e possui internamente um posicionamento estratégico para uma atuação eficiente, devendo o gestor público fomentar o desenvolvimento da governança organizacional (CHAVES, 2022). O autor destaca:

O ato de planejamento consiste na definição de objetivos e metas, em momento anterior à implementação de uma ação de governança. Envolve processos cognitivos que visam estudar as variáveis de um projeto ou ação estratégica; avaliar se tal projeto corresponde a um

interesse estratégico da organização e qual nível de interesse ele ocupa no contexto organizacional; identificar possíveis entraves e problemas que podem ocorrer com a sua implementação; verificar a adequabilidade financeira, entre outras ações. Um projeto ou uma ação bem planejada tenderá a apresentar um resultado muito mais eficiente, evitando desperdício de tempo e de recursos físicos e financeiros (2022, p. 33).

Percebam que nos referimos à expressão compras públicas, em virtude do processo não se limitar apenas à licitação, ao contrário, a licitação é apenas o procedimento para que se formalize a aquisição ou contratação, podendo esta ocorrer, inclusive, sem licitação, por meio dos processos de contratação direta.

Portanto, com o fim de se diminuir os custos e o tempo de uma compra ou contratação, ou até mesmo para evitar um compra frustrada por má descrição do objeto, que leva a uma aquisição abaixo da qualidade ou quantidade exigida e necessária para aplicação nas aulas práticas, acarretando perdas de tempo para a formulação de um novo processo de aquisição, torna-se indispensável a disseminação de conhecimentos relacionados ao processo de compras públicas. Gestores e servidores públicos em geral, notadamente quanto ao planejamento, em que pela falta deste decorrem as principais falhas nas contratações. Ademais, o contínuo aprimoramento da comunicação entre os participantes diretos do processo de compras com a interação entre todos os setores envolvidos no processo de aquisição é um fator para o sucesso das aquisições.

Torres (2021, p. 84) afirma que “é cediço que o bom planejamento pode evitar desperdícios e configurações equivocadas do objeto”. Sarai e Zockun (2021, p. 112) por sua vez, apontam que a legislação trouxe “avanço bastante peculiar na compreensão do planejamento [...], com vistas a efetuar uma contratação com eficiência e eficácia plenas”. Nesse sentido, o professor EBTT, enquanto servidor público, tem um papel fundamental para transformação da sociedade no que tange a articulação para a formação integral, sendo que tal mudança se dá por meio da melhor utilização do erário para integração curricular nos espaços de ensino e, quando os recursos públicos são alocados da forma certa e as políticas públicas são implementadas e executadas com eficiência gera benefício para toda comunidade.

Há de se considerar que, nos primeiros anos de vigência da nova lei de licitações e contratos, é natural que haja uma relativa insegurança, pois ainda é

incipiente a formação consolidada de novos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais.

No entanto, é preciso qualificar os agentes públicos envolvidos, normatizar os procedimentos e prestigiar o planejamento das contratações. Sob esta ótica destaca Camargo e Sonza (2021, p. 176) que “o conhecimento por parte dos servidores é fundamental, na medida que os recursos públicos, sempre limitados, precisam ser aplicados de forma acurada para atender às demandas da comunidade”. Nessa demonstração, em que se consideram novos paradigmas para as contratações governamentais Chaves (2022) reconhece que a fase de planejamento por possuir um elevado grau de complexidade exige um preparo adequado dos agentes públicos.

Com o intuito de investigar os subsídios do planejamento e os conhecimentos que correlacionam a teoria e a prática no contexto da EPT, entendida como práxis, voltada para a formação omnilateral dos discentes, este objeto apresenta-se apropriado para o objetivo deste estudo, por conter peculiaridades relacionadas ao planejamento de compras públicas tendo como sujeito atuante o professor EBTT.

Os procedimentos metodológicos estão descritos no próximo capítulo, na qual descrevem-se as fases e etapas que foram executadas durante a pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo descrevem-se os procedimentos metodológicos que foram preliminarmente propostos e utilizados no desenvolvimento da pesquisa, valendo-se da predominância no tratamento dos dados por meio da hermenêutica, compreendida como teoria para a interpretação, realizada na investigação para entender o sentido das informações coletadas, expondo os caminhos percorridos para desvelar os entendimentos das análises de todo o material de forma específica e contextualizada em um movimento dialético. Com esse entendimento e face aos nossos objetivos adentra-se ao campo da pesquisa em busca de compreensões de um tema ainda pouco explorado (GIL, 2019).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), em 26 de abril de 2022, por meio do Parecer nº 5.370.768, CAAE nº 56647222.0.0000.9207.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Considerando que a investigação foi desenvolvida em uma Instituição Federal de Educação Profissional que possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, esta pesquisa, de natureza aplicada, se apresentou e explicitou metodicamente apoiando-se em estudos anteriores e foi desenvolvida com o fito de não somente organizar os diversos entendimentos doutrinários ou apresentar novos posicionamentos teóricos acerca do tema, mas também apresentou uma aplicação prática na resolução das demandas, notadamente da educação profissional, em busca de soluções para as dificuldades reais que se apresentam no planejamento do professor EBTT para instrumentalização das suas disciplinas de práticas. Segundo esse pensamento, o pesquisador por meio de buscas, procura orientações práticas à solução imediata de um ou diversos problemas, sendo estes concretos, hodiernos (BARROS; LEHFELD, 2014).

Nessa direção, a pesquisa aplicada instigou o pesquisador pela necessidade de conhecer a aplicação prática dos seus resultados. Andrade (2017, p. 110) menciona que “[...] a pesquisa visa às aplicações práticas, com o objetivo de atender às exigências da vida moderna. Assim sendo, o objetivo foi contribuir para fins práticos, na busca de soluções para problemas concretos”. Sob essa ótica SOARES *et al* assinala que:

[...] a diferença entre o conhecimento básico e o aplicado não está na forma de construção de uma pesquisa, mas na sua correspondência social, isto é, se tem uma utilidade imediata ou não. Assim, o conhecimento serve tanto para resolver problemas práticos imediatos (ciência aplicada) ou não (ciência básica) (2019, p. 268).

Com a intenção de se alcançar a verossimilhança na produção de conhecimentos válidos, a pesquisa articulou métodos cuidadosa e meticulosamente elaborados. Aqui, o termo “método” é considerado por Marconi e Lakatos (2021, p. 79) como “conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos [...], traçando o caminho a ser seguido”.

Para isto, a pesquisa foi encaminhada por meio da abordagem guiada pelo método dialético que, como mencionam ainda Marconi e Lakatos (2021, p. 90) “[...] penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”.

Dessa forma, a pesquisa analisou a compreensão do planejamento na sua natureza contínua e flexível. Nessa direção, Marconi e Lakatos (2021, p. 101), destacam que “as coisas não devem ser analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está acabada, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver; o fim de um processo é sempre o começo de outro”.

Como forma de trazer uma investigação mais concreta em termos de explicação de fatos, processos, legislações, nos interstícios que foram pesquisados, levando em consideração o ambiente de pesquisa, a abordagem teórica e as técnicas de coleta e análise de dados, se adotou como método de procedimento, o método histórico, sendo este evidenciado por Marconi e Lakatos (2021, p. 108) que “[...] preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos”.

A pesquisa predominantemente tratou as análises de fenômenos reais, atribuindo sentido concreto a seus dados, sendo, portanto, considerada uma característica de abordagem qualitativa (SOUZA; KERBAUY, 2017), se apresentando como a mais apropriada, pois contempla o levantamento de dados analíticos da instituição que buscou entender o fenômeno relacionado ao planejamento docente. Desse modo, na procura de se ter maior legitimidade aos resultados encontrados, reconhecendo a complexidade do objeto estudado, foram revistas criticamente as

teorias, os conceitos e as técnicas adequadas que versam sobre o tema, com a finalidade de se analisar todo o material voltado à realidade social (MINAYO, 2008), utilizando as técnicas características do método qualitativo.

No entanto, segundo Souza e Kerbaux (2017, p. 40) “as abordagens qualitativas e quantitativas são necessárias, mas segmentadas podem ser insuficientes para compreender toda a realidade investigada. Em tais circunstâncias, devem ser utilizadas como complementares”. Nesta perspectiva das abordagens de trabalho, Souza e Kerbaux estabelecem ainda que:

O debate sobre as abordagens quantitativas e qualitativas tem suscitado discussões sobre os seus respectivos empregos, objetivando delimitar expressamente suas diferenças. A primeira, como a abordagem que recorre à estatística para explicação dos dados e a segunda que lida com interpretações das realidades sociais (2017, p. 34).

Assim, buscando a convergência das variadas formas de interpretação dos dados, realizou-se a conciliação entre as abordagens de pesquisa sendo que, para o enriquecimento do estudo, foram trazidas questões estatísticas e mensurações de quantidades de processos, de servidores e orçamentários, bem como aspectos complexos, subjetivos e sociais relativos à explicação e compreensão da realidade do IFMA *Campus* Caxias, que envolvem a qualidade dos dados por meio de questionários com perguntas abertas e fechadas e de múltiplas escolhas, roteiros de coleta de dados, análise e interpretação bibliográfica e documental, consulta à legislação, artigos e trabalhos científicos que tratam do tema do planejamento das aquisições no cenário contemporâneo para a Educação Profissional.

Por essa lógica, a pesquisa consistiu na leitura, releitura e análise do entendimento de autores que já escreveram sobre o assunto e, com o fim de corroborar a importância do tema, foram coletados dados públicos estatísticos referente aos pedidos de compra e as contratações junto à Administração Pública com relação à adequação e ao prazo de recebimento do objeto ou serviço, considerando os estágios da despesa de que trata a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964).

Por se tratar de transição de normas recentes no que se refere aos objetivos, a metodologia constou de uma pesquisa exploratória e descritiva, tendo em vista que proporcionou mais informações sobre o assunto que foi investigado (PRODANOV;

FREITAS, 2013) e também procurou descrever, como apontam Prodanov e Freitas (2013, p. 52), “a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos”, tornando-se relevante, não apenas para as atividades de gestão, mas também para a sociedade o tema que se apresenta. Assim, com a preocupação na atuação prática e o entendimento deste pesquisador no ambiente estudado, visando a aproximação com o objeto investigado se adotou a pesquisa exploratória que, nas palavras de Gil (2018) em sua abordagem doutrinária sobre a temática afirma que:

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. (2018, p. 26).

Em vista a propiciar uma nova visão do problema, aproximando-se das pesquisas exploratórias Gil (2018, p. 26) destaca que “as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Assim, caracterizou-se este estudo, com propósito a especificar as propriedades e características importantes do planejamento de compras para fins específicos no auxílio das aulas práticas do professor EBTT, como forma de desenvolver os conhecimentos em uma área na qual há pouco conhecimento acumulado, necessitando aprofundamento na realidade estudada (VERGARA, 2016).

Ademais, há que considerar a vivência do pesquisador no contexto investigado, trazendo sua experiência sobre o tema e a prática laboral como fator relevante na coleta, análise, registro e compreensão dos dados pesquisados. Esse tipo de observação assistemática participante é caracterizado pela espontaneidade e informalidade (MARCONI; LAKATOS, 2021). Porém, com vistas a contribuir no atingimento dos objetivos da pesquisa, o pesquisador obteve o controle e registro de todos os fatos observados.

3.2 LOCAL DA PESQUISA

O *lócus* da pesquisa foi o IFMA *Campus* Caxias, devido à sua autonomia institucional prevista na legislação e normativos internos e, por propor uma estrutura organizacional no âmbito do planejamento nas aquisições de materiais e contratação

de serviços, atuando na formalização de mais de 300 processos administrativos por meio de licitações ou contratações diretas ocorridos no período de 2010 a 2021¹⁶, tanto para a sua estruturação como para o funcionamento e manutenção das atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão.

A escolha se justifica pelo fato de a instituição oferecer além de outras formas, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio desde início de seu funcionamento, em 2011. A instituição possui uma estrutura organizacional complexa e atende mais de 2100 alunos¹⁷, distribuídos em sete Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, dois Cursos Técnicos Concomitantes ao Ensino Médio, dois Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, dez Cursos Superiores, sendo sete de licenciatura e três bacharelados além de duas especializações e um doutorado. Sendo o objetivo do Programa ProfEPT, produzir conhecimentos com o desenvolvimento de produtos que integrem os saberes do mundo do trabalho, atendendo instituições que oferecem educação profissional.

Ainda, tais análises foram despertadas na *práxis* de atuação deste pesquisador, exercendo, enquanto servidor de carreira técnico administrativo em educação, ocupando o cargo de Assistente em Administração, na prestação de serviço público no mesmo local há mais de 10 (dez) anos, o que ofereceu possibilidades de acesso a maiores informações institucionais para serem tratadas e desenvolvidas no estudo.

3.3 INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Na perspectiva de atender aos objetivos do estudo, contemplou-se a adoção de uma pesquisa bibliográfica e documental, da legislação, de artigos e trabalhos científicos. Foram coletados registros escritos e digitalizados (artigos, entrevistas, ensaios etc.) acerca do tema, os quais foram compilados, fichados, categorizados e analisados, observando-se sua conexão com a linha de pesquisa, tendo como recorte o interstício de 2010 (data da autorização de funcionamento do IFMA *Campus* Caxias) a 2022.

¹⁶ Dados coletados por meio de pesquisa *in loco* dos registros internos do IFMA *Campus* Caxias; Consulta ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG; <https://portal.ifma.edu.br/licitacoes/>

¹⁷ Dados coletados no Sistema Acadêmico do SUAP do IFMA *Campus* Caxias. Disponível em: <https://suap.ifma.edu.br>. Acesso em 18 out. 2022.

Também foi feito um levantamento junto ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) das disciplinas que envolvam atividades de aula prática, na qual há necessidade na utilização de ferramentas, materiais de consumo e permanente (equipamentos), bem como de serviços para suporte às atividades. Por oportuno, os procedimentos que envolvam o contato com participantes e/ou coleta de dados em qualquer etapa da pesquisa foram realizados por meio de ambiente virtual, visando preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes de pesquisa.

O Quadro 4 apresenta um resumo do caminho metodológico percorrido na presente pesquisa.

Quadro 4 - Caminho Metodológico da Pesquisa

OBJETIVO	MEIOS	INSTRUMENTOS DE COLETA	PARTICIPANTES
Descrever quais são os conhecimentos necessários para o professor EBTT demandar as compras e contratações no IFMA Campus Caxias, utilizando-se dos instrumentos e ferramentas necessárias na aquisição dos materiais e serviços, no auxílio das atividades das suas disciplinas (aulas) práticas.	Pesquisa Bibliográfica, Descritiva, Documental e Exploratória	Análise bibliográfica; Análise de documentos; Questionário; Relatórios.	Docentes, Coordenadores de Cursos e servidores que atuam no setor de licitações
Apresentar os arcabouços legais para que os docentes possam exercer o planejamento de compras e contratações;	Pesquisa Bibliográfica, Documental e Exploratória	Análise bibliográfica; Análise de documentos; Relatórios.	Docentes, Coordenadores de Cursos e servidores que atuam no setor de licitações
Identificar os fatores determinantes para um planejamento na formalização das demandas de compras que colabore no desenvolvimento das aulas práticas	Pesquisa Bibliográfica, Descritiva, Documental e Exploratória	Análise bibliográfica; Análise de documentos; Questionário; Relatórios.	Docentes, Coordenadores de Cursos
Apontar os instrumentos necessários à instrução processual para a realização de compras no Instituto Federal do Maranhão - <i>Campus Caxias</i>	Pesquisa Bibliográfica, Descritiva, Documental e Exploratória	Análise bibliográfica; Análise de documentos; Questionário; Relatórios.	Docentes, Coordenadores de Cursos e servidores que atuam no setor de licitações
Elaborar um guia estratégico de gestão com orientações contendo as normas, procedimentos que otimizem e reduzam o percurso do planejamento de compras junto às instancias administrativas	Pesquisa Bibliográfica, Exploratória e Documental	Análise bibliográfica; Análise de documentos; Questionário;	Docentes, Coordenadores de Cursos e servidores que atuam no setor de licitações

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

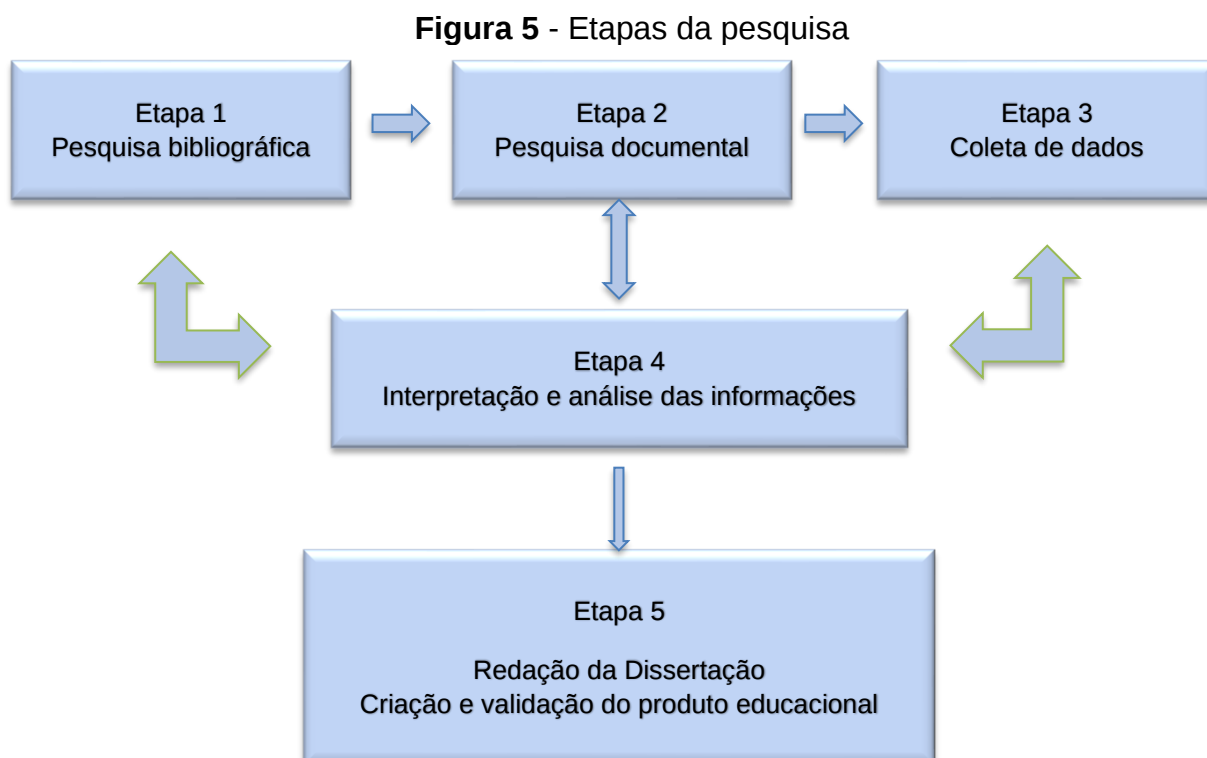
Gil (2018, p. 153) estabelece que “os resultados [da pesquisa] devem ser estruturados para ajudar a entender e elucidar as relações de poder. [...], devem ser divulgados de forma a contribuir para ampliar a participação dos grupos no processo de mudança social”. Dessa forma, fez-se uma análise dentro do rigor científico cujas etapas serão detalhadas a seguir.

3.4 ETAPAS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas que se retroalimentam. Segundo Marconi e Lakatos (2021), toda pesquisa implica levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas e abrange, dentre outras, a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica.

Para tanto, é necessário trilhar um percurso, com procedimentos investigativos rigorosos e sustentáveis, que podem ser percorridos por pesquisadores diferentes em contextos diversos, na busca do conhecimento não necessariamente informativo, mas formativo (ROCHA; MOCROSKY; PANOSSIAN, 2019).

Apresenta-se na Figura 5 o processo da pesquisa que possibilitará alcançar os objetivos propostos:



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

3.4.1 Pesquisa bibliográfica

Para o embasamento teórico utilizou-se a pesquisa bibliográfica, sendo esta entendida como aquela que “é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, [dentre outros] como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos” (MARCONI; LAKATOS, 2021, p. 33), ou seja, toda a bibliografia tornada pública. Em outros termos, como pontua Gil (2018, p. 28), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”, destacando ainda o autor que devido a “disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet” (GIL, 2018, p. 28).

Insta ressaltar, como apontam Marconi e Lakatos (2021, p. 200), que “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre o assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Nessa variação de informações, a pesquisa bibliográfica sobre a temática relativa a contratações públicas inicialmente foi realizada por meio de buscas a partir de material publicado em bases de dados, principalmente de livros e artigos científicos, incluindo a busca por artigos originais e artigos de revisão de materiais disponibilizados na internet, de modo que, durante a pesquisa, foram observados estudos que abordam a temática relativa à formação do professor da educação profissional, no contexto do planejamento e das contratações públicas.

Por oportuno, com vistas a destacar as contribuições relevantes à temática da pesquisa como fonte, se utilizou dentre outras, as plataformas e repositórios de revistas: *Google Acadêmico*; *Observatório ProfEPT*; *Portal eduCAPES*; *Portal de Periódicos CAPES/MEC* (acesso CAFE), *Scientific Eletronic Library Online (SCIELO)* e *Web of Science*.

Para a seleção dos textos teve como filtros as buscas por palavras chaves relacionadas ao tema da pesquisa, tais como: “administração escolar”, “aulas práticas”, “componente curricular”, “compras públicas”, “contratação pública”, “educação profissional e tecnológica”, “ensino médio integrado”, “formação do professor EBTT”, “formação humana integral”, “formação omnilateral”, “gestão democrática na educação”, “instituto federal”, “licitação”, “materiais de apoio”, “planejamento de aula”, “planejamento de compras e contratações”, “práxis”,

“recursos materiais na Administração”, “relação de teoria e prática”, “serviços de suporte” “trabalho como princípio educativo”, “trabalho flexibilizado”, além de combinações desses termos. Foram utilizados os descritores nas buscas, de modo a identificá-los nos campos título ou resumo das publicações, sendo selecionados para uso na pesquisa apenas trabalhos publicados no Brasil, em Língua Portuguesa.

Os artigos científicos retornados nessas buscas foram avaliados quanto à adequação frente ao tema sobre contratações públicas, especialmente aquelas relativas às instituições da rede federal de educação profissional e tecnológica. Pela leitura dos artigos científicos foram, então, pontuados aspectos relativos às rotinas de contratações especialmente relacionadas à atuação docente. Além disso, foram consultados livros de autores que estudam a temática acerca da educação profissional e licitação, com a análise do planejamento.

Cabe destacar aqui uma referência aos desafios encontrados durante as buscas, tendo em vista que a temática pesquisada, planejamento de compras e contratações como instrumentos estratégicos para atendimento das demandas dos professores EBTT nas práticas do ensino, no contexto da Educação Profissional, tem sido pouco abordada e difundida nos principais repositórios no meio acadêmico, onde se pode destacar dois artigos de procedimentos bibliográficos: As compras públicas como ferramenta estratégica aos objetivos dos institutos federais (FERNANDES;TOCAFUNDO, 2020) e Compras públicas e planejamento: relação estratégica alicerçante da efetividade dos Institutos Federais de Ensino (IFE) (RIBEIRO FILHO *et al*, 2020).

Por conseguinte, considerando hodiernamente a crescente disseminação, por meio da tecnologia da informação em mídias digitais, de palestras, congressos, seminários, simpósios, *podcasts*, dentre outros, se utilizou também como fonte de pesquisa bibliográfica os meios audiovisuais por meio de gravações em canais de órgãos e entidades oficiais no *Google Meet*, *Zoom* e *Youtube*.

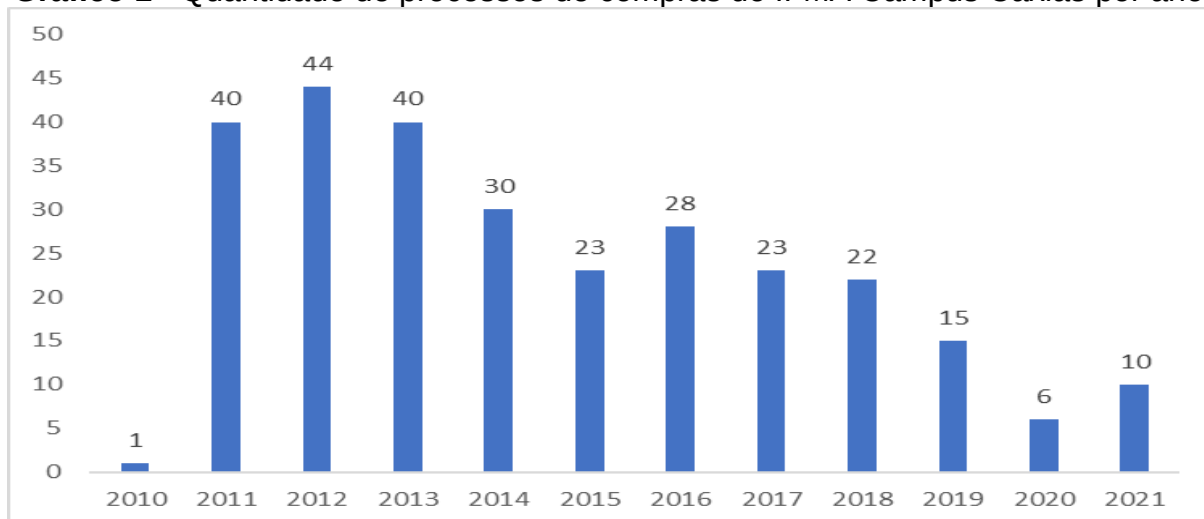
3.4.2 Pesquisa documental

Na pesquisa documental, aqui considerada por Gil (2018, p. 28) “quando o material consultado é interno à organização”, teve o objetivo de obter dados e informações em documentos institucionais sobre as contratações no âmbito do IFMA *Campus* Caxias, sendo pesquisado por meio de levantamentos dos instrumentos

nacionais e institucionais, normativos legais e internos tais como o estatuto, regimentos, portarias, instruções normativas, relatórios de auditoria e demais documentos, bem como os artefatos que compõem os processos de compras, relativos ao período de 2011 a 2021. Esse intervalo foi escolhido para que pudesse abranger os mais diversos tipos de aquisições. Para essa tarefa, foi feita uma busca em portais do Governo Federal, em especial o Portal de Compras do Governo Federal e o Portal da Transparência, além do *site* da Instituição, bem como consulta *in loco* dos processos físicos.

Nesse interstício foram analisados os registros de 282 (duzentos e oitenta e dois) processos de demandas para aquisições de materiais (consumo e permanente), bem como para contratações de serviços, sejam por meio de compras diretas ou por procedimentos licitatórios, as quais estão sintetizados no Gráfico 1 e Quadro 5:

Gráfico 1 - Quantidade de processos de compras do IFMA Campus Caxias por ano.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Quadro 5 - Processos de compras do IFMA Campus Caxias por modalidade.

TIPO	Quantidade	Percentual correspondente ao total
Adesão à Ata de Registro de Preços	39	13,83%
Dispensa de material	127	45,04%
Dispensa de material e serviço	8	2,84%
Dispensa de serviço	63	22,34%
Pregão como gerenciador	21	7,45%
Pregão como participante	19	6,74%
Inexigibilidade	5	1,77%

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Nesses documentos foram coletadas informações acerca da formalização da demanda, da constituição das equipes de planejamento, da instrução processual, das autorizações, do interstício temporal médio existente entre o momento do pedido de compra de materiais ou contratação de serviços para uso em aulas até a chegada do material ou utilização do serviço para ser disponibilizado ao demandante da aquisição.

Com relação a análise documental e considerando que a proposta é expor compreensões para atendimento das reais necessidades do Professor EBTT, consequentemente da coletividade, foi analisada como referência de base para este estudo a Lei nº 14.133 (BRASIL, 2021) que coloca o planejamento como alicerce de toda a atuação da Administração Pública.

Além disso, foram verificadas informações acerca do quantitativo de docentes que comumente realizam as solicitações de compra de materiais para uso em sala de aula, além da coleta de dados que representam os valores médios movimentados nesses processos de aquisição com base nos sistemas informatizados disponíveis na instituição como Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). A partir de então foram feitas leituras e releituras sucessivas para compreensão e interpretação dos dados, destacando as informações condizentes com os objetivos da pesquisa.

3.4.3 Coleta de dados

Em relação aos procedimentos de coleta das informações, a partir da definição do problema de pesquisa, procedeu-se inicialmente à busca nas páginas (*sites*) institucionais, tendo em vista que se tratam de documentos oficiais de caráter aberto (público), os quais estão disponíveis para consulta pública e *downloads*.

Como forma de atender aos objetivos propostos e apurar as informações para comprovar a problemática levantada, a coleta dos dados se deu também por meios da aplicação dos instrumentos, ferramentas e técnicas dentro de um rigoroso controle no tratamento das informações.

Considerando-se que a pesquisa possui uma abordagem metodológica qualitativa, em busca de uma interpretação mais satisfatória, se adotou o planejamento de coleta conforme entendimento de Gil (2018), estabelecendo que:

[...] é preciso que as técnicas de coleta de dados, embora específicas para cada elemento, estejam relacionadas. Por exemplo, em relação à pesquisa qualitativa, poderá ser utilizado um questionário fechado e em relação à qualitativa, uma entrevista aberta (2018, p. 150).

Em que pese o enfoque qualitativo da pesquisa, não se excluiu a utilização de técnicas estatísticas, bem como tabelas, quadros, gráficos e outras ilustrações estritamente necessárias à compreensão para complementaridade das interpretações e compreensões das realidades apresentadas.

Na obtenção dos dados, foram realizados levantamentos por meio da aplicação de questionários, que segundo Marconi e Lakatos (2021, pp. 218-219) “[...] é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”

Para evitar possíveis falhas e com vistas a possibilitar o aprimoramento por meio de reformulações para melhorias nos questionários, foi realizado um pré-teste com uma população reduzida composta de indivíduos, entre eles docentes com características semelhantes aos participantes da pesquisa, técnicos administrativos que atuam no local da pesquisa, e participante não vinculado ao serviço público, com a finalidade de observar inconsistências, complexidades, ambiguidades ou outras formas que dificultem o entendimento das questões. Após a devolutiva, foram feitos ajustes para melhor compreensão das informações inseridas nos questionários.

Após a pesquisa teórica e avaliação prévia dos instrumentos de coleta, realizou-se uma pesquisa por meio de dois questionários digitais. Tais instrumentos, elaborados por meio do *Google forms*, foram enviados para o e-mail institucional dos participantes da pesquisa. O primeiro conteve 28 (vinte e oito) perguntas abertas e fechadas, estas de múltipla escolha (APÊNDICE B) as quais foram organizadas em 4 (quatro) blocos: PARTE I - IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DOS RESPONDENTES; PARTE II – DADOS DA ATUAÇÃO; PARTE III – AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO e PARTE IV – AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO composto por dados pessoais e relacionada à pertinência temática da pesquisa aplicada aos professores EBTT, incluindo aqueles que atuam nas disciplinas dos núcleos específicos e que necessitem de aulas práticas, considerados os principais demandantes que necessitam de materiais e serviços, com a finalidade de elaborar o perfil dos pesquisados envolvendo variáveis como: tempo de efetivo exercício, quantidades de disciplinas que possuem aulas práticas, demandas individuais e institucionais, processos de aquisições.

Insta destacar que em alguns itens do questionário se abordou a opinião e percepção dos participantes quanto aos aspectos da eficiência nos processos administrativos do *Campus* Caxias na área de compras e contratações com opções de resposta em escala do tipo Likert composta por cinco pontos: 1. Muito Fraca; 2. Fraca; 3. Razoável; 4. Boa; 5. Muito Boa.

Já o segundo questionário composto por 10 (dez) questões com perguntas abertas (APÊNDICE C) aplicadas junto aos docentes que ocupam às coordenações dos cursos, docentes que ocupam cargos de gestão relacionados ao ensino e técnicos-administrativos que estão localizados na Coordenadoria de Licitação, Compras e Contratos.

Vale ressaltar que foi necessário, antes de responder aos questionários, a concordância ou não com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A). Assim, como forma de atingir um número maior de pessoas, além de facilitar a tabulação de dados, o convite para o levantamento das questões, após consentimento e autorização do participante previsto no TCLE, foi compartilhado, individualmente por meio de lista oculta via e-mail, reforçado via aplicativos de mensagens instantâneas como *WhatsApp* e *Telegram*.

Considerando as características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais dos potenciais participantes da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas, impulsionadas pela pandemia da Covid-19 a partir de março de 2020, o processo de obtenção do registro do TCLE foi realizado de forma eletrônica e digital e sem custos para a utilização das ferramentas digitais, sendo que o envio do documento foi disponibilizado por meio de ambiente virtual, compartilhado, individualmente, não envolvendo a presença física do pesquisador e do participante de pesquisa. Para ter uma via do TCLE o participante pode imprimir ou gerar uma via em *Portable Document Format* (PDF) para guardá-lo em seu computador na oportunidade em também que foi possível solicitar uma versão do documento a qualquer momento por um dos e-mails registrados no final do TCLE nas quais foram apresentados na mesma formatação utilizada para visualização dos participantes da pesquisa. O formato de registro ou assinatura do termo se deu por meio de consentimento e confirmação de leitura de forma eletrônica.

Ademais, para confirmar a participação no instrumento da pesquisa foi disponibilizada previamente a leitura de todo o TLCE, ao final da qual se selecionou a opção de anuência correspondente no final dele como requisito obrigatório para

continuidade dos questionários. No TLCE estiveram contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Participaram do estudo professores efetivos de diversas disciplinas lotados no Instituto Federal do Maranhão – *Campus Caxias*. O período de realização dos questionários ocorreu de 18 de agosto de 2022 a 30 de setembro de 2022.

Portanto, para viabilizar o aprofundamento da investigação, os dados foram coletados e analisados de modo a obter informações da compreensão que possuem sobre as disciplinas que são ministradas na Instituição, seus núcleos, suas características, bem como as necessidades na utilização de materiais de suporte e serviços de apoio para auxiliar o docente nas suas práticas em sala de aula, além dos apontamentos e percepções acerca da formação dos discentes no contexto do mundo do trabalho e as estratégias adotadas diante da escassez de recursos didáticos.

Ainda, foram abordadas as ações quanto a percepção sobre o planejamento, a rotina dos processos de contratação e informações sobre os conhecimentos que eles detêm sobre a legislação relativa ao tema, além dos desafios e dificuldades relacionadas às áreas de atuação docente. Após a coleta, os dados obtidos foram sistematizados e analisados por meio de relatórios e planilhas do software *Microsoft Excel*, organizados em forma de gráficos e tabelas.

3.4.4 Interpretação e análise das informações

Em relação à análise e interpretação dos dados e resultados obtidos, esta foi realizada mediante aproximação da abordagem hermenêutica-dialética, pois o discurso dos participantes nesse método é centrado no contexto para uma percepção mais eficaz. Buscou-se desse modo compreender “a prática social empírica dos indivíduos em sociedade em seu movimento contraditório” (Minayo, 2013, p. 347). A autora assinala que “enquanto a hermenêutica busca as bases do consenso e da compreensão na tradição e na linguagem, o método dialético introduz na compreensão da realidade o princípio do conflito e da contradição como algo permanente e que se explica na transformação” (MINAYO, 2013, p. 347).

Teve como pressupostos de base, a hermenêutica como princípio científico, nas análises intencionais dos significados obtidos no estudo, notadamente quanto aos extraídos dos questionários aplicados, como prática de interpretação das informações

coletadas em uma perspectiva de compreensão para além da análise linguística dos textos, mas tentar explicar e compreender a problemática que se apresenta, de maneira reflexiva (RICOEUR, 1990). Dessa forma, Sidi e Conte (2017) destacam:

Os resultados da pesquisa apontam que a abordagem hermenêutica mostra-se muito importante para as pesquisas acadêmicas em educação, constituindo-se em uma rica fonte de análise, trazendo contribuições para a construção do problema de pesquisa, a análise de dados e sua respectiva interpretação, sendo fundamental para o jogo pergunta-resposta e para a abertura dialógica – via de acesso à compreensão humana.

Apesar deste mestrado estar vinculado à área de ensino, é sugestivo a necessidade de um esforço investigativo para a compreensão e produção do conhecimento com base na hermenêutica por meio de uma recontextualização de sua metodologia, reconhecendo a interdependência linguística dos sujeitos e suas diferenças (SIDI; CONTE, 2017). Por oportuno, na coleta e análise dos dados os indivíduos foram tratados não somente como objetos da pesquisa, mas também como participantes da relação, posto que não há ponto de vista fora da realidade do ser humano e sua história, sendo que hermenêutica e a dialética defendem esse posicionamento porquanto que aquela, definida no presente, busca o alcance dos sentidos textuais do passado, da tradição ingressando nesse percurso. Já a dialética enfatiza o tempo de diferença, contraste, crítica e ruptura do sentido (MINAYO; DESLANDES, 2013).

Assim, visando alcançar os objetivos específicos e tornar exequível o alcance do objetivo geral, foi concebida a compreensão dos discursos nos textos analisados e nos dados coletados, na qual se buscou o entendimento dos seus sentidos, incluído nessa perspectiva o que Rocha, Mocrosky e Panossian (2019, p. 7) preconizam “de círculo hermenêutico, que se traduz pelo interpretar para compreender e o compreender para interpretar, como aspectos indissociáveis. Isto é, interpretar e compreender fazem parte de um mesmo movimento [...]”.

Com isso, de posse das informações coletadas, estabeleceram-se as correspondências entre os dados e os objetivos da pesquisa. No Quadro 6 se apresenta o *checklist* adotado na presente pesquisa.

Quadro 6 - Checklist da Pesquisa (continua)

Fase	Etapa	Descrição
1º Fase: Desenvolvimento dos protocolos de coleta e análise dos dados da pesquisa	Roteiro(s)	Construção do roteiro para os questionários
	Termo(s) de consentimento	Redação do envio de solicitação para aplicação de pesquisa na instituição
		Redação do termo de consentimento para os questionários
2ª Fase: Coleta de dados (continua)	Definição dos critérios de seleção	Definição dos critérios utilizados para selecionar os participantes
		Definição dos critérios utilizados para selecionar os eventos a serem observados
		Definição dos critérios utilizados para selecionar os documentos a serem analisados
	Forma de contato e seleção dos participantes	Contato por e-mail; Contato por aplicativos de mensagens: <i>Whatsapp</i> e <i>Telegram</i> ; Contato pessoal
	Realização	Aplicação dos questionários
		Coleta e separação de documentos (salvar arquivos em pdf em pasta segura)
	Formas de registro dos dados	Anotações em papel e em dispositivo eletrônico
	Organização dos dados	Inclusão dos questionários no software de análise
		Inclusão de documentos e anotações no software de análise
		Identificação dos dados dos questionários (data da coleta, local, outras informações pertinentes)
		Identificação dos documentos selecionados (tipo de documento, tamanho, forma de coleta, outras informações pertinentes)
		Identificação das anotações <i>in loco</i> (data e local da observação, duração, outras informações pertinentes)
		Organização por ordem cronológica
		Organização por ordem de fonte de dados

Quadro 6 - Checklist da Pesquisa (conclusão)

Fase	Etapa	Descrição
3ª Fase: Análise de dados	Técnica de análise dos dados	Análise Hermenêutica-dialética
		Escolha do software para análise dos dados: <i>Microsoft Excel (Microsoft 365 Family)</i>
		Codificação indutiva (os códigos são criados a partir dos dados)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022

3.5 PARTICIPANTES DA PESQUISA

3.5.1 Descrição dos participantes

A pesquisa foi realizada voluntariamente com os professores da EBTT, pertencentes ao quadro efetivo do IFMA *Campus* Caxias, garantindo sigilo na sua participação, de forma que os participantes a qualquer momento e sem necessidade de justificativas puderam comunicar a decisão de não mais querer participar, sendo que os dados obtidos foram manuseados e tratados somente pelos pesquisadores ficando à disposição as informações do estudo sempre que acharem necessário.

Nesse sentido, o público das ações consistiu em docentes do Magistério pertencentes a carreira EBTT, em especial os que atuam na EPT, com as disciplinas cujos conteúdos curriculares são da formação específica (técnica), sem deixar de alcançar os docentes dos conteúdos curriculares da formação geral (propedêutica), além de servidores que exercem coordenação acadêmica dos cursos técnicos ativos, e também a equipe administrativa que possuem atividades inerentes ao planejamento de compras e contratos. Desse modo, fizeram parte do estudo 80 (oitenta) servidores desde os que ocupam cargos na gestão de provimento comissionado, bem como os servidores técnicos administrativos que atuam no setor de licitação, compras e contratos.

Convém esclarecer que a pesquisa teve como expectativa uma quantidade de servidores que reproduzissem apenas aqueles que efetivamente atuam ou atuaram nas demandas das aquisições da instituição, definida pela conveniência (MARCONI; LAKATOS, 2021), oportunidade da disponibilidade na aproximação com os participantes, escolhidos pelo critério da intencionalidade e relevância (GIL, 2018).

À vista disso, foram elaborados dois modelos de questionários. Um com questões abertas em um universo de 22 (vinte e dois) servidores, sendo 16 (dezesesseis) docentes que ocupam as Coordenações dos cursos, 03 (três) docentes que ocupam cargo de gestão, 03 (três) técnicos-administrativos que estão localizados na Coordenadoria de Licitação, Compras e Contratos.

No entanto, mesmo após diversas tentativas de se obter a participação, ressaltando a importância pelo conhecimento aprofundado que os participantes têm quanto às atividades de gestão, para esta análise apenas 10 (dez) questionários foram respondidos, correspondendo ao percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) desse universo.

A aplicação do outro questionário, destinado aos professores EBTT que atuam nas disciplinas dos núcleos gerais e específicos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, tendo como foco os que possuem em seus planos de aula alguma atividade de prática, foi dirigido a 58 (cinquenta e oito) docentes, que são os principais demandantes de diferentes áreas de atuação dentro do IFMA *Campus* Caxias, sendo que, desta quantidade, 45 (quarenta e cinco) responderam, o que corresponde a 78% (setenta e oito por cento) dos participantes.

3.5.2 Critérios de inclusão e exclusão

Utilizou-se como critério de inclusão na pesquisa os docentes pertencentes ao quadro efetivo permanente do *Campus* Caxias, que ministram diversas disciplinas gerais e específicas e que possuem aulas de conteúdos teórico-práticos em salas de aula, laboratórios e no campo, nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas suas formas integradas (regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos), subsequente e concomitante com abrangência nos cursos ativos do IFMA *Campus* Caxias, no ano de 2022, sendo estes os cursos de Administração, Agropecuária, Agroindústria, Comércio e Informática, bem como os coordenadores de cursos que ocupam as respectivas coordenações dos cursos e servidores que já participaram de equipes de planejamento .

Consequentemente foram excluídos da pesquisa os docentes externos dos programas ofertados via parcerias, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e seus correlatos.

Também não foi realizada pesquisa com docentes da carreira do Magistério Superior, os da carreira EBTT que atuam exclusivamente nos cursos superiores (Licenciatura, Bacharelado, Pós-Graduação), bem como professores substitutos contratados ou temporários, docentes que mesmo pertencentes ao quadro do *Campus* Caxias encontrem-se afastados para pós-graduação ou em exercício provisório¹⁸ em outros órgãos e os servidores em geral que não atuam no setor de licitação.

3.6 CRITÉRIOS ÉTICOS

No que concerne à análise ética da pesquisa, com vistas a evitar algum tipo de implicação legal que pudesse acarretar algum risco aos envolvidos e como forma de garantia da integridade dos participantes, este estudo foi aplicado somente após a submissão e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). Com feito, o CEP é definido por Antenor (2020, s.p.) como “colegiados multi e transdisciplinares que atuam em todas as instituições que realizam estudos envolvendo seres humanos no Brasil, com o propósito de resguardar os interesses, a integridade e a dignidade dos sujeitos da pesquisa”.

Antes de qualquer início de procedimento e para que houvesse total entendimento do conteúdo pesquisado os participantes receberam esclarecimentos prévios sobre o teor e objetivos da pesquisa. Considerando que os respondentes dos questionários são servidores maiores de idade, foi apresentado apenas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), com fins de possibilitar aos participantes da pesquisa o mais amplo esclarecimento sobre a investigação realizada, seus riscos e benefícios, para que a sua manifestação de vontade no sentido de participar (ou não) fosse efetivamente livre e consciente.

O acesso e a utilização dos dados ocorreram somente após a comunicação e autorização prévia dos participantes. Ressalta-se que não houve qualquer custo aos participantes, garantindo privacidade e sigilo, levando em consideração, ainda, a autorização legal quanto à situação de vulnerabilidade, bem como assistência psicológica, que esteve disponível caso necessitassem.

¹⁸ Servidores que mesmo possuindo vínculo funcional com o *Campus* Caxias por interesse institucional estão exercendo suas atividades provisoriamente em outro *Campus* do IFMA.

Para reduzir ainda mais possíveis riscos, a pesquisa atendeu às dimensões e observações quanto à garantia dos aspectos éticos previstos na legislação, notadamente adotando todos os protocolos de segurança da informação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP), Lei nº 13.709 (BRASIL, 2018) no que elencou com os dados relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, bem como dados sobre origem racial ou étnica, religião, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou a vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

Por fim, devido à situação de pandemia causada pela disseminação de um novo tipo de coronavírus (COVID-19) que alastrou-se pelo mundo e consequentemente pelo Brasil, exigindo o isolamento social e fechamento de diversas instituições públicas, notadamente as de ensino, esta pesquisa, em virtude dos riscos à saúde, adotou todas as recomendações sanitárias necessárias para garantia da integridade e bem-estar dos participantes, sendo adotado o uso de equipamentos pessoal individual de segurança e distanciamento social em todas as abordagens.

Nos próximos capítulos, evidenciam-se a elaboração do produto educacional (*ebook*), suas construções, apresentação, avaliação e análises, bem como os resultados e discussão do estudo.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

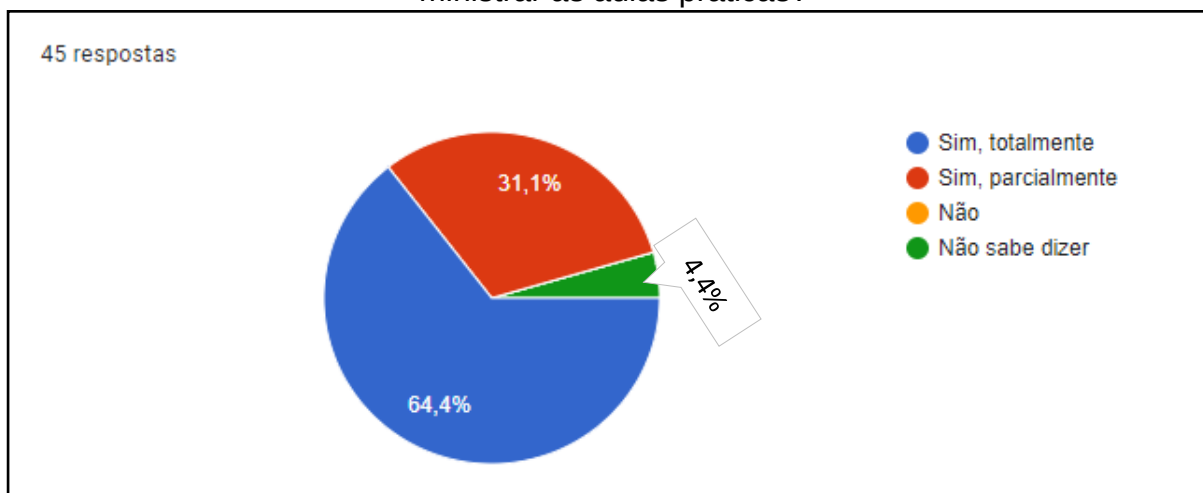
Sobre a criação do Produto Educacional, ressalta-se que o Mestrado Profissional, distinto do Mestrado Acadêmico, dentre outras características, exige a construção de um documento que sirva de contribuição para o desenvolvimento do ensino, sendo este produto aplicado ou aplicável. Nesse sentido, o “produto é resultado da pesquisa, mas deve ser capaz de funcionar independentemente da pesquisa” (FARIAS; MENDONÇA, 2019, p. 12).

Por oportuno, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) define também que um produto educacional é:

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de videoaulas, um equipamento, uma exposição, entre outros (BRASIL, 2019, pp. 5-6).

Nessa perspectiva, o Produto Educacional foi elaborado a partir do levantamento das informações com base nas análises das respostas obtidas por meio dos questionários aplicados a exemplo do apresentado no Gráfico 2, bem como das necessidades apontadas pelos participantes da pesquisa, na forma de proposta de um documento.

Gráfico 2 - Você acredita que a existência de algum documento com orientações contendo as normas e procedimentos sobre o planejamento de compras facilitaria no atendimento das demandas de aquisição dos materiais e equipamentos para ministrar as aulas práticas?



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Dessa forma, para a construção do produto foi realizada uma ordenação das informações encontradas no levantamento bibliográfico e documental sobre o tema do planejamento e compras públicas e desenvolvido um Guia, elaborado para orientar o servidor no planejamento, contendo as normas, procedimentos, regras e legislação de forma simples e objetiva, tendo como objetivo a melhoria dos processos de aquisições junto ao IFMA *Campus* Caxias, contribuindo para superação dos desafios encontrados ao longo da pesquisa. Tratou-se das principais etapas do planejamento e dos principais conceitos inerentes aos procedimentos de contratação pública.

Considerando-se a finalidade do Produto Educacional, que é sanar um problema identificado na pesquisa, buscou-se apresentar uma solução para, além de auxiliar na compreensão do tema abordado, promovendo a disseminação do conhecimento sobre planejamento de compras e contratações no âmbito da Administração Pública, notadamente na sua fase de planejamento, propor também melhorias nos fluxos e procedimentos internos com a finalidade de buscar celeridade nos processos, em observância à legislação vigente. Dessa forma, não somente os participantes da pesquisa serão favorecidos, mas toda a comunidade acadêmica poderá se beneficiar sobre o assunto de forma célere e eficiente.

O objetivo é atuar para além da prática do planejamento e não somente no recurso do produto educacional, visando contribuir para qualidade no atendimento dos pedidos de compras e contratação, aumentando a produtividade e eficiência no suporte às aulas práticas, resolvendo o equívoco de um planejamento inadequado, alcançando o maior número de pessoas, tendo primeiramente como público servidores docentes que demandam as solicitações de aquisição de material ou serviços, que desconhecem o assunto.

O produto teve como política fomentar a participação do professor EBTT e demais servidores da Rede Federal em processos de compra pública, transcendendo a tecnologia. Não é só a solução tecnológica que o produto trará, este recebeu todo um marco normativo que prevê esse tipo de participação e permite que o *Campus* o configure de forma adequada para a sua realidade. Buscou-se não só o recurso tecnológico, mas também apoio na instrumentalização legal do processo de compras dentro do *Campus* Caxias, literalmente mostrando ao professor o que ele tem que fazer, trazendo não só um conjunto de ferramentas, permitindo que algo seja feito, mas demonstrando ao usuário do produto a importância do planejamento, para entender que é possível concretizar suas demandas.

Ademais, sem o objetivo de esgotar a tema ora proposto, como estratégia de avaliação, aplicação e validação, a elaboração do produto foi construída por meio de uma abordagem inicial com um esboço apresentado aos participantes da pesquisa, que ao terem contato com o material tiveram condições de propor contribuições de forma a adaptar as informações do produto de maneira mais cristalina, objetiva e direta.

Os resultados foram organizados esquematicamente e as etapas da construção do produto podem ser expressas seguindo a ordem detalhada conforme demonstrado no Quadro 7:

Quadro 7 - Roteiro de elaboração do Produto Educacional.

ETAPAS	OBJETIVOS
1ª ETAPA: Pesquisa bibliográfica e documental para o desenho do produto	Fazer um levantamento prévio das teorias e produtos educacionais existentes em sites oficiais e em empresas especializadas na área de licitações.
2ª ETAPA: Apresentação do problema concreto ou lacuna	Expor as dificuldades, lacunas ou incoerências existentes na instituição acerca do planejamento de compras.
3ª ETAPA: Solução proposta e elaboração do material	Materializar preliminarmente um documento (<i>e-book</i>) em formato <i>Portable Document Format</i> (PDF) com as soluções que foram apresentadas aos participantes da pesquisa
4ª ETAPA: Apresentação o Produto Educacional	Apresentar o produto formalmente via e-mail institucional para análise e contribuições encaminhadas via questionário eletrônico <i>Google forms</i>
5ª ETAPA: Teste de validação por meio de aplicação, observação, experimentação e avaliação	Reunir, catalogar e analisar os resultados, avaliando a necessidade de modificação do Produto Educacional
6ª ETAPA: Refinamento do Produto	Adequação com base nos dados coletados e analisados
7ª ETAPA: Confeccção do Produto Educacional	Confeccionar <i>e-book</i> com utilização de ferramentas de Tecnologia da Informação
8ª ETAPA: Validação junto a banca examinadora	Apresentar a versão atualizada do Produto Educacional por meio de envio digitalizado para a Banca de Defesa para avaliação das soluções e sugestões
9ª ETAPA: Ajustes finais	Adequar com base nas sugestões propostas pela Banca
10ª ETAPA: Normatizar institucionalmente	Encaminhar para proposição de normatização interna junto ao órgão competente do IFMA <i>Campus Caxias</i>

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Com os resultados obtidos foi decidido qual Produto Educacional seria construído. Sendo um trabalho essencial para o desenvolvimento, o produto está organizado para oferecer as melhores soluções de modo intuitivo, ajudando o servidor de se tornar agente transformador por meio de um produto eficiente, eficaz e fácil de compreender, estando em conformidade com as legislações vigentes.

Foi realizada uma contextualização básica do produto, apresentando um material que despertasse a atenção, com *layout* atrativo e de fácil compreensão, sem deixar de instigar um aprofundamento a posterior do tema. Insta ressaltar que, diante das diversas alterações na legislação administrativa e normas esparsas para regulamentações de dispositivos legais, notadamente quanto aos aspectos da contratação pública, este produto inclina-se a sofrer alterações que serão revistas por este pesquisador a medida do surgimento de novas regulamentações, se dando por meio de novas versões para que seja possível a utilização contínua.

Quanto ao conteúdo do produto educacional, deu-se destaque para o planejamento, na compreensão dos instrumentos normativos que regem a matéria de compras públicas, também dos artefatos, como o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), na qual constam as descrições, conceitos e procedimentos referente às demandas com foco na participação do requisitante na fase interna do planejamento.

O guia apresenta ainda os caminhos percorridos de um processo de compras e informações sobre as modalidades existentes no arcabouço jurídico, bem como as exceções à regra de licitar, destacando a legislação brasileira vigente por meio de *hiperlinks* que direcionam para além dos sites oficiais do governo federal com fins de complementação os assuntos abordados, mas também ao acesso a sistemas eletrônicos de utilização obrigatória no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Essas informações foram organizadas em formato de texto, desenvolvido pelo pesquisador e posteriormente diagramado em formato de *ebook* por meio do programa *Microsoft PowerPoint* com a utilização do aplicativo online *Lucidchart*, procurando além de conceitos, construir um material educativo dinâmico, procedimental e de fácil acesso, que tem como intuito possibilitar que todo e qualquer servidor possa utilizá-lo por meio da atividade prática. Dessa forma, o produto educacional desenvolvido torna-se parte integrante deste estudo e estará disponível para livre consulta.

4.1 APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

A apresentação do Produto Educacional - Guia de Planejamento de Compras do IFMA *Campus* Caxias foi realizada por meio do envio de um esboço do documento em formato *Portable Document Format* (PDF) ao e-mail institucional para servidores do *Campus* Caxias e, sequencialmente, os participantes receberam um questionário de avaliação (APÊNDICE D) utilizando a plataforma de criação de formulários eletrônicos *Google Forms*. Além disso, a solicitação de participação foi reforçada individualmente por meio de aplicativos de mensagens *WhatsApp* e *Telegram*, bem como divulgada em reunião presencial no encerramento do semestre letivo de 2022, realizada no dia 12 de janeiro de 2023, estando os resultados dispostos no Quadro 8:

Quadro 8 - Questionário de avaliação do produto educacional.

	Ótimo	Muito Bom	Bom	Regular	Ruim
Apresentação do conteúdo	6	10	3	0	0
Informação sobre os instrumentos de planejamento	6	11	2	0	0
Formatação do documento apresentado	6	10	2	1	0

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Verificamos que, no aspecto concernente ao produto, 85,96% afirmaram ser ótimo ou muito bom e 12,28% o definiram como bom. Ademais, além das perguntas objetivas dispostas no questionário, foi apresentado um espaço facultativo de comentários e contribuições pelos participantes para possíveis melhorias, cujas sugestões foram as seguintes:

Considerando a complexidade do processo de compras, sobretudo na docência, percebi que esse produto irá contribuir de forma significativa para o planejamento das atividades práticas inerentes ao processo de ensino e aprendizagem (PARTICIPANTE 1).

Precisa melhoria na diagramação do produto, sobretudo a coordenação das cores e melhor ilustração do texto (PARTICIPANTE 2).

O trabalho é importante e muito relevante para a atividade docente. Devido a alta demanda de aulas por professor no campus em questão, ter uma guia que o auxilia no que é proposto aumenta a eficácia do trabalho.

Sugestões. - Observei que a guia mais se aproxima de um manual devido as justificativas fundamentadas para os passos do processo tornando-a relativamente grande olhando para o todo. - O material poderia ser melhor condensado quando divulgado e poderia ser dividido por módulos, como por exemplo, Módulo I: Justificativas legais; Módulo II: Procedimentos e exemplos práticos. - Como o objetivo é guiar os professores na sequência desse processo acredito que seria interessante verificar as situações mais comuns no campus Caixas e demonstrar o processo em forma de um exemplo prático. Por exemplo, criar um tópico de dúvidas comuns. "Como solicitar uma manutenção de aparelhos X" (PARTICIPANTE 3).

Apresentar o Estudo Técnico Preliminar através de exemplos concretos (PARTICIPANTE 4).

Após análises das avaliações pelos participantes, o Guia foi ajustado e refinado, considerando as contribuições sugeridas. Ressalta-se que a avaliação apresentou algumas limitações, notadamente quanto à pequena dimensão da amostra, pois apenas 29% dos participantes responderam, o que corresponde um quantitativo de dezenove servidores. No entanto, apesar desta limitação, o Produto Educacional desenvolvido se mostrou adequado para o entendimento do planejamento no âmbito do Instituto Federal, estando dessa forma validado pelos participantes da pesquisa, de acordo com as exigências do programa.

Corrobora este entendimento quando questionados se o Guia apresentado, considerando a importância do planejamento de compras e contratações como parte das atividades do professor EBTT, poderia ser considerado uma ferramenta orientadora na instrução dos processos e se consideravam que as informações trazidas no Guia são relevantes e atendem aos objetivos de um bom planejamento de compras. Sendo que todos os avaliadores consideraram positivamente.

A expectativa, portanto, é que, após a aplicação do produto, os servidores estejam sensibilizados quanto à importância do planejamento de compras e aptos a compreenderem o funcionamento das aquisições públicas, tornando-se mais conscientes e contribuindo para aumentar a eficácia dos processos de compras e contratações na Instituição.

Assim, para atingir uma performance necessária na elaboração dos artefatos buscou-se um incentivo à adoção de um comportamento proativo, conjunto e colaborativo por parte de todos os atuantes no processo de contratação pública, com vistas à busca de resultados mais eficazes e não apenas de cumprimento de regras desconectadas do objetivo principal, qual seja: o atendimento do interesse público.

Com efeito, a conveniência para o produto foi adotada em face da racionalização dos recursos disponíveis e concebido de forma mais sustentável. As Figuras 6, 7, 8, 9, 10 e 11 apresentam parte do Produto Educacional após submissão de avaliação dos participantes.

Figura 6 - Capa do Produto Educacional



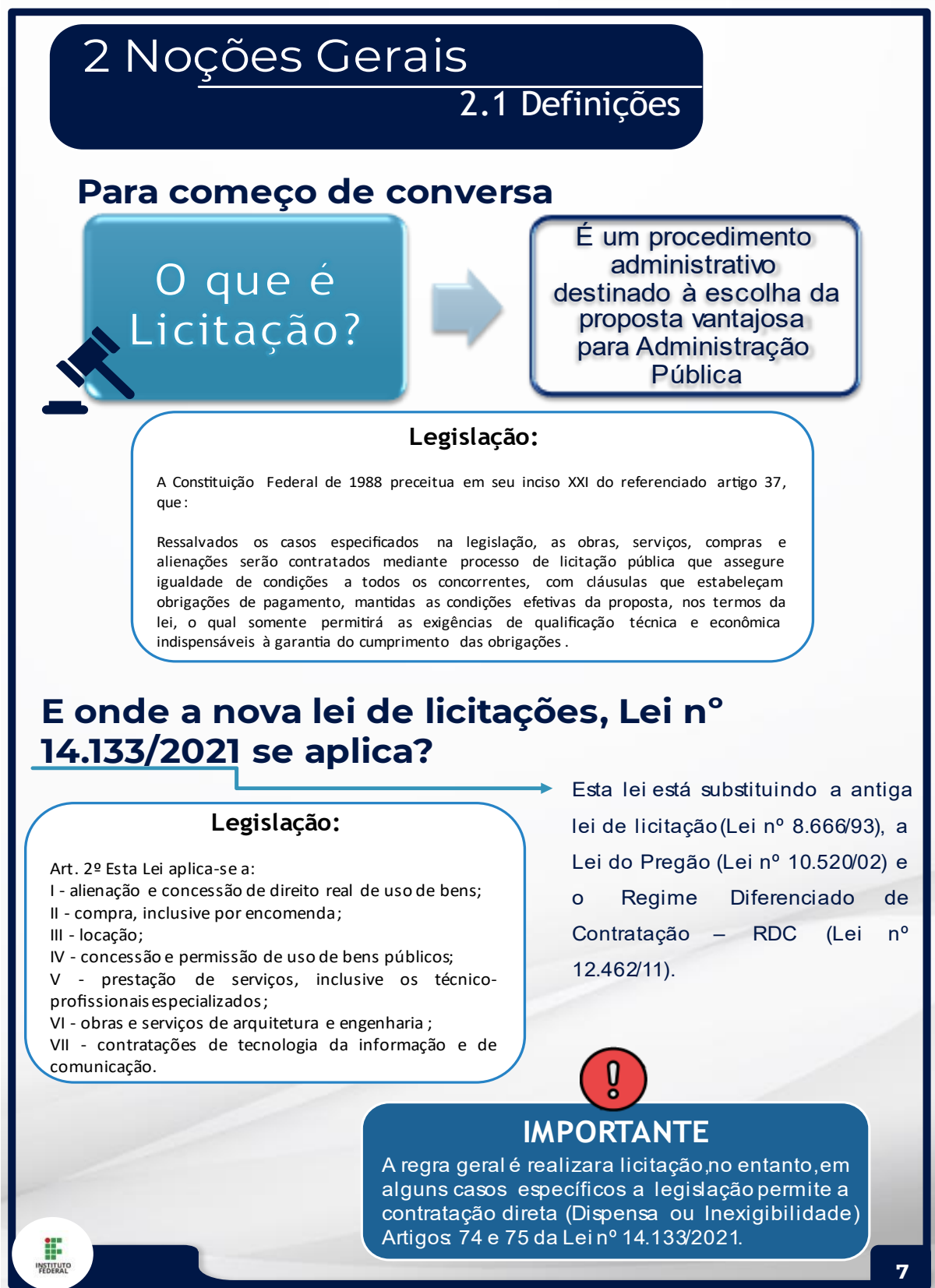
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Figura 7 - Sumário do Produto Educacional

Sumário	
1	<u>INTRODUÇÃO</u> 05
2	<u>NOÇÕES GERAIS</u> 07
2.1	<u>DEFINIÇÕES</u> 07
2.2	<u>MODALIDADES DE LICITAÇÃO</u> 09
2.3	<u>COMPRAS DIRETAS</u> 10
2.4	<u>IMPORTÂNCIA DA FASE INTERNA DO PLANEJAMENTO</u> 13
2.5	<u>LEGISLAÇÃO E MATERIAL DE APOIO</u> 19
2.6	<u>PROCEDIMENTOS, FASES E ETAPAS</u> 23
2.7	<u>SITUAÇÃO HIPOTÉTICA</u> 26
3	<u>DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA</u> 29
3.1	<u>INSTRUÇÕES</u> 31
3.2	<u>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</u> 32
3.3	<u>ORIENTAÇÕES PARA ACESSO SUAP</u> 38
4	<u>ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP</u> 42
4.1	<u>ELEMENTOS</u> 46
5	<u>TERMO DE REFERÊNCIA</u> 64
5.1	<u>FINALIDADE</u> 65
5.2	<u>ELEMENTOS</u> 66
5.3	<u>RECOMENDAÇÕES</u> 70
	REFERÊNCIAS68
	ANEXO I - PORTARIA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO 73
	ANEXO II - DESPACHO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA..... 76
	ANEXO III - CONSULTA PESQUISA DE PREÇOS COM FORNECEDOR 78



Figura 8 - Capítulo 2 do Produto Educacional



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

Figura 9 – Parte integrante do Produto Educacional

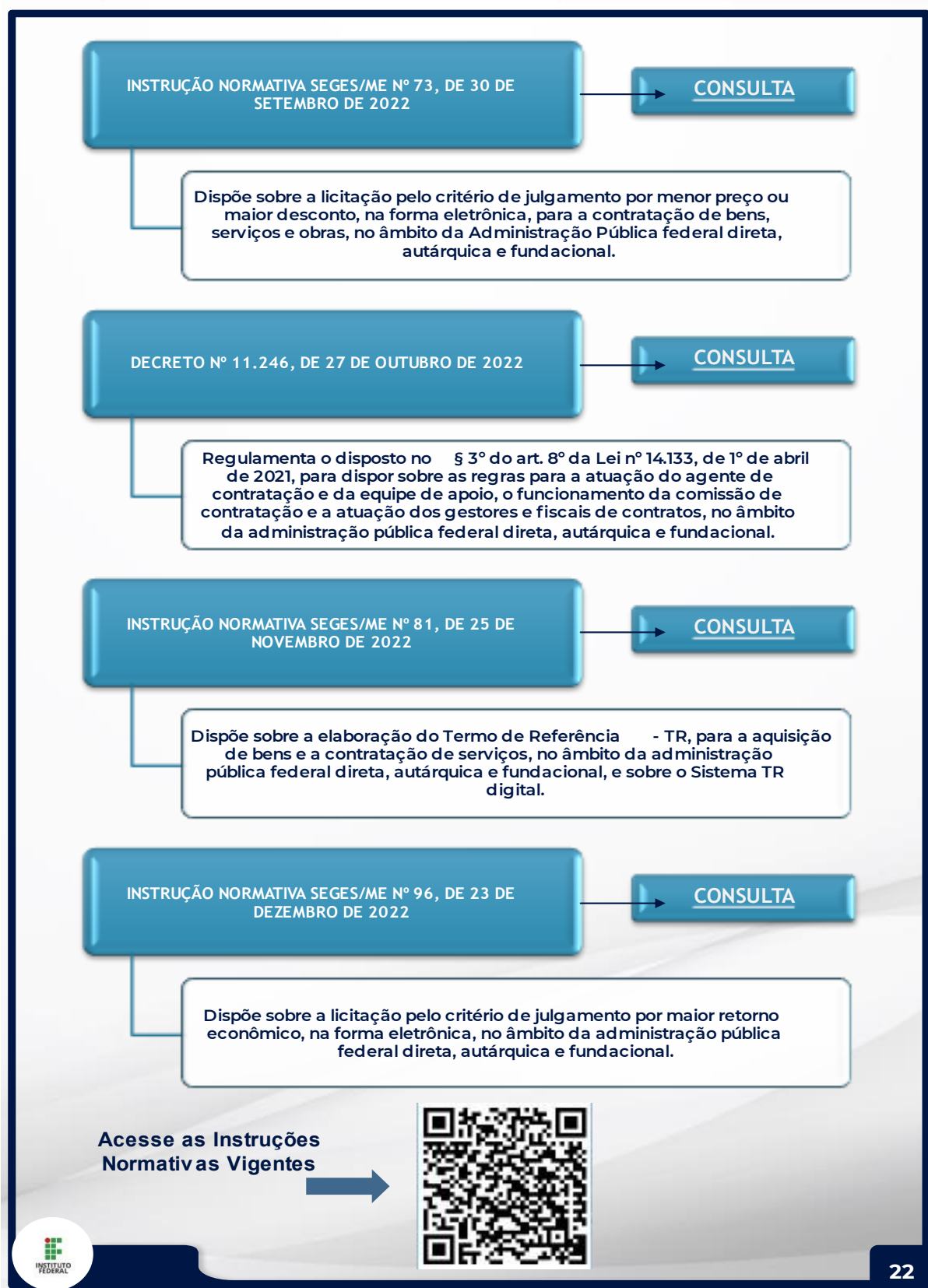


Figura 10 - Subcapítulo 2.7 do Produto Educacional

2.7 Situação hipotética

O Instituto Federal da América do Sul, Campus Brasil, analisando a situação econômica e social do país observou que a região na qual estava localizado possuía uma significativa diversidade de empresas e organizações que demandam constantemente profissionais técnicos com qualificação e capacitação na área agroindustrial. No entanto, apesar da notória necessidade, a formação do perfil profissional é escassa, fazendo com que a maioria dos profissionais contratados sejam de outras regiões, demandando custos para o desenvolvimento local.

Sabendo que a produção de agroindústria é reconhecida em todos os segmentos socioeconômicos mais dinâmicos, contribuindo para diversas áreas, não só na geração de emprego na indústria, mas para desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e equipamentos que agregam valor ao produto e ao homem que produz.

No intuito de formar Técnicos em Agroindústria, capazes de desenvolverem atividades desde produção, extensão e pesquisa científica, a Diretoria de Desenvolvimento Educacional juntamente com o Departamento de Ensino resolveram ofertar Educação Profissional Técnica de Nível Médio planejando a formulação para criação do curso Técnico em Agroindústria, na modalidade integrada com o Ensino Médio para início do ano de 2022 com o tempo mínimo de 3 anos para integralização.

Após seguir todos os trâmites para aprovação do curso, com a criação da Coordenadoria, foi aberto concurso público na qual disponibilizou cargos de professores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica para diversas áreas conforme planejamento.

Iniciadas as atividades com oferta inicial de 40 vagas, após a formação da primeira turma o Diretor Geral foi procurado pela comunidade de egressos informando da dificuldade, devido à falta de conhecimento prático, de conseguirem emprego no setor econômico formal nas indústrias da região, bem como dificuldade de empreenderem no seu próprio negócio, apesar de possuírem amplo conhecimento teórico ligado ao campo da produção e de compreenderem os fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos.

Após validação da Banca Examinadora, caso necessário, o Produto será ajustado e, posteriormente, mediante proposição de normatização junto ao Conselho Diretor (Condir) do *Campus Caxias*¹⁹, será providenciada sua publicação no site da instituição, bem como a sua disponibilização, em formato Portable Document Format (PDF), via *e-mail* institucional aos servidores, devendo ser atualizado periodicamente, para revisão dos procedimentos e atualização com base na legislação vigente.

Apresentam-se a seguir os resultados e discussão com as respectivas análises dos objetivos alcançados.

¹⁹É o órgão máximo no âmbito do Campus Caxias e tem natureza consultiva e deliberativa nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse capítulo propõe-se a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos junto aos relatos dos participantes da pesquisa a partir da aplicação dos questionários, bem como das análises documentais e bibliográficas considerando a estruturação dos métodos utilizados, notadamente quanto à realização descritiva e sustentação interpretativa das leituras desenvolvidas durante a pesquisa, tendo como suporte no processo de análise dos dados os resultados, discussão e a fundamentação teórica sobre o objeto da pesquisa.

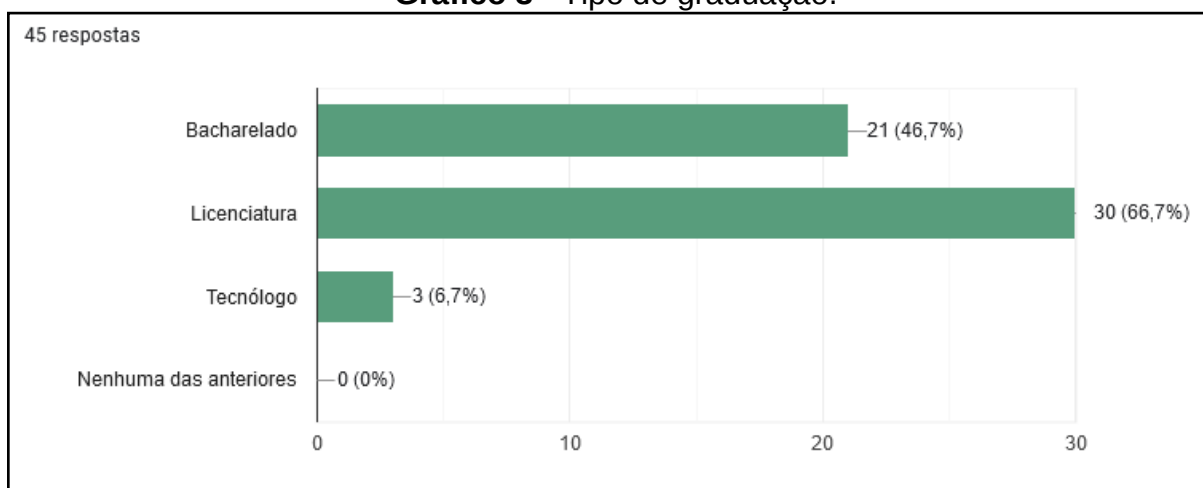
Para uma compreensão objetiva e completa, este capítulo está estruturado da seguinte forma: primeiro apresenta a composição do quadro docente no ambiente do IFMA *Campus* Caxias com relação à formação acadêmica, experiência e o trabalho na EPT, o desenvolvimento das suas disciplinas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a articulação dos conteúdos curriculares entre a aprendizagem teórica e a técnica, voltando a formação para omnilateralidade. Segundo, será abordada a importância da práxis na preparação do indivíduo para a conquista da autonomia e seu comprometimento com a transformação social, tendo a busca da formação para além do viés mercadológico.

Por fim, serão discutidos os conhecimentos apresentados acerca do planejamento das compras públicas como instrumento de contribuição para o desenvolvimento nas atividades das práticas dos professores da EBTT nas suas disciplinas.

5.1.1 IFMA *Campus* Caxias: relação entre trabalho docente e EPT

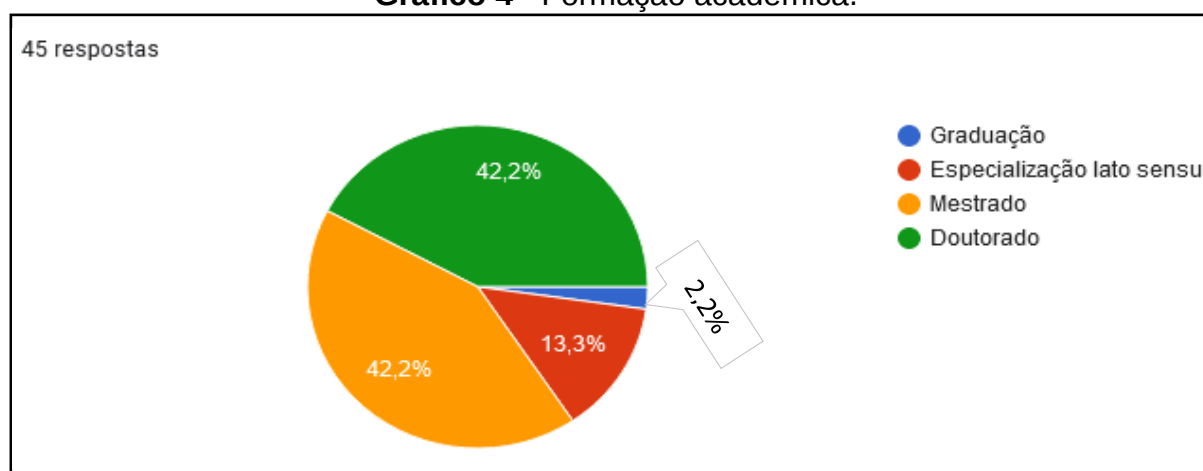
Conforme informado nos itens 2.1 e 3.2 deste manuscrito, o IFMA *Campus* Caxias possui atualmente cursos técnicos nas formas integrada, concomitante e subsequente, sendo os núcleos das disciplinas que compõem o componente curricular destes cursos divididos em núcleo básico, com disciplinas preponderantemente gerais, e núcleo específico, com disciplinas preponderantemente técnicas.

Para compreensão do perfil na formação dos docentes que ocupam as disciplinas, foi questionado aos participantes acerca da formação (tipo de graduação), sendo evidenciado, conforme apresentado no Gráfico 3 que 66,7% são licenciados e 53,4% não possuem licenciatura na graduação.

Gráfico 3 - Tipo de graduação.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Quanto a formação acadêmica foi identificado, como apontado no Gráfico 4, que 84,4% dos respondentes são compostos em maioria equitativamente por mestres e doutores.

Gráfico 4 - Formação acadêmica.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

De modo geral, observa-se que, no quadro de profissionais docentes do *Campus Caxias* há uma formação composta por profissionais qualificados com diferentes formações e com a maioria possuindo cursos de mestrado e doutorado em suas áreas de conhecimento específico, com capacidade, por meio de suas qualificações, de contribuir para a melhor articulação na prática docente.

O Quadro 9 identifica as áreas/disciplinas dos docentes que atualmente encontram-se disponíveis no *Campus*, sejam estas as demandadas por concurso público ou por concurso interno de remoção:

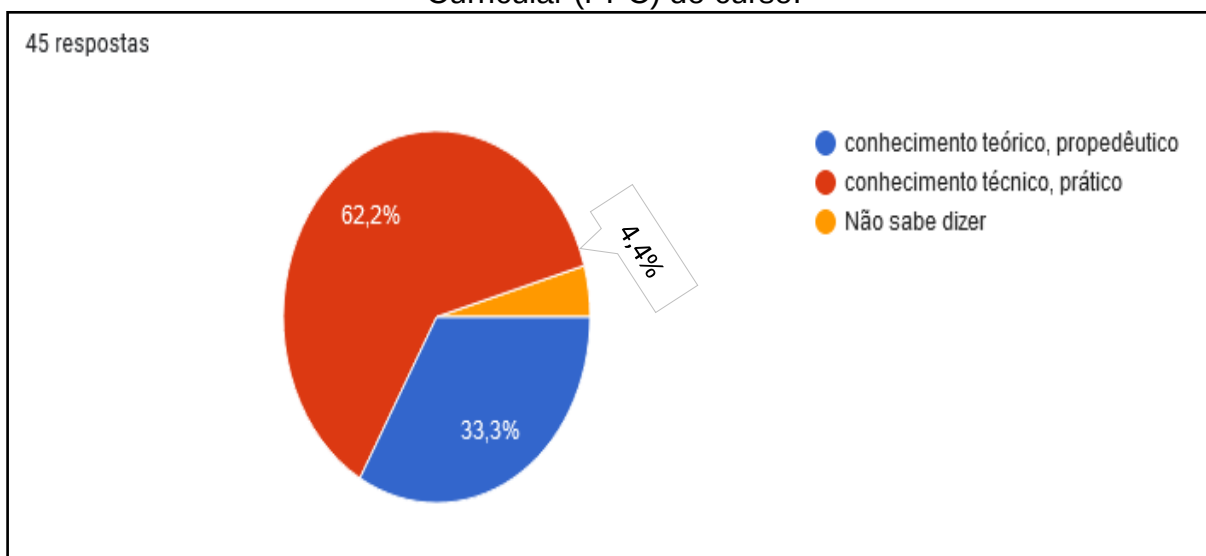
Quadro 9 - Disciplinas dos Docentes do Campus Caxias.

Administração e Cooperativismo	Gestão de Pessoas e das Relações do Trabalho
Administração/Logística	História
Agroindústria	Informática
Agropecuária/Zootecnia	Informática Arq. Comput. e Redes
Artes	Informática/Desenvolvimento de Sistemas/Redes de Computadores
Biologia/Botânica	Informática/Software Livre
Biologia/Meio Ambiente	Letras/Português
Biologia/Melhoramento Genético Vegetal	Língua Estrangeira/Inglês
Biologia/Zoologia	Língua Portuguesa e Língua Estrangeira/Inglês
Ciências Agrárias/Agricultura	Máquinas e Instalações Elétricas
Ciências Agrárias	Matemática
Disciplinas Pedagógicas	Matemática/Estatística
Educação	Medicina Veterinária
Educação Física	Português/Língua Espanhola
Engenharia Química/Tecnologia de Biocombustível	Química
Filosofia/Filosofia da Educação	Química/Química Analítica
Física	Segurança do Trabalho
Fonoaudiologia	Sociologia
Geografia	Tecnologia de Alimentos
Gestão Agropecuária	Zootecnia

FONTE: Diário Oficial da União; Portarias de Remoção, 2022

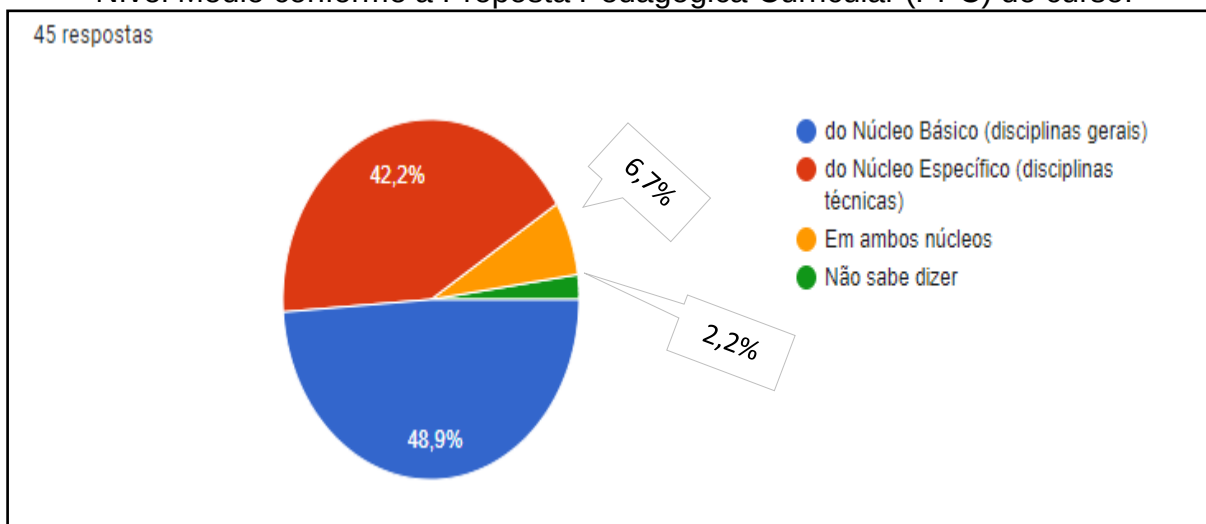
Os Gráficos 5 e 6 apresentam o entendimento dos professores acerca das considerações sobre as disciplinas que atualmente ministram, sendo que a maioria, 62,2%, as consideram de conhecimento técnico, prático. Tratam-se de disciplinas do eixo específico, cuja abordagem engloba conhecimentos do trabalho intelectual e manual, de instrução geral e instrução profissional, que necessitam de saberes que envolvam execução de atividades para além do conhecimento científico-intelectual, o que corrobora a necessidade da existência de materiais ou serviços de apoio para auxiliarem nas aulas que propõem processos de práticas.

Gráfico 5 - Disciplinas atualmente ministradas conforme a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

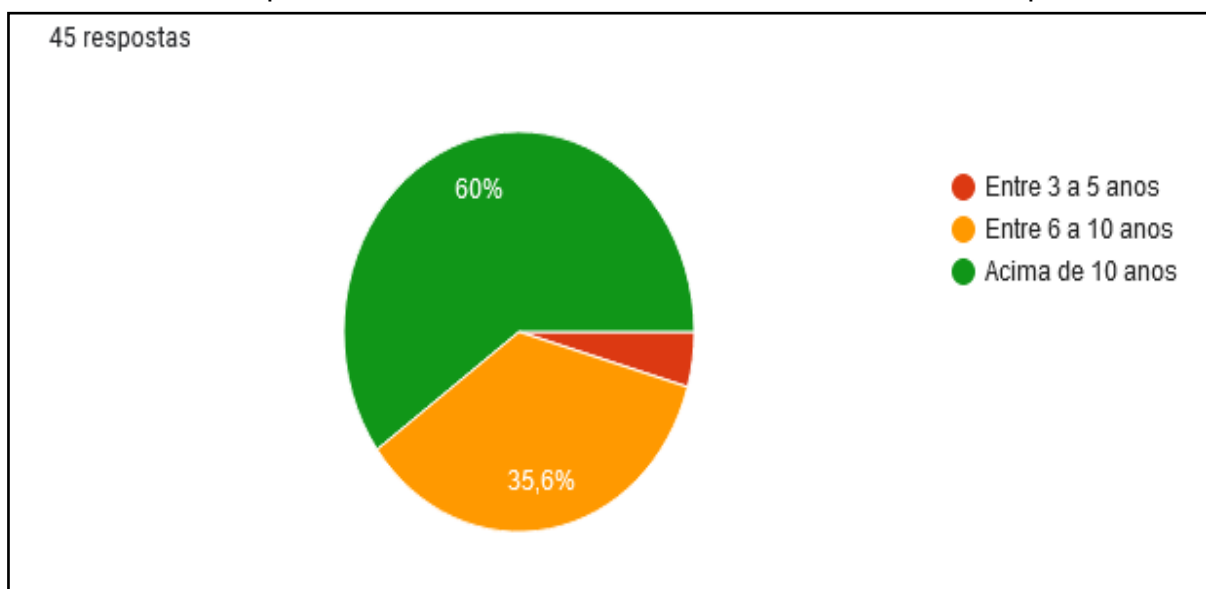
Gráfico 6 - Disciplinas atualmente ministradas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio conforme a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

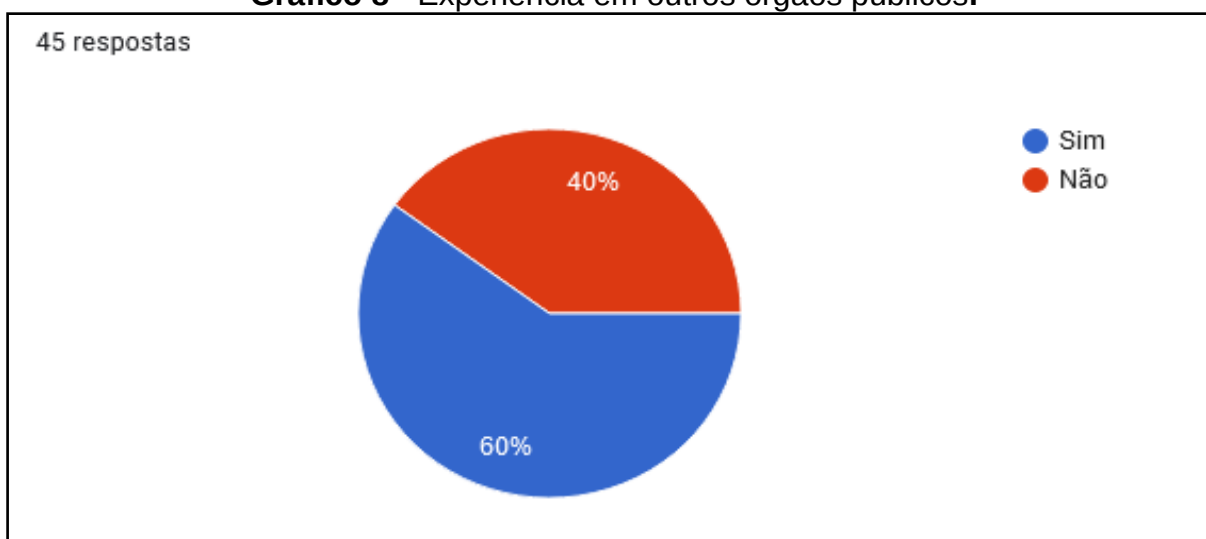
Quanto à experiência para o exercício da profissão, os Gráficos 7 e 8 revelam a evidência de que os professores possuem tempo de vivência considerável na prática do ensino na instituição ou em outros órgãos públicos para entendimento suficiente quanto aos conceitos e percepções sobre EPT, sobre a função do professor enquanto docente da Rede de Educação Profissional e Tecnológica, bem com a missão do IF enquanto *lócus* de promoção e desenvolvimento da EPT, corroborando a experiência dos docentes.

Gráfico 7 - Tempo de trabalho no Instituto Federal do Maranhão Campus Caxias.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Gráfico 8 - Experiência em outros órgãos públicos.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Por outro lado, Santos *et al* (2019) atribui diversas dúvidas quanto ao ingresso na carreira docente e seus conhecimentos ou preparo sobre a compreensão e atuação para garantia de uma educação emancipadora, na perspectiva de enfatizar o trabalho como princípio educativo no ambiente da Rede Federal. Apresentam os autores os seguintes questionamentos: “Será que sabem no que se fundamenta, quais os projetos, bases científicas, históricas que inspiram seu surgimento e o que obtiveram os Institutos Federais? e qual seria seu papel como docentes nesses *Lócus*?” (SANTOS *et al*, 2019, p. 3).

Nesse âmbito, destaca-se a importância da qualificação e experiência do quadro dos profissionais no contexto escolar, não devendo ser ignorado as suas dimensões pessoais. Gatti (2014, p. 43) destaca que “os professores desenvolvem sua condição de profissionais tanto pela sua formação básica na graduação, como por suas experiências com a prática docente, iniciada na graduação e concretizada no trabalho das redes de ensino”. Para a autora “[...] formação inicial de profissionais apenas como propedêutica, em forma teórica dissociada de experiência e conhecimento adquiridos pela experiência de trabalho, não responde às necessidades de reconversão profissional que a contemporaneidade coloca” (GATTI, 2014, p. 39).

No entanto, ao questionarmos os professores que atuam na gestão quanto a percepção da importância das aulas práticas para o desenvolvimento do discente na preparação deste para o mundo do trabalho, pode ser observado que ainda existem dificuldades na percepção docente sobre o sentido da formação integral na ETP. Dessa maneira, obtivemos algumas respostas que merecem destaque:

*São importantes na formação do discente, pois o mesmo irá **desenvolver as habilidades e competências** inerentes a sua atuação e desenvolvimento profissional (GESTOR 1) (grifei).*

*As aulas práticas são fundamentais para proporcionar segurança aos alunos na expectativa de enfrentar o **mercado de trabalho** (GESTOR 3) (grifei).*

*As aulas práticas são importantes, pois contribuem como um método de **fixação de uma habilidade específica da profissão** a ser seguida pelo discente (GESTOR 4) (grifei).*

*As aulas práticas constituem ferramenta indispensável ao "saber fazer" ou know-how de um futuro técnico, permitindo experimentar ainda na academia as diferentes nuances da vida profissional que lhe aguarda no **mercado de trabalho**. Além disso, as aulas práticas reforçam e complementam o aprendizado teórico repassado em sala de aula; o contato prático permite ao aluno fixar o que lhe foi repassado em sala de aula e que por vezes foi de difícil compreensão, mas que no momento da aula prática fica elucidado e assimilado (GESTOR 6) (grifei).*

*As aulas práticas desenvolvem habilidades nos alunos que são necessárias ao **mercado de trabalho**, tanto o fortalecimento dos conhecimentos técnicos, quanto habilidades humanas e sociais necessárias para inserção no mundo do trabalho (GESTOR 7) (grifei).*

*São de fundamental importância. As aulas práticas são uma antecipação, **uma espécie de treino** para a realidade que o discente encontrará no **mercado de trabalho** (GESTOR 10) (grifei).*

Os resultados demonstram que tais afirmações ainda trazem enraizados elementos e concepções da dualidade que permeia a educação profissional e tecnológica, há muito debatida e combatida por autores como Ciavatta (2014), Frigotto (2012) Kuenzer (2017), Moura (2007), Pacheco (2010), Ramos (2014) e Saviani (2007). Alguns gestores ainda veem a EPT como uma forma de fornecimento de mão de obra necessária ao mercado de trabalho, o que deve ser combatido, pois na superação dessa concepção dual, o gestor que atua na EPT deve ir além das concepções mercadológicas, e sim privar pelo conhecimento crítico e intelectual dos discentes, pois conforme nos mostra Kuenzer (2008):

A dualidade estrutural, portanto, configura-se como a grande categoria explicativa da constituição do Ensino Médio e profissional no Brasil, legitimando a existência de dois caminhos bem diferenciados a partir das funções essenciais do mundo da produção econômica: um, para os que são preparados pela escola para exercer suas funções de dirigentes; outro, para os que, com poucos anos de escolaridade, são preparados para o mundo do trabalho em cursos específicos de formação profissional, na rede pública ou privada. (2008, p. 28-29).

Em outro aspecto identificado na literatura, insta destacar os excertos dos estudos de Santos *et al* quando afirmam que:

Historicamente, a educação brasileira apresenta marcas de uma dualidade estrutural. Isso porque, durante séculos, a educação no contexto da escola primitiva era algo restrito a uma parcela mínima da população. A educação que é ofertada atualmente para a classe trabalhadora ainda se difere significativamente da que é ofertada para as classes dirigentes, ou seja, de um lado prioriza-se a oferta do ensino profissionalizante (para fins instrumentais) para os filhos dos trabalhadores, e de outro, o ensino propedêutico (para fins intelectuais) para os filhos das classes dominantes. (2019, p. 7).

Para tanto, é necessário compreender que a superação da dualidade se encontra acostada nos princípios epistemológicos da EPT, levando em considerações aspectos sociais, culturais e políticos, sendo a emancipação desenvolvida no contexto da práxis, que busca a formação holística do indivíduo e não apenas tecnicista. Nesse sentido se apresenta a resposta do GESTOR 9 quando, por exemplo se pronuncia que: *As aulas práticas (não desvinculadas da teórica, isso é importante mencionar) colocam o aluno no meio no qual poderá desenvolver sua profissão. Em outras palavras, é o momento da interação entre a aprendizagem teórica e a prática.*

Verifica-se o mesmo raciocínio quando são questionados de que forma a falta de articulação e integração entre o conhecimento teórico e o conhecimento da prática pode dificultar a absorção dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no mundo do trabalho, na qual extraí as seguintes opiniões:

Há uma tendência de desvalorização do conhecimento teórico, não contextualizado e não praticado pelo aluno. Não conhecer a importância prática/aplicada daquele conhecimento na vivência pessoal e/ou profissional pode dar a sensação ao aluno de "qual a relevância disso pra minha vida?" ou "pra que eu preciso saber disso?" limitando a aprendizagem somente à necessidade de ser aprovado no componente curricular e não permitindo ao aluno visualizar a integração desde componente e outros para a aplicação prática dos conceitos às problemáticas que futuramente vivenciará na vida pessoal e profissional (GESTOR 6).

A falta de conexão entre teoria e prática desestimula os alunos e dificulta a criação de uma identidade profissional do aluno com a formação que estão cursando, além de afastar os discentes das disciplinas técnicas do curso, contribuindo para desvalorização da formação profissional (GESTOR 7).

A dificuldade pode ser verificada quando, no momento da prática, os alunos não têm conhecimentos teóricos capazes de conduzir à aprendizagem do que precisará executar na prática. Necessidade, portanto, de intrínseca relação teoria-prática. Elas caminham juntas no processo educativo (GESTOR 9).

O mundo do trabalho já dificulta a entrada dos jovens no mercado atual devido à falta de experiência. Se além da experiência o jovem não tiver uma formação prática sólida, esse acesso se torna muito mais difícil em um cenário tão competitivo como vivemos atualmente (GESTOR 10).

Em suma, concluímos que a relação docente e EPT no contexto do trabalho há que se direcionar no ambiente de integração entre teoria e prática, tendo como premissa a formação de cidadãos autônomos, criativos, emancipados e críticos, vislumbrado uma formação humana integral/onminilateral a partir dos conteúdos propedêuticos, bem como por meio das aulas ou atividades de práticas, em que se prepara não só o indivíduo para o mundo do trabalho, mas para outras dimensões da vida. Nesse panorama as disciplinas do Núcleo Básico (disciplinas gerais) e do Núcleo Específico (disciplinas técnicas) devem estar articuladas nos componentes curriculares em todo o percurso da formação.

Assim, definem Silva e Picanço (2020, p. 3) quando defendem uma educação de qualidade mesmo diante de muitos obstáculos, destacando que, para a “efetiva

implantação acontecer, respeitando os critérios da proposta e a realidade de cada Instituto, deve haver a integração das áreas (formação geral e técnica) e não uma justaposição dos componentes curriculares”.

5.1.2 Importância da práxis no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

O Ensino Médio possui características específicas da própria materialidade dessa forma de ensino, que cria para a sociedade expectativas diversas, fazendo dessa formação um campo amplamente disputado (MENDES; MARQUES, 2021). Nesse aspecto de visão mais aprofundada, sobre a necessidade de as aulas práticas favorecerem no ensino-aprendizagem do aluno na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os gestores possuem o entendimento da importância, conforme se demonstra nas respostas quando questionados quanto as práticas:

São de extrema importância na formação profissional, pois articulam a teoria e prática, dessa forma o estudante atribui um sentido e significado no processo de aprendizagem (GESTOR 2).

As aulas práticas auxiliam na concretização do conhecimento teórico, uma vez que, os alunos só se deparam com dúvidas ao executar na prática algumas atividades. Portanto, acredito que realizando atividades práticas é possível ter certeza de que o aluno compreendeu aquele conhecimento e será capaz de levar adiante (GESTOR 3).

As aulas práticas fazem parte do processo de ensino aprendizagem, desta forma favorecem e reforça muito o aprendizado do conteúdo repassado em sala de aula (GESTOR 4).

As aulas práticas auxiliam a fixação dos conhecimentos teóricos trabalhados em sala de aula, elucidando temáticas com a aplicação da teoria em uma situação real e cotidiana do aluno (GESTOR 6).

Na formação técnica é imprescindível que o aluno contextualize os conhecimentos teóricos vivenciados em sala com as atividades práticas. Dessa forma, as aulas práticas possibilitam que os alunos conheçam e vivenciem a perspectiva de formação técnica do curso que está sendo habilitado (GESTOR 7).

As aulas práticas potencializam o processo de ensinar e aprender (todos os envolvidos aprendem algo novo) de forma a alinhar aspectos teóricos e práticos do e no processo educativo (GESTOR 9).

Os cursos técnicos pressupõem uma preparação efetiva para o mundo do trabalho. O aprender a fazer está diretamente relacionado com o exercício da prática. Dessa forma, elas são fundamentais para a aprendizagem, [...] ela se torna significativa (GESTOR 10).

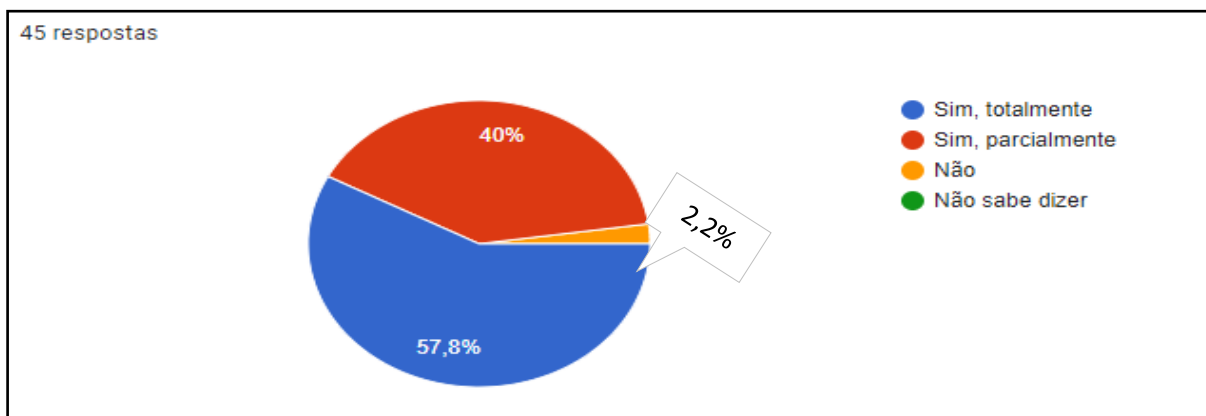
Além disso, Mendes e Marques (2021, p. 281) constataam que “trabalho e educação são entendidos como práticas sociais que se estruturam na problemática do mundo do trabalho, compreendendo-o como unidade de uma relação dialética e antagônica entre educação e a articulação com os sistemas produtivos”. É o que Santos *et al* salientam nessa relação da atividade manual com a intelectual no conceito da práxis quando dizem que:

[...] a apreensão por parte do trabalhador nas funções manuais a serem executadas no processo produtivo, por exemplo, requer que este disponha de um mínimo de conhecimento cognitivo e intelectual. Na mesma medida, o trabalho intelectual desenvolve-se através de recursos práticos. (2020, p. 12-13).

Nessa concepção unitária, que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio se propõe a romper, no histórico de dualidade na educação brasileira, torna-se necessário o despontamento do trabalho como princípio educativo, de intervenção da natureza por meio da produção de cultura, utilizando-se das teorias e técnicas. No entanto, quando essa relação didática integrada voltada para práxis é fragilizada, não existindo mutualidade e reciprocidade, a formação fica restrita e dividida, decompondo o ser humano já historicamente dividido (MENDES; MARQUES, 2021).

É o que se observa no Gráfico 9, quando se questiona a relação da falta de material ou serviço na formação dos discentes, sendo que a maioria, 97,8% consideram que de alguma maneira afeta negativamente. Definido aqui o trabalho em seu sentido ontológico de transformação da natureza e produção de cultura.

Gráfico 9 - *A falta de material ou serviço de apoio contribui negativamente na formação dos discentes e uma possível preparação inadequada para inserção destes no mundo de trabalho?*



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Outro fator importante refere-se ao papel dos laboratórios de pesquisa e ensino-aprendizagem, para a busca da indissociabilidade entre a teoria e a prática, com vistas a uma formação integral. Pacheco (2018), ao tratar do papel das instituições federais, externaliza a disponibilidade dos ambientes nos processos de ensino. Para o autor:

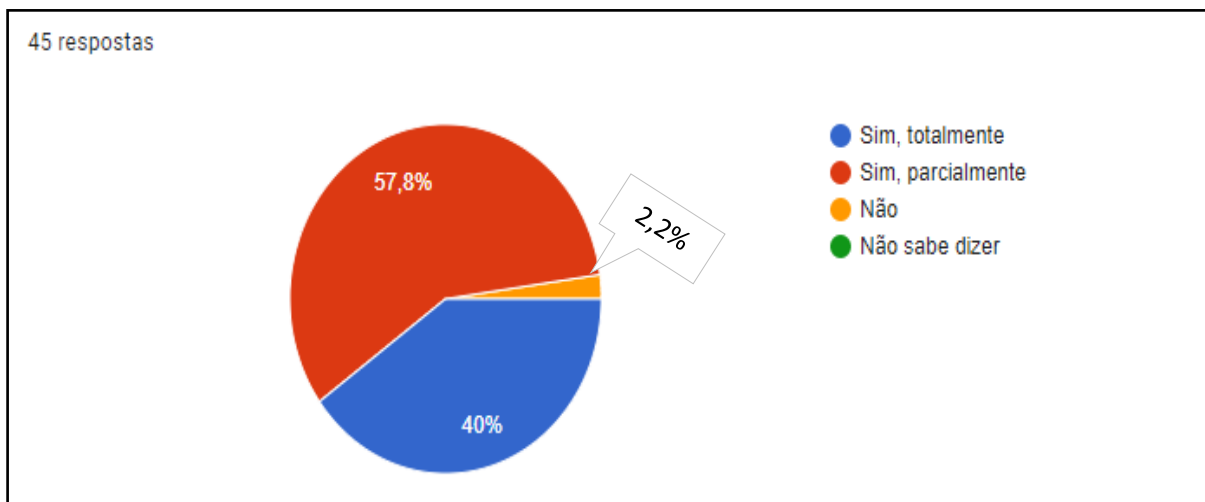
Qualquer que seja a proposta dentro dessa perspectiva, sem dúvidas, ela vem facilitada pela infra-estrutura existente na rede federal. Os espaços constituídos, no tocante às instalações físicas dos ambientes de aprendizagem, como salas de aulas convencionais, laboratórios, biblioteca, salas especializadas com equipamentos tecnológicos adequados, as tecnologias da informação e da comunicação e outros recursos tecnológicos são fatores facilitadores para um trabalho educativo de qualidade, que deve estar acessível a todos (PACHECO, 2018, p. 21).

Para a consolidação dessa proposta pedagógica transversal, de trazer multidisciplinariedade de saberes, o IFMA *Campus* Caxias possui em sua estrutura os seguintes laboratórios²⁰: Bromatologia, Ciências Biológicas, Ecologia de Comunidades (LaECO), Eletrônica I, Eletrônica II, Eletrônica III, Ensino e Ciências Humanas (LABECH), Frutas, Hortaliças e Cereais, Gestão Empresarial Simulada (LAGES), Hidrologia (LABOHIDRO), Informática I, Informática II, Microbiologia, Pesquisa de Emulsões, Óleos e Gorduras (LAPEM), Pesquisa em Ciências da Natureza (LAPECNA), Processamento de Carnes e Conservação e Alimentos, Processamento de Leites e Derivados, Química I, Química II, Solos, Pesquisa e Ciência da Natureza (LAPEC), Fábrica de Inovação, Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) I, Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) II, Anatomia e Fisiologia Animal, Sanidade Animal e Desenho Técnico.

Diante da infraestrutura interdisciplinar existente, foi perguntado aos participantes se já foi necessário utilizar materiais ou equipamentos para suas disciplinas ministradas. Foi evidenciado, Gráfico 10, que a maioria, 97,8% de alguma forma necessitou.

²⁰ <https://caxias.ifma.edu.br/laboratorios/>

Gráfico 10 - Necessidade na utilização de materiais ou equipamentos.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Quanto às dificuldades apontadas, conforme a fala dos participantes sobre a insuficiência ou mesmo a falta de materiais de apoio e o impacto que gera na realização das aulas práticas. Muitos afirmam que o planejamento é importante e querem participar, conforme a fala de alguns gestores:

Dificulta a relação teoria-prática, necessária para os Cursos profissionalizantes (GESTOR 1).

Pode gerar impactos em déficits de aprendizagens na formação dos estudantes (GESTOR 2).

Não é possível a realização de aulas práticas de qualidade, que contemplem de fato o conhecimento aprimorado dos alunos, sem a estrutura e materiais necessários. A falta ou insuficiência de apoio implica na não realização de aulas práticas gerando as consequências já relatadas. Além disso, prejudica a imagem da própria instituição perante a comunidade acadêmica e a sociedade, já que, ela se propõe a ofertar cursos técnicos. Dos quais já se espera que gere profissionais qualificados (GESTOR 3).

A falta de insumos gera um grande impacto para realização das aulas práticas em uma instituição destinada para esses fins, que é preparar o aluno para o mercado de trabalho. Dentre esses impactos gerados é a não realização das aulas práticas (GESTOR 4).

Impossibilita em alguns casos sua realização (GESTOR 5).

Conforme os excertos citados, os gestores, em sua maioria coordenadores de curso, evidenciam muitas dificuldades no processo de ensino-aprendizagem por meio das atividades práticas devido à precariedade dos materiais existentes, dificultando o

planejamento das aulas que envolvam a execução e manejo de materiais e equipamentos. Para exemplificar seguem as falas de alguns coordenadores:

Precisamos trabalhar com o que o mercado atual pede. Não devemos formar alunos desatualizados que encontrarão no mercado exigências cada vez mais atualizadas. Nesse cenário, executar aulas práticas sem os materiais necessários impacta negativamente na concorrência profissional que nossos alunos terão quando chegar ao mercado de trabalho.

A exemplo: Temos uma disciplina chamada "Topografia" no curso técnico de agropecuária: Atualmente realizamos práticas com um único equipamento viável no campus, um nível óptico, além de GPS de celular próprio do professor e dos alunos; enquanto que o mercado trabalha com equipamentos de ponta como estação total, GPS geodésico e até mesmo drones, no mapeamento de propriedades rurais. Nesse exemplo vemos claramente que nosso aluno chega ao mercado de trabalho sem inserção profissional nessa área (GESTOR 6).

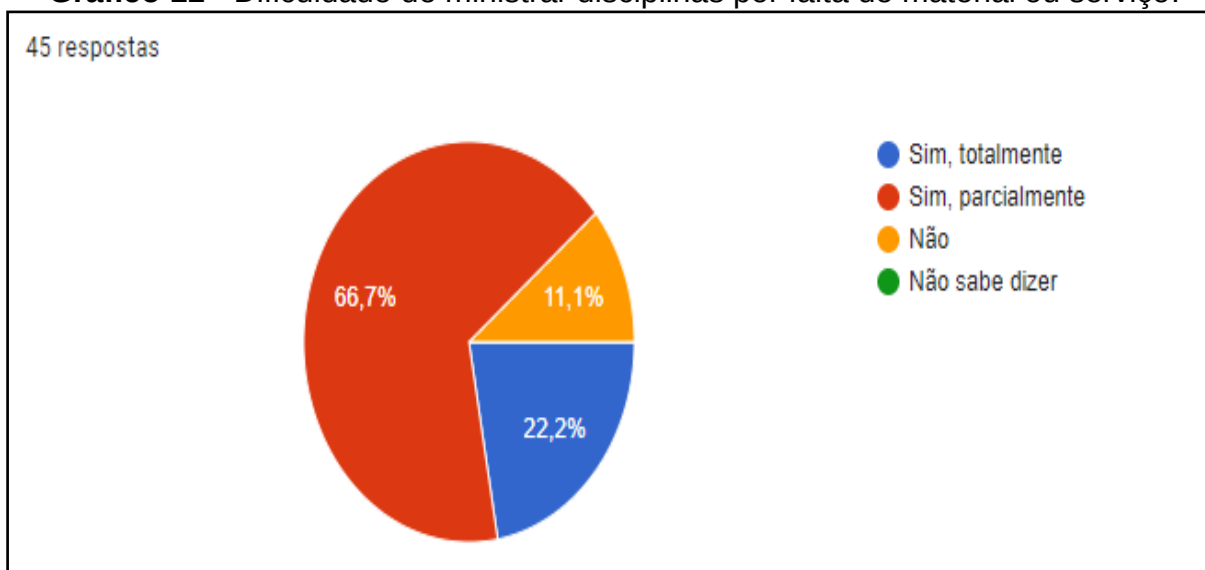
Dependendo do curso, os aportes materiais são fundamentais para realização de aulas práticas efetivas. Por exemplo, para os cursos técnicos do eixo de gestão e negócios é possível realizar aulas práticas trabalhando com situações simuladas, visitas técnicas e estágios, já para cursos que envolvem processamentos de natureza industrial/tecnologia, vegetal e animal, torna-se praticamente impossível a realização de aulas práticas sem que os alunos tenham acesso a manipulação de equipamentos ou unidades produtivas (GESTOR 7).

A ausência de materiais para a execução de atividades práticas de ensino, pode impossibilitar a execução do que foi planejado pelo professor, causando impacto no processo de ensino e aprendizagem. Por outro lado, leva ao professor a pensar estratégias para executar a atividade planejada (GESTOR 9).

Certas atividades práticas exigem materiais específicos para sua formação. Considero que não teremos a formação de bons profissionais se essa prática se der com materiais precários ou improvisadas (GESTOR 10).

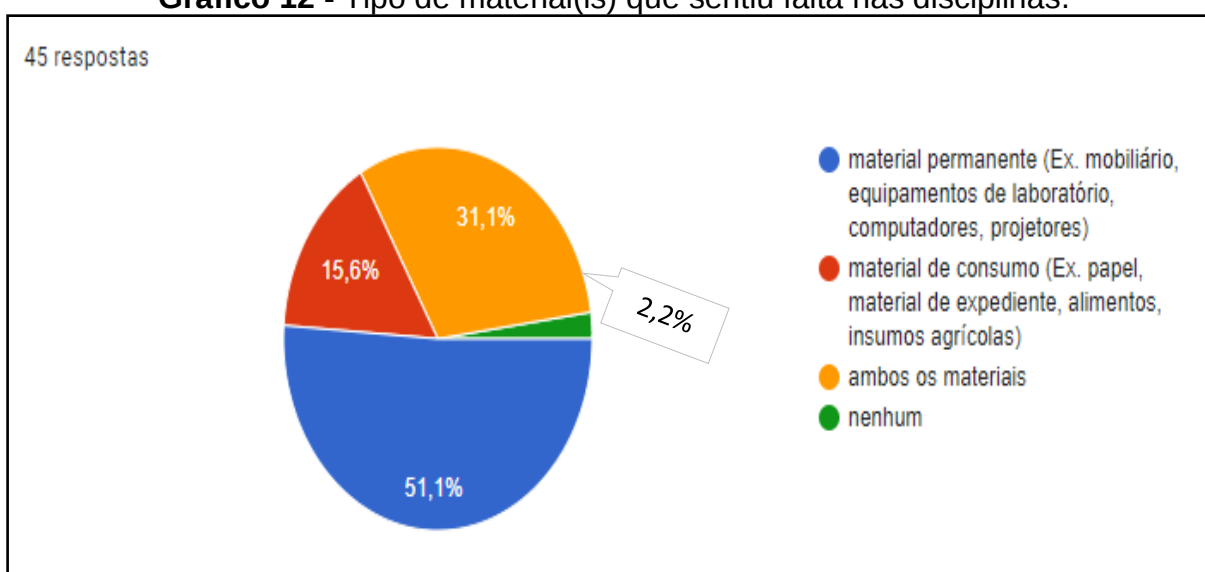
Ao se questionar sobre a dificuldade de ministrar disciplinas por falta (total ou parcial) de material ou serviço de apoio para as aulas, o Gráfico 11 destaca que 88,9% tiveram totais ou parciais dificuldades, e apenas 11,1% informaram que não. Já o Gráfico 12 destaca que 51,1% dos materiais necessários para suporte nas disciplinas são de caráter permanente, 15,6% material de consumo e 31,1% de ambos os materiais.

Gráfico 11 - Dificuldade de ministrar disciplinas por falta de material ou serviço.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Gráfico 12 - Tipo de material(is) que sentiu falta nas disciplinas.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Conforme observa-se, ficou evidente aos professores que trabalham com os materiais de suporte aos processos de ensino-aprendizagem que estes tiveram dificuldades na aplicação em suas disciplinas.

Diante de tal fato, questionou-se quais eram as estratégias adotadas pelos docentes para suprir as dificuldades apontadas na busca do fortalecimento do ensino, na qual se extraiu o que se aperta no Quadro 10:

Quadro 10 - Estratégias, diante da insuficiência ou falta de materiais ou serviços

<i>Adaptar os recursos e em muitos casos adquirir com recursos próprio</i>	Prof. 2
<i>Geralmente, usa-se de improviso durante as aulas práticas. Pode-se também fazer uso de visitas técnicas para que os alunos vejam in loco como ocorre o processamento de determinado alimento e faz-se uso também de vídeo aulas explicativas</i>	Prof. 4
<i>Uso de recursos pessoais. Divisão das turmas ou formação de grupos para compartilhamento dos recursos</i>	Prof. 5
<i>Usar materiais alternativos que os alunos traziam de casa</i>	Prof.6
<i>Eu por diversas vezes comprei o material necessário para o desenvolvimento das minhas atividades</i>	Prof. 7
<i>Busco alternativas para continuidades das aulas como solicitar que o aluno traga material</i>	Prof. 8
<i>Aquisição própria e/ou projetos de pesquisas</i>	Prof. 9
<i>Em caso de atividades práticas, uso de experimentos feitos com materiais de baixo custo, e em caso de projetores, uso de aparelho pessoal</i>	Prof. 12
<i>Peço que os alunos comprem o material ou compro com recursos próprios</i>	Prof. 13
<i>Adaptação de materiais, uso de materiais alternativos e Apresentação de vídeos e/ou programas computacionais para demonstração</i>	Prof. 19
<i>Utilização de vídeos para complementar as informações, aquisição de material com recursos próprios ou através de aprovação de projetos, trabalhos em equipe com contribuição dos discentes</i>	Prof. 21
<i>Comprar alguns materiais por conta própria ou consigo com colega do ramo Agropecuário</i>	Prof. 23
<i>Às vezes foi necessário usar recurso próprio para poder suprir a falta de material</i>	Prof. 25
<i>Na verdade, a falta de material e de espaço adequado inviabiliza a prática nas minhas aulas</i>	Prof. 29
<i>Adquiro com recursos próprios</i>	Prof. 32
<i>Quando é material permanente a atividade fica completamente inviabilizada, portanto, não é realizada</i>	Prof. 33
<i>Utilizava duas estratégias: Eu mesmo adquiria os materiais e as vezes solicitava a empresas</i>	Prof. 36
<i>Usar recurso próprio</i>	Prof. 37
<i>Adquirir o próprio material</i>	Prof. 40
<i>Compro os materiais necessários</i>	Prof. 41
<i>Utilizando ajuda dos alunos pra comprar os materiais</i>	Prof. 42
<i>Solicito contribuição dos colegas e alunos</i>	Prof. 44

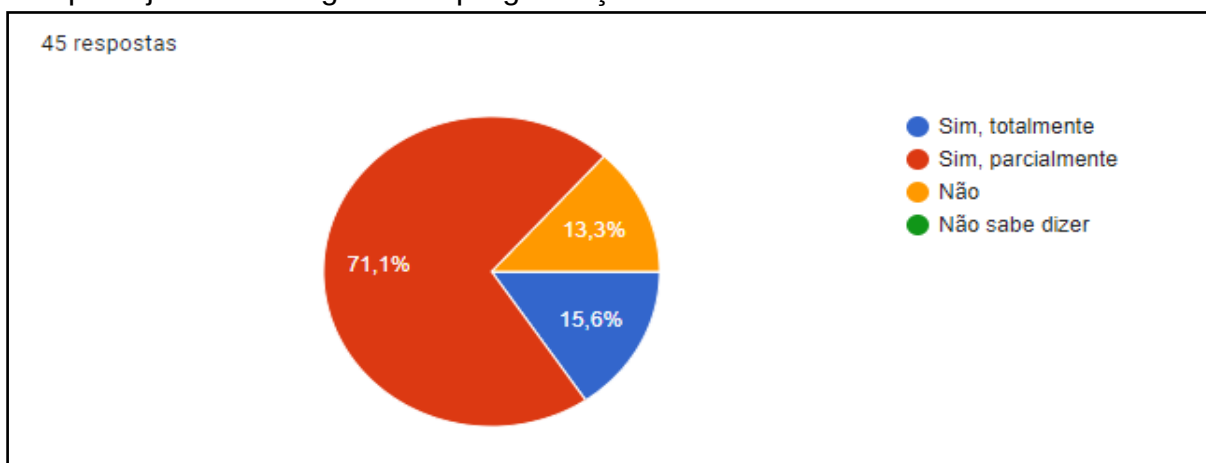
FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Verifica-se que as alternativas apresentadas são temporariamente validadas na busca de soluções mitigadoras para as práticas educativas que direcionam para a

formação humana integral. Para Palmeira, Santos e Andrade (2020, p.7-8) na abordagem da totalidade de articulação entre o domínio dos fundamentos científicos e das técnicas, defendidas pela práxis “as disciplinas necessitam estar conectadas para que as atividades propostas nas salas de aula sejam significativas”.

No entanto, para que ocorra essa integração dos conteúdos gerais e técnicos, a Instituição precisa garantir as ferramentas necessárias nas demandas dos docentes, sendo que a via escolhida pelo professor corrobora a falta de conhecimento do funcionamento, das rotinas e dos instrumentos processuais para compras públicas, apesar da maioria dos participantes (86,7%), saberem que a falta de planejamento de compras integrado com a programação das atividades acadêmicas impacta na insuficiência ou falta de materiais para a serem proporcionadas pelo *Campus*, como se extrai do Gráfico 13.

Gráfico 13 - Insuficiência ou falta de material ou de serviços é resultante da falta de planejamento integrado na programação das atividades acadêmicas anuais?



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

5.1.3 Conhecimento do planejamento de compras públicas como ferramenta eficaz de gestão

Por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), exigência legal que se constitui democraticamente, a instituição estipula suas ações para um período específico de anos e, a cada ano, com base nesse documento, elabora o seu plano de ação.

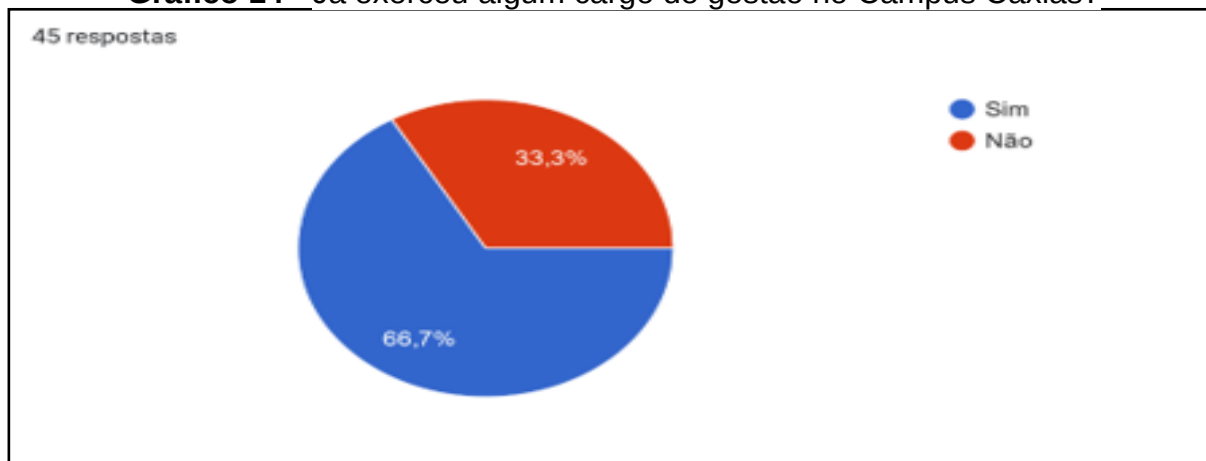
Um aspecto importante a ser destacado é que as aquisições e contratações devem ser desdobramentos do planejamento estratégico do órgão, sendo uma ferramenta, dentre outras, utilizada para que os objetivos estratégicos sejam

materializados. No caso do *Campus Caxias* são, além do PDI, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de Ação Anual e os Planos e Projetos de cursos. Por esse motivo que, na construção dos artefatos, seja no DFD ou ETP, devem possuir nos seus campos de preenchimento a demonstração entre os planejamentos estratégicos e futura contratação/aquisição.

Entretanto, verificou-se nos documentos analisados e nas demandas efetuadas, a dificuldade no alinhamento dos processos de aquisições e contratações com os objetivos da instituição, ocasionado principalmente por falta de preparo da equipe que compõe a gestão. Contratações ou aquisições sem aderência aos planejamentos estratégicos institucionais afrontam ao princípio da eficiência.

Com efeito, a participação colaborativa nos processos de compras compreende-se como necessária, e quando se verifica a expertise do quadro de pessoal na gestão vê-se (Gráfico 14), que há uma percepção de experiência na ocupação de cargos de provimentos comissionados com atribuições definidas de gestão.

Gráfico 14 - Já exerceu algum cargo de gestão no Campus Caxias?

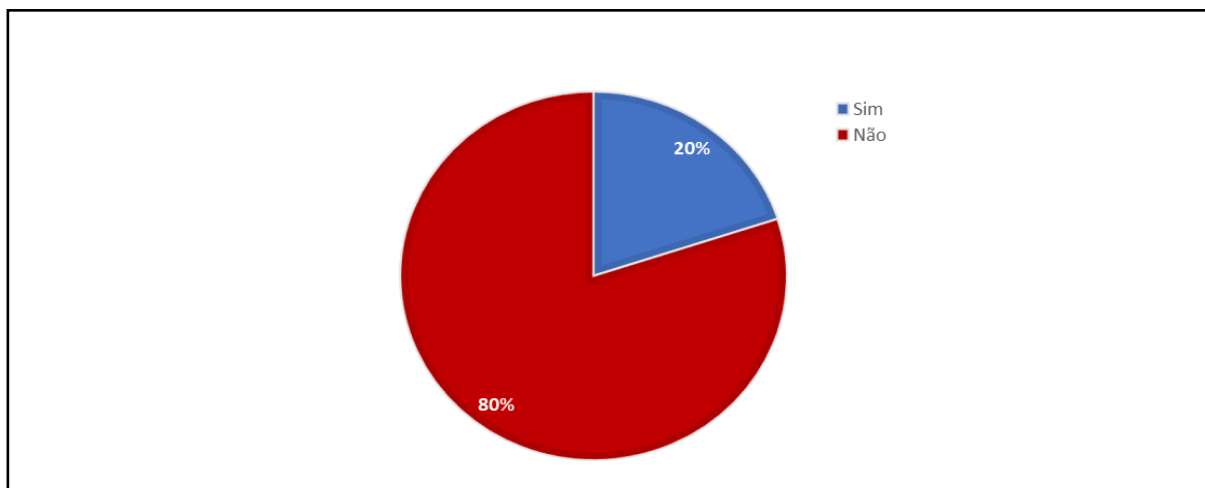


FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

No entanto, quando se questiona aos participantes, se para atuarem como gestores, passaram por algum curso de formação, preparação, ou treinamento de planejamento de compras e contratação, como apontado no Gráfico 15, 80% não tiveram, sendo que apenas 20% de alguma forma o tiveram, o que destaca expressiva deficiência em qualificação no desenvolvimento do corpo funcional, impactando também na carência de proatividade nos setores. Se evidencia, assim, a

falta de envolvimento e de patrocínio institucional. É fundamental que a alta administração apoie as atividades que envolvam a participação no planejamento.

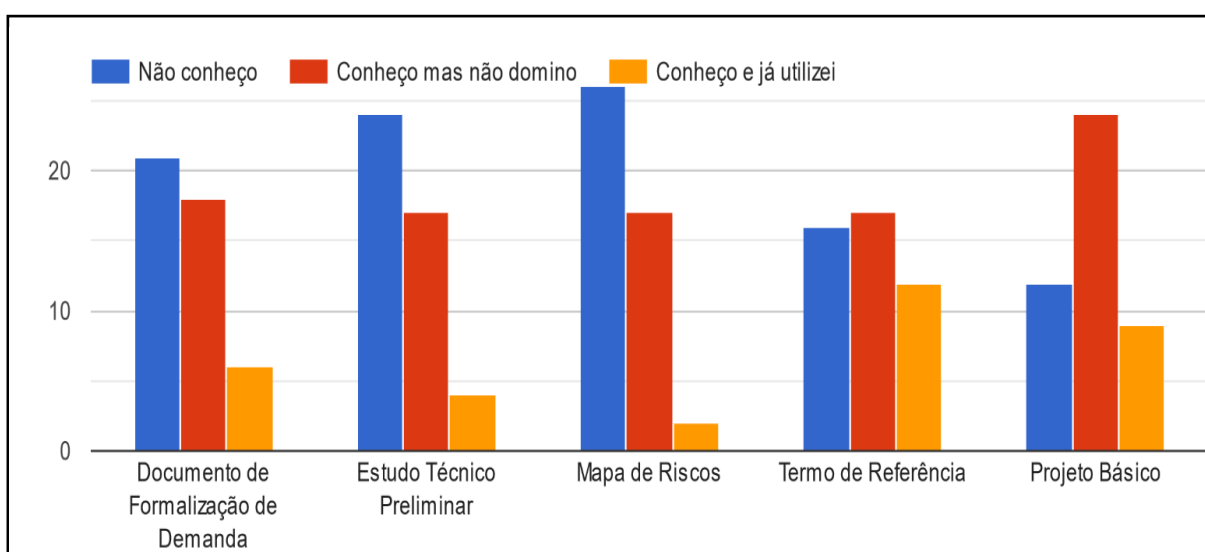
Gráfico 15 - Já fez algum curso, treinamento de planejamento de compras?



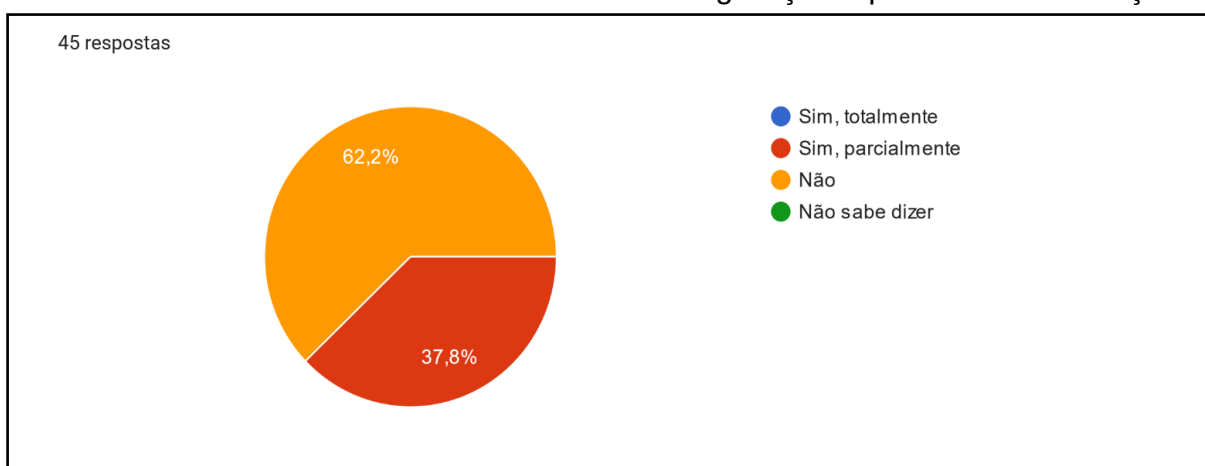
FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Cenário crítico se observa ainda quanto aos docentes que atuam nas demandas das suas disciplinas, que apesar de deterem conhecimento técnico aprofundado do objeto a ser adquirido e utilizado em suas aulas, não possuem o conhecimento dos artefatos relativos aos procedimentos de compras. Sobre o grau de conhecimento os Gráficos 16 e 17 apresentam a insegurança dos agentes, que, em tese, deveriam atuar nos processos.

Gráfico 16 - Grau de conhecimento dos instrumentos da licitação.



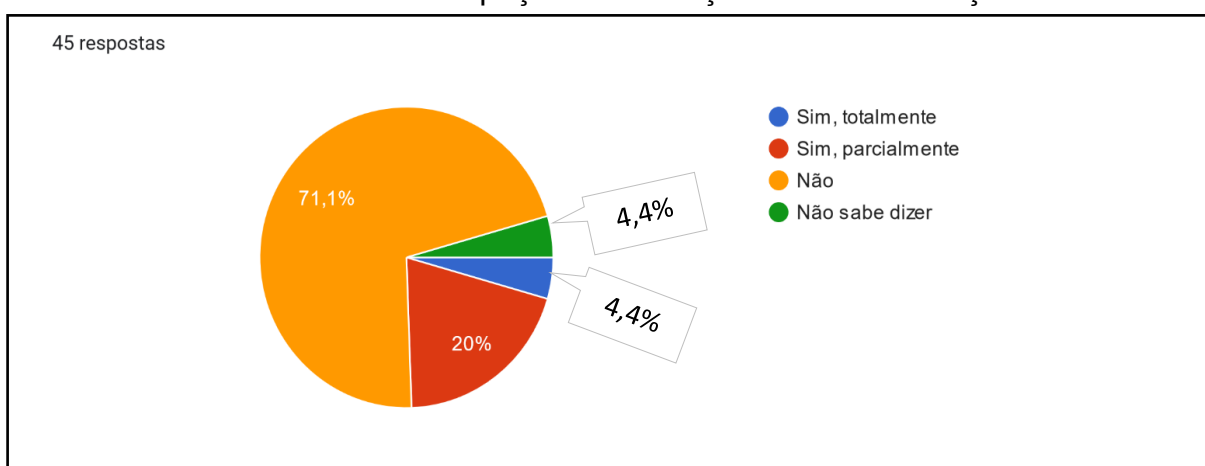
FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Gráfico 17 - Nível de conhecimento sobre as legislações que tratam de licitação.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

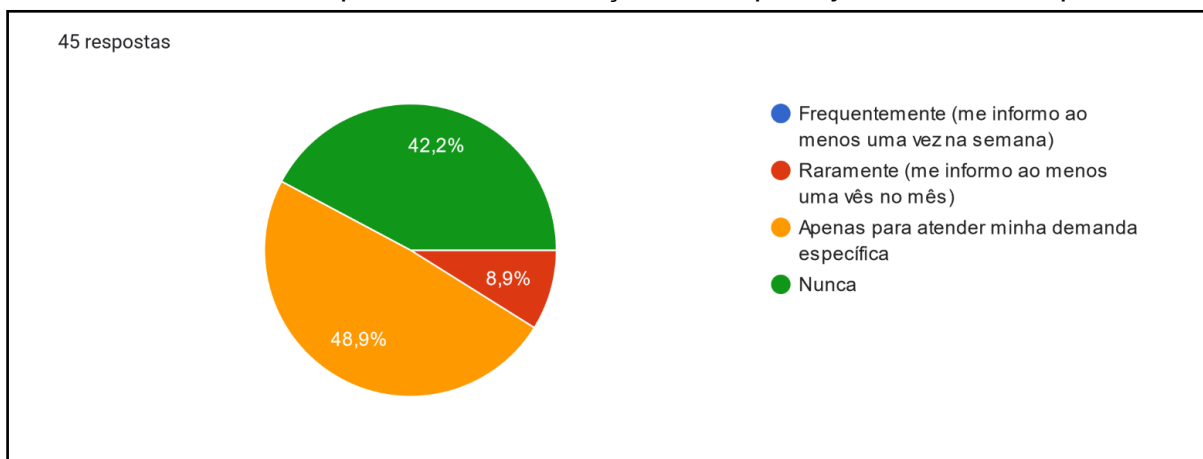
Conforme estudos apontados por Fernandes e Tocafundo (2020) a falta de expertise dificulta e até mesmo inviabiliza um melhor aproveitamento dos recursos da organização, contribuindo para a hesitação do docente em demandar algum pedido. À vista disso, é importante a preparação dos atores envolvidos nos processos.

Voltando ao questionário, quando perguntado se os docentes já haviam sido contemplados com alguma formação voltada ao tema de licitações, o Gráfico 18 aponta que 71,1% dos participantes afirmaram que não.

Gráfico 18 - Participação de formação voltada a licitação.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Ainda, quando perguntado a frequência com que se dedicam ao conhecimento acerca do planejamento, o Gráfico 19 aponta que nenhum dos respondentes se mantém atualizado com frequência, sendo que a maioria absoluta nunca se atualizam (42,2%) ou se atualizam apenas para atender a uma demanda específica (48,9%).

Gráfico 19 - Frequência de atualização sobre planejamento de compras.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Observa-se nesse ponto a importância da pesquisa para que se possa construir um produto que seja capaz de sanar uma lacuna evidente sobre a efetivação de um planejamento bem elaborado no seu espaço de trabalho, fomentando a resolução de problemas e aprimorando os processos de compras. Ribeiro Filho et al (2020) apontam para uma gestão participativa na construção do planejamento. Para os autores (2020, p. 3) “Um planejamento bem elaborado com a participação de todos os envolvidos nos processos de aquisições e contratações acarreta melhor qualidade do gasto público, contribuindo para a melhor utilização de recursos humanos, materiais e financeiros”, enfatizando ainda que:

Quando inadequado, o planejamento dificulta a identificação das causas dos problemas, assim continuam a se repetir tais situações, pois os gestores atuam tentando resolver os problemas (consequência) e não reduzindo ou eliminando as causas destes nos processos de compras (2020, p. 2).

Sob este prisma, Coelho (2021) destaca a importância do planejamento como fator de influência para melhoria das aquisições e as consequências da fragilidade na implementação de um planejamento desconectado da realidade na organização. Permito-me transcrever, dada a importância do destaque, trecho do escrito da autora que serve para bem compreender o que se quer agora mostrar:

Acontece que nas atividades diárias realizadas pelos gestores públicos não são incorporadas esta prática da obrigação de planejar e melhor especificar o objeto que necessita. A norma geral estabelece que deva existir a elaboração de um documento formal com a

caracterização clara do objeto a contratar. Porém o que ocorre atualmente é apenas um preenchimento formal de etapas para o processo de contratação que não condiz com a efetiva necessidade e identificação do que se deseja contratar (2021, p. 12).

No tocante à organização institucional para fomentar a capacitação dos servidores, apesar da legislação vasta e esparsa, os documentos internos ainda são lacônicos e por vezes omissos, não havendo rotinas padronizadas ou fluxos de processos, notadamente para as especificidades da educação profissional.

Com relação ao registro da importância de possuir conhecimento apropriado do planejamento de compras e contratações, a maior parte dos gestores analisados compreendem a necessidade de possuírem um bom conhecimento do planejamento para aquisição de bens ou contratações de serviços para o atendimento das suas demandas, sendo fundamental quando se pretende preparar o estudante mais qualificado para o mundo do trabalho. Como o GESTOR 2 que afirmou: *O planejamento é fundamental para o desenvolvimento da disciplina, dessa forma é necessário o docente adquirir conhecimentos sobre as demandas de materiais e serviços para ter experiências significativas como resultado das suas atividades práticas*”.

Ao se pesquisar e discutir a temática no cenário dos IFs, Fernandes e Tocaundo (2020, p. 24) consideram que “professores e técnicos administrativos têm participação ativa nesse procedimento, na condição de demandantes de objetos e serviços”, corroborando a afirmação do GESTOR 3 quando afirma que:

O conhecimento do planejamento de compras e contratações auxilia também no planejamento do ensino-aprendizagem. Uma vez que, o professor compreendendo que esse planejamento é necessário para que ele tenha sucesso nas suas solicitações de materiais, incentiva o planejamento do próprio professor. Desta forma, é possível ter disponível os insumos que o professor precisa para a execução das suas aulas.

Observadas as dificuldades dos gestores por meio das análises das respostas aos questionários, evidenciou-se quanto ao baixo conhecimento sobre a matéria de licitações e contratos ou conhecimento próprio das equipes envolvidas sobre as aquisições na instituição, tendo em vista variados procedimentos percorridos sob diversas etapas do processo. Ficou evidenciado também o baixo conhecimento da totalidade dos assuntos, da visão sistêmica do processo de contratação como um

todo. Isso é relevante porque a lei prima muito por um viés de governança, de segregação de funções, gestão de competências, dentre outros aspectos. Nesse panorama, apresento o relato de alguns participantes sobre o planejamento de compras e contratações na dinâmica da gestão:

Possuir o conhecimento para esses fins sempre é importante. Acredito que a descrição dos produtos conforme recomenda a legislação de licitação no corpo do processo ajuda bastante o setor responsável para tal atividade. (GESTOR 4).

Conhecer os trâmites dos processos de compras e contratações podem auxiliar a antecipar, em tempo hábil, o atendimento das demandas futuras, de forma planejada, não dispendiosa e dentro da realidade tecnológica vivenciada (GESTOR 6)

A efetividade do processo de aquisição na administração pública está diretamente associada a uma "boa compra", para isso é necessário "saber comprar", ou seja, ter conhecimentos básicos sobre os trâmites de aquisição, noção de legislação e habilidades para realizar uma boa descrição do objeto ou serviço a ser contratado. Para isso, acredito que seja relevante que toda a comunidade acadêmica, sobretudo os docentes tenham conhecimento mínimo sobre os procedimentos e processo de aquisição de materiais e contratação de serviços no âmbito da administração pública (GESTOR 7).

Planejar é antecipar, é realizar previamente. Se o servidor não conhece os procedimentos fica muito difícil realizar esse planejamento, o que pode comprometer as práticas por falta de materiais. Já o conhecimento devido possibilita o planejamento adequado a fim de evitar desabastecimento (GESTOR 10).

Sob este enfoque das aquisições, há diversas diretrizes que exigem essa visão sistêmica. Esse é um problema, um desafio em decorrência do baixo conhecimento técnico das normas e procedimentos, que se resolve por diversas formas: capacitando pessoas, integrando os setores, trocando informações com outros órgãos, apresentando ferramentas.

Outro desafio é que há pouco pessoal, poucos atores envolvidos no processo, seja porque não tem servidor suficiente, seja porque tem pouca gente interessada ou envolvida efetivamente, ou pessoas com muitas atribuições a desempenhar. Então, não há tempo para fazer as atividades, não tem tempo para elaborar os documentos e, dessa forma, entra o viés da vontade, um esforço, ainda mais nesse cenário em que há carência na força de trabalho. Se não houver um esforço redobrado dificilmente vai-se chegar a um resultado positivo.

Por sua vez, quando se questiona a responsabilidade enquanto demandante do professor como usuário final dos materiais e serviços para as práticas em sala de aula, a gestão apresenta os seguintes argumentos:

Acredito Que o Professor Seja um colaborador desse processo, mas o responsável pelo processo deva ser o setor de compras (GESTOR 1).

É importante que o professor se responsabilize pelas questões técnico-burocráticas na solicitação de materiais para suas atividades práticas, pois ele sabe o que realmente será necessário. Assim como, ele também precisa das orientações para formalização dos processos de compras na perspectiva de aquisição de materiais adequados para o atendimento das demandas (GESTOR 2).

Só o professor conhece as necessidades de materiais para as suas aulas planejadas, portanto, não tem ninguém melhor que ele para realizar as solicitações (GESTOR 3).

O(a) professor(a) é o responsável por solicitar à coordenação do curso de vínculo, o material pretendido para suas aulas práticas no planejamento semestral. Cabe a coordenação abrir o processo e encaminhar ao setor de compras e licitação. Um fator limitante nesses trâmites é a falta de recursos humanos para tal atividade, falta de conhecimentos dos trâmites, falta de alguém que possa fornecer essas informações, falta de um fluxograma dos trâmites dentre outros fatores que possa auxiliar as coordenações. (GESTOR 4).

O professor é o profissional com o conhecimento técnico do objeto a ser contratado. Dessa forma, é ele quem deve especificar corretamente a demanda para futura aquisição (GESTOR 8).

O professor, enquanto responsável pelo planejamento e execução das aulas práticas, deve ser o responsável pelo processo, considerando que sabe das demandas/materiais/datas que se fazem necessárias à realização das atividades (GESTOR 9).

Dos excertos apontados nos questionários, quanto à demanda do processo interno, se destacam as seguintes falas:

Acredito que o professor é ator importante na demanda do material. Ele é o interessado e conhecedor técnico dos materiais relevantes à aplicação técnica dos conhecimentos que trabalhará em sala de aula. Porém, acredito que, considerando as exigências docentes em ensino, pesquisa e extensão, sem falar nos que atuam em cargos de gestão, o papel do docente deva ser direcionado a elencar a demanda de materiais e equipamentos, informando à instituição quais são os mais adequados para o cenário atual, cabendo a outros setores, como o setor de licitação, direcionarem e executarem os trâmites necessários ao atendimento daquela demanda (GESTOR 6).

O professor já possui uma carga de trabalho que inclui, aulas, planejamentos, registros formais, pesquisa, extensão etc. Essa atribuição de solicitar seria mais uma sobrecarga. O ideal seria ter servidores administrativos específicos para esse trabalho. No entanto, a participação do professor que percebe no dia a dia as necessidades é fundamental, no sentido de indicar as demandas (GESTOR 10).

Nesse sentido indaga-se: quem demanda o processo interno? É o setor de licitação? É o Coordenador de Curso? É uma outra instância? Essa indefinição é um problema e entende-se que deva ser um conjunto. É importante destacar a necessidade de criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, com vários participantes, técnicos da área de compras, da área de licitações, área de controle, com o objetivo de construir mecanismos assertivos de planejamento a serem utilizados pelos demandantes. Ao tratar da organização dos IFs, RIBEIRO FILHO *et al* (2020) assim definem:

Os IFE possuem uma estrutura descentralizada e por vezes pouco integrada, o que dificulta a realização de planejamento, podendo resultar em retrabalho com procedimentos de aquisições e contratações, setores ou unidades comprando isoladamente o que poderia ser adquirido em conjunto, processos burocráticos e demorados, insucesso das licitações, problemas na origem das solicitações como especificações técnicas pouco detalhadas ou incorretas, processos internos com instruções inadequadas e até fracionamento da despesa. A maioria das solicitações de compras ocorre quando há a necessidade de um bem ou serviço. Atender as demandas o mais rápido possível é o comum, e de forma exclusiva, sem dialogar com outros setores ou unidades para saber se não é uma demanda em comum, o que ocasiona excesso de gastos por falta de planejamento e compras integradas (2020, p. 10).

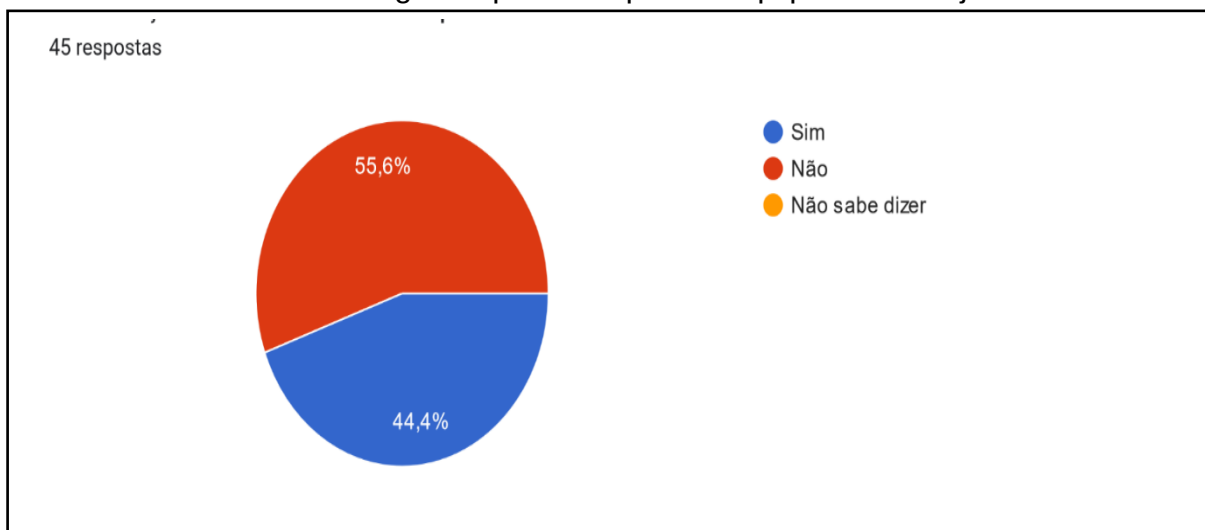
O Governo Federal, focando na importância do adequado planejamento das contratações públicas, buscando celeridade e flexibilidade nos procedimentos de compras e, objetivando ao atendimento dos princípios, notadamente aos da eficiência e economicidade, vem avançando em inovações. Nesse sentido, a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 apresentou a Equipe de Planejamento da Contratação, que em seu art. 22, § 1º conceitua como sendo “o conjunto de servidores, que reúnem as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, o que inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros” (SEGES/MPDG, 2017, s.p.).

Em síntese, a Equipe de planejamento é responsável pelo estudo das necessidades e análises das soluções possíveis e disponíveis no mercado, bem como

pela elaboração dos artefatos (Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Risco e Termo de Referência) para o atendimento das demandas.

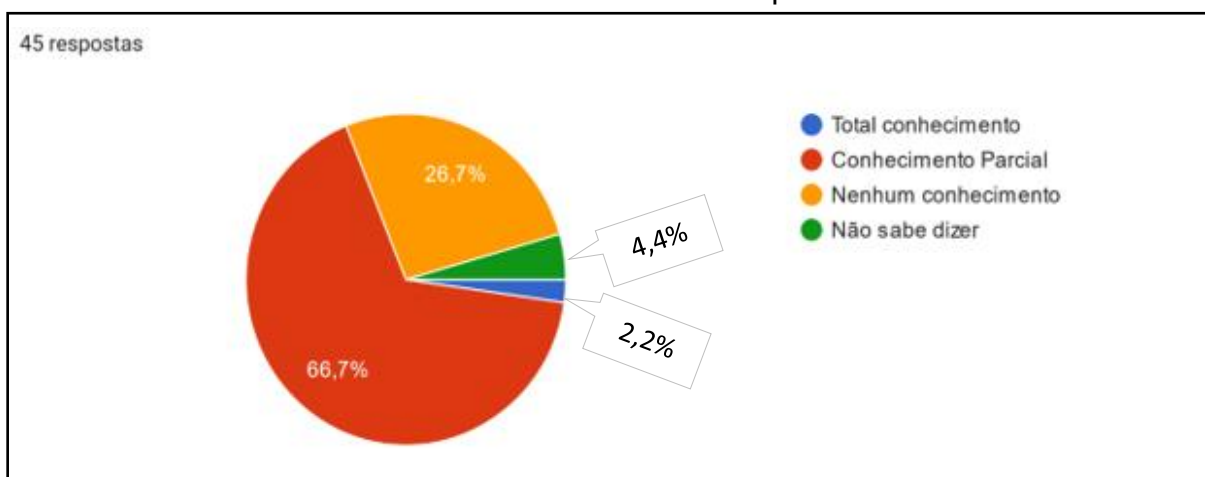
Com efeito, a primeira equipe de planejamento a atuar no processo de contratação no *Campus* Caxias foi constituída em 24/02/2017, em um processo de contratação direta, por meio de dispensa de licitação. No entanto, dos 282 processos físicos analisados *in loco* na Instituição pesquisada apenas 39, ou seja 13,82%, continham equipes de planejamento, e quando perguntado se o participante já foi designado para compor alguma equipe de planejamento (Gráfico 20), 55,6% afirmaram que sim e 44,4% afirmaram que não, sendo a participação um ponto estratégico e importante para o êxito no suprimento das atividades fins da Instituição. Indispensável também o aprimoramento na composição das equipes em um momento em que se trabalha com recursos escassos.

Gráfico 20 - Designado para compor de Equipe de Planejamento.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Um desafio que se aponta, é a falta de comunicação e entendimento dos trâmites processuais, ou seja, a partir de onde se inicia e como é que se começa. Quando perguntados sobre o entendimento dos fluxos dos processos para atendimento das demandas, o Gráfico 21 aponta que 66,7% conhecem parcialmente e 26,7% afirma ter nenhum conhecimento, identificando um desafio para a instituição quanto a um olhar estratégico sobre a área de planejamento de compras.

Gráfico 21 – Grau de conhecimento dos processos e fluxos.

FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

A falta de conhecimento dentro da instituição pelos principais demandantes, professores das disciplinas, traz como consequência a readequação, reprogramação ou mesmo a suspensão das práticas. E não se trata apenas de um simples processo operacional, mas de um ciclo completo com várias dimensões e etapas, que vai da necessidade, logística à gestão de políticas públicas. Isso que foi encontrado por Ribeiro Filho *et al* (2020), que em sua pesquisa mostram:

[...] as dificuldades dentro dos Institutos, bem como a ausência da aplicação adequada das ferramentas de planejamento, bem como do próprio planejamento que algumas vezes são apenas documentais e “de gaveta”, o que leva a dificultar que se tenha eficiência e eficácia nas aquisições, refletindo diretamente na efetividade dos Institutos Federais de Ensino e seu papel social (2020, p. 13).

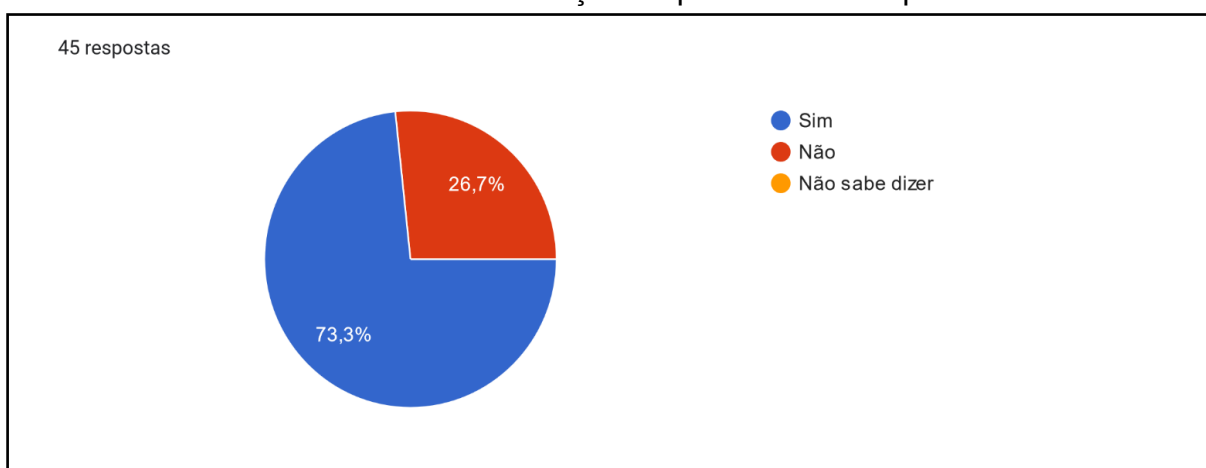
Apenas nos últimos anos, o Brasil tem aperfeiçoado os procedimentos de gestão em todos os níveis, estabelecendo regras e adotando procedimentos para tornar os processos mais céleres, eficientes e com maior transparência. O avanço tecnológico proporciona oportunidades que antes eram dificilmente vistas.

Por exemplo, antes as licitações eram presenciais e agora são no formato eletrônico (presenciais excepcionalmente). Sobre a importância da inovação, Fernandes e Oliveira (2015, p. 262) discorrem que “o bom uso dos recursos públicos, a transparência dos processos de compras governamentais e o uso de novas tecnologias são elementos fundamentais para o bom funcionamento da máquina pública contemporânea”, trazendo mais praticidade e simplicidade para os processos licitatórios. Porém, assevera Coelho que:

Nas contratações públicas não são observadas [...] a real necessidade do órgão público naquele momento. Muitas vezes, copia-se especificações que já existem anteriormente naquele órgão, ou até mesmo de outros órgãos, não sendo feito o estudo daquele período do que está sendo apresentado no mercado e qual seria a melhor solução (2021, p.32-33).

Nesse cenário, quando se verifica a demanda da instituição e quando se questiona se o docente já demandou algum pedido de compra de material ou contratação de serviços para servir de matéria prima para as suas aulas, vê-se conforme se apresenta no Gráfico 22 que a maioria (73,13%) já solicitaram.

Gráfico 22 – Realização de pedidos de compra.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Entretanto, observou nos dados coletados na instituição sobre os processos que tiveram suas demandas atendidas, verificou-se que 75,53% foram abertos por apenas 16 servidores, sendo somente 8 docentes. A Tabela 2 apresenta o dimensionamento total das demandas no *Campus Caxias* por categoria.

Tabela 2 - Demandas de compras do Campus Caxias

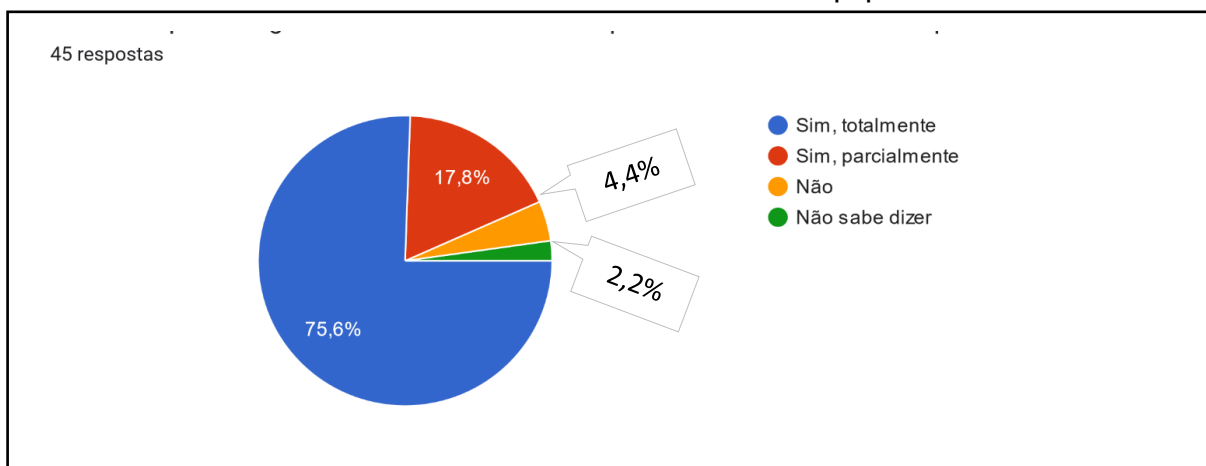
Demandante	Processos
Técnico administrativo	152
Professor EBT	130

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do SIAFI, 2022

Há um paradoxo quando se questiona a necessidade de se possuir materiais e equipamentos adequados para o favorecimento do ensino e aprendizagem dos conteúdos das disciplinas com características práticas (Gráfico 23), quando o próprio

professor não fomenta processualmente sua demanda. Apenas 27 professores, no período de 2011 a 2021 já abriram algum processo de compras e contratações na instituição, sendo que o *Campus Caxias* possui em seu quadro 64 professores EBTT, 36 com disciplinas de núcleo básico e 27 com disciplinas de núcleo específico, sendo estes os que demandam mais conteúdos que envolvem atividades operacionais de prática.

Gráfico 23 - Necessidade de materiais e equipamentos.



FONTE: Elaborado pelo autor, 2022

Portanto, dos resultados obtidos é possível inferir, por meio da análise dos dados coletados, que há a afirmação da importância do planejamento de compras e do desejo de participar, havendo concordância da necessidade de cooperação.

A relação associativa entre a teoria e a prática na educação profissional fortalece a necessidade de a instituição garantir os equipamentos e materiais de apoio para o funcionamento das aulas práticas. No entanto, há dificuldades na compreensão do planejamento e de como concretizar a demanda. Falta entendimento acerca das atribuições do demandante e juntamente com as coordenações e servidores atuantes no setor de licitação. Conforme apurado, há falta de entendimento na operacionalização do processo de compras. Nesse sentido, o produto desenvolvido por esta pesquisa contribui na disseminação do tema relacionado ao planejamento de compras, de forma objetiva e orientativa, com sugestões de melhorias, apontando práticas efetivas na formação, com as devidas explicações propostas neste trabalho.

No próximo capítulo, as considerações finais serão expostas para maior condensação, a caminho de uma síntese compreensiva do que foi aprofundado sobre o tema deste trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste trabalho permitiram elencar três contribuições para a teoria e para a prática sobre o planejamento das compras públicas, descrevendo os conhecimentos necessários que auxiliam o professor nas atividades das suas disciplinas (aulas) de práticas que se articulam com a teoria.

A primeira contribuição diz respeito à apresentação dos arcabouços legais, que são amplos e englobam as ações de planejamento e de aquisições praticadas de maneira simultânea pelos servidores e notadamente pelo professor EBTT, este que possui o papel de base para o cumprimento da atividade fim de um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, considerando as ações do ensino-aprendizagem por meio da práxis. A vista disso, permitiu-se orientar o docente para conhecimento da legislação e o uso das ferramentas administrativas no planejamento de compras e contratações anual.

A partir de um olhar sistêmico dos dados analisados demonstrou-se que é possível realizar o planejamento das aulas práticas aliado ao planejamento das aquisições dos materiais e contratações dos serviços, utilizando-se dos princípios e instrumentos legais para a melhor forma de contratação, associada ao melhor custo-benefício, reduzindo consideravelmente o interstício entre a demanda do requisitante e a efetiva chegada dos bens para utilização pelo professor no ambiente de ensino. Nesse sentido, o estudo avança na compreensão do planejamento como fator integrante e determinante do processo de compras públicas, que pode ser considerado na formalização das demandas, não apenas em ações pontuais praticadas pelo servidor, mas que esses instrumentos possam ser utilizados como ferramentas da gestão. Essa visão nos permite identificar novos contextos em relação a um pedido de material ou contratação de serviços que atendam à necessidade docente e consequentemente ao interesse público.

A segunda contribuição deste trabalho está relacionada ao exercício do trabalho docente na EPT para além da sua atuação multitarefa ligada às atividades de ensino, além de otimizar a gestão de compras. Nesse sentido, este estudo contribuiu para proporcionar meios que auxiliam o professor EBTT, preparando-o com a utilização dos conhecimentos adquiridos e das ferramentas necessárias para aquisição tempestiva dos materiais e serviços acessórios nas atividades realizadas das disciplinas (aulas) preponderantemente de práticas, sem deixar de alcançar as

atividades teóricas. Ainda, é válido destacar a importância na definição dos conceitos e conhecimentos indispensáveis para que os docentes possam exercer o planejamento estratégico de compras correlacionado com o planejamento acadêmico. Identificou-se desse modo, quais fatores contribuem para a produtividade nas aulas práticas na integração com as aulas teóricas das disciplinas na formação do discente.

Importante destacar nessas considerações finais, a defesa na formação do professor EBTT, notadamente do que atua nesta Instituição Federal, que oferta dentre outras, a Educação Profissional. Necessário seu constante aprimoramento, não somente acerca dos aspectos teóricos do planejamento e das atividades da técnica, mas na forma de inserção dessas atividades práticas serem fomentadas pela criticidade e de promoção da transformação social, favorecendo mormente aqueles que vivem do trabalho, inserindo possibilidades de uma formação humana, integral e emancipadora. Torna-se necessário ainda o rompimento da ideia de formação centrada no atendimento das necessidades do capital, e, por meio do conhecimento técnico integrado ao propedêutico avançarmos na perspectiva da promoção de uma educação profissional que se relaciona não só com os aspectos da técnica, mas na promoção da formação integral dos estudantes nos contextos histórico, culturais, sociais e políticos.

Por fim, a terceira contribuição contemplou-se com o Produto Educacional, na medida em que se apresentou o produto gerado na pesquisa por meio da construção de um Guia de Planejamento de Compras, na qual foi aplicado, avaliado e validado pelos participantes da pesquisa no ambiente do IFMA *Campus* Caxias. Denota-se, pelos resultados deste estudo, a busca na unificação do conhecimento básico e a padronização de rotinas, sem, contudo, diminuir a flexibilidade e autonomia dos setores, estabelecendo estratégias para o auxílio das demandas, podendo servir ainda de parâmetro e embasamento para outros órgãos públicos que podem se valer do presente estudo, no intuito de melhorar seus processos e rotinas de compras e contratações públicas.

Com isso, espera-se que os resultados desta pesquisa proporcionem contribuição para a qualidade no atendimento da demanda dos produtos ou serviços, aumentando a produtividade e a qualidade nas aulas práticas, na perspectiva de promover condições materiais necessárias para garantia da formação integral do discente, resolvendo o risco de um planejamento que não alcança a utilidade necessária.

6.1 RECOMENDAÇÕES PARA PERSPECTIVAS FUTURAS

Faz-se importante salientar que os resultados desta pesquisa não resultam necessariamente no encerramento da discussão, pois apresentam oportunidades de futuras investigações e aplicações na utilização de outras abordagens de método, demonstrando que o adequado planejamento na confecção dos artefatos é fator determinante para a eficiência e eficácia nas aquisições, otimizando a gestão dos recursos públicos para melhor utilização. Em outras palavras, demonstra que ocorre influência nas decisões e ações relativas ao planejamento e sua execução nas atividades de ensino-aprendizagem na EPT.

Futuras pesquisas podem aplicar ainda o método apresentado de modo a investigar de forma mais aprofundada como ocorrem os procedimentos e as relações das atividades docentes no que concerne às suas práticas, identificando nessa análise, possíveis melhorias que proporcionem um processo mais eficiente, contribuindo para uma gestão mais adequada às necessidades da organização.

Por fim, considerando a aplicação da pesquisa se limitar ao âmbito interno do IFMA *Campus* Caxias e tendo em vista o caráter transversal do planejamento de compras dentro, não só dos Institutos Federais, mas de toda a Administração Pública, torna-se necessário aprofundar as reflexões e as pesquisas em busca de soluções e estratégias de enfrentamento que possam aperfeiçoar o planejamento e a gestão das compras governamentais, como por exemplo, reduzir o tempo gasto entre o pedido do demandante e a aquisição definitiva na instituição, estando o material, equipamento ou serviço disponível para imediata utilização conforme necessidade. E ainda, mitigar entraves burocráticos que dificultam a tramitação processual devido à excessiva e desnecessária concentração de atividades.

REFERÊNCIAS

AMORIM JUNIOR, Jorge Washington; SCHLINDWEIN, Vanderléia de L. Dal Castel; MATOS, Luís Alberto Lourenço de. O trabalho do professor EBTT: entre a exigência do capital e a possibilidade humana. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 3, p. 1217–1232, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11894>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ANTENOR, Samuel. **Comitês de Ética ajudam a regular pesquisas com seres humanos**: Mecanismo de controle social com base em princípios éticos busca garantir integridade e dignidade de pessoas participantes de estudos científicos no país. IPEA. Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/228-comites-de-etica-ajudam-a-regular-pesquisas-com-seres-humanos-no-brasil>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BARROS, Aldil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

BORGES, Lorena de Melo; WALTER, Fábio; SANTOS, Luciano Costa. Análise e Redesenho de Processos no Setor Público: Identificação de melhorias em um processo de compra. **HOLOS**, [S.l.], v. 1, p. 231-252, fev. 2016. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3734>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União de 27.2.1967. Brasília, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União de 22.6.1993, republicado

em 6.7.1994 e retificado em 6.7.1994. Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União de 23.12.1996. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2017**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União de 15.8.2018, Edição extra. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União de 17.7.2008, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 30.12.2008, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União de 1º.4.2021 - Edição extra-F. Brasília, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso: 01 jul. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Federal de educação, ciência e tecnologia do Maranhão. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023**, Anexo Vol. 1. São Luis, MA, 2019. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/novopdi/>. Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017**. Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-Atualizada>. Acesso: 01 jul. 2022.

CAMARGO, Flavio Werle de; SONZA, Andréa Poletto. As aquisições no IFRS: dificuldades enfrentadas pelos servidores iniciantes e o trabalho como princípio educativo, p. 174-186. In **Educação Profissional e Tecnológica: Práticas, organização e memórias**. Org. Michelle Camara Pizatto, Clarice Monteiro Escott, Rhuany Soares. Belo Horizonte-MG, 2021.

CAPES. **Documento da Área 46 de Ensino da CAPES**. 2019. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 32. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

CHAVES, Luiz Claudio de Azevedo. **A atividade de planejamento e análise de mercado nas contratações governamentais**: a atividade de planejar e pesquisar preços de mercado nas licitações públicas e justificativa de preço nas contratações diretas da Administração Pública. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 12 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

CIAVATTA, Maria. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

COELHO, Ana Tereza Ventura. **Licitações e Contratos**: a importância da fase interna do planejamento e dos princípios constitucionais da contratação pública e sua influência para melhoria e diminuição dos gastos públicos. São Paulo: Dialética, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP nº 11/2009**, aprovado em 30 de junho de 2009. Diário Oficial da União de 25/8/2009, Seção 1, Pág. 11.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprovar as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2022.

FARIAS, Marcella Sarah Filgueiras de; MENDONÇA, Andréa Pereira. **Concepções de produtos educacionais para um mestrado profissional** [E-book]. Manaus: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 2019. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/446295178/ebook-PRODUTO-EDUCACIONAL>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FERNANDES, André Lezan.; OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. Compras na Administração Pública: o Pregão Eletrônico como Instrumento de Eficiência diante das Modalidades da Lei nº 8.666/93. **Revista Controle** - Doutrina e Artigos, v. 13, n. 1, p. 262 283, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/31>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FERNANDES, Felipe; PENNA, Rodolfo. **Nova Lei de Licitações e Contratos para a Advocacia Pública**. São Paulo: JusPodivm, 2021.

FERNANDES, Silvia Renata; TOCAFUNDO, Ronan Daré. "As Compras Públicas como ferramenta estratégica aos objetivos dos Institutos Federais: o caso do Campus Ribeirão das Neves do IFMG. **Revista Gestão e Organizações**, v. 5. n.4, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/4527>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GATTI, Bernardete Angelina. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **Revista USP**, [S. l.], n. 100, p. 33-46, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i100p33-46. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/76164>. Acesso em: 26 jul. 2022.

GIARETTON, Francielly Lamboia; SZYMANSKI, Maria Lidia Sica. Atividade: conceito chave da práxis pedagógica. In: **XI Congresso Nacional de Educação EDUCARE**. p. 15446 – 15461. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7543_5188.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [2.Reimpr.]. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://dliportal.zbra.com.br/Login.aspx?key=IFMACaxias>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788597020991. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 18 out. 2022.

IFMA. **Resolução CONSUP nº 124, de 10 de dezembro de 2018**. Dispõe acerca do Regimento Interno dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas**: Lei 14.133/2021. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime da acumulação flexível. **Educação & Sociedade [online]**, v.38, n. 139. p.331 - 354, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177723>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KUENZER, Acacia Zeneida (org.). **Ensino Médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5ª ed. S. Paulo: Cortez, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo moderno**. 21. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

MELO, Savana Diniz Gomes. Trabalho docente na educação profissional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MENDES, Ronivaldo Ferreira; MARQUES, Welisson. Sentidos do ensino médio integrado: um estudo de caso no instituto federal do norte de Minas Gerais - IFNMG - Campus Almenara. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 45, p. 277-295, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6667>. Acesso em: 9 ago. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES Suely Ferreira (org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [S. l.], v. 2, p. 4–30, 2008. DOI: 10.15628/holos.2007.11. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 24 ago. 2022.

PALMEIRA, Alessandra Acioli; SANTOS, Juliane Costa de França; ANDRADE, Paula Danyelle Santana de. A Busca por uma Educação Profissional e Tecnológica além da formação para o Mercado de Trabalho. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 19, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10031>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. [E-book]. Natal: IFRN, 2010, 28 f. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: **Política de capacitação dos profissionais da educação**. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original: PALUMBO, Dennis J. Public Policy in América – Government in Action. 2. ed. Tradução: Adriana Farah. Harcourt Brace & Company, 1994.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores decursos técnicos. Formação Docente. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 9, n. 15, p. 79-94, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.31639/rbpf.v8i15.142>. Acesso em: 11 jan. 2022.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito administrativo**. 31. ed. rev. atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico, 2. ed. Novo Hamburgo: Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR Universidade Feevale, 2013. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. História e Política da Educação Profissional. **Coleção Formação Pedagógica**, Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014. Disponível em <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Hist%C3%B3ria-e-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

RIBEIRO FILHO, C. A. de S.; LEMOS, J. E. S. de; RIBEIRO, R. E. M.; MOURA, K. B. de; FONSECA, A. R. N.; MONTEIRO, L. F. S.. Compras públicas e planejamento: relação estratégica alicerçante da efetividade dos Institutos Federais de Ensino (IFE). **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4743>. Acesso em: 10 ago. 2022

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

ROCHA, Hallayne Nadal Borboza; MOCROSKY, Luciane Ferreira; PANOSSIAN, Maria Lucia. Atividade prática como componente curricular: leituras e interpretações da legislação. **Zetetike**, Campinas, v. 27, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8654720>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ROSILHO, André Janjácomo. **Qual é o modelo legal das licitações no Brasil?**: As reformas legislativas federais no sistema de contratações públicas. 2011. 214 f. Dissertação (Mestrado em direito) - Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

SACRISTÁN. José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Tradução de Hernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SANTOS, Juliane dos; JESUS, Lucas Antônio Feitosa de; ANDRADE, Luiz Gustavo da Silva Bispo; SILVA, Maria Silene da. Dualidade educacional e formação politécnica: aproximações ao debate teórico. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. e9355, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9355>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, L. B. dos; PEREIRA, Á. I. S.; RIBEIRO, F. A. A.; FERREIRA, L. M. de O.; MADEIRA, K. M. L. Percepções e Concepções dos Docentes da Rede Federal de Educação acerca da Educação Profissional e Tecnológica: Com a palavra os docentes do Curso Técnico Subsequente em Administração do Instituto Federal do Piauí – Campus Avançado Dirceu Arco Verde. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 18, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8674>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SARAI, Leandro; ZOCKUN, Carolina Zancaner. Título I: Disposições preliminares. In: SARAI, Leandro (org.) et al. **Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14133/21 Comentada por Advogados Públicos**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2021. p. 21-272.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, 2007, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234>. Acesso em: 01 nov. 2022

SIDI, Pilar de Moraes.; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara**, v. 12, n. 4, p. 1942-1954, out./dez. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v12.n4.out./dez.2017.9270>>. Acesso em: 26 jul. 2022

SILVA, Carla Leidiane Rodrigues.; PICANÇO, Damila Nunes Guidão. Ensino médio integrado: dificuldades e desafios da atuação docente no campus Santana/IFAP. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**. Manaus, v. 6, n. ed.especial, p. e117720, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1177>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SOARES, Aldo Rios et al. **O processo de compras e o desafio da etapa do planejamento: o caso da Universidade Federal Rural de Pernambuco**. Navus - Revista de Gestão e Tecnologia, [S.l.], v. 9, n. 4, p. 264-273, oct. 2019. ISSN 2237-4558. Disponível em: <<https://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/958>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; RODRIGUES, Iaponira da Silva. Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 621–638, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644682>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21–44, 2017. DOI: 10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 15 jan. 2022.

TORRES, Ronny Charles Lopes de. **Leis de licitações públicas comentadas**. 12. ed. rev., ampl., e atual. São Paulo: JusPodivm, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. **O que significa recursos de custeio e recursos de capital? | Transparência UFBA**. Disponível em: <https://transparencia.ufba.br/o-que-significa-recursos-de-custeio-e-recursos-de-capital>. Acesso em: 11 fev. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
(PROFEPT)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A. Proposta

Prezado participante,

Eu, GUILHERME ANDRADE LOPES, aluno do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), IFPI – Campus Parnaíba, estou convidando-o(a) para participar como voluntário de uma pesquisa de mestrado denominada: PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA: subsídios para o planejamento da atuação docente em suas práticas educativas no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Maranhão - Campus Caxias, cujos objetivos e justificativas são: descrever os conhecimentos necessários para o planejamento do professor EBTT das compras e contratações no IFMA Campus Caxias, utilizando-se dos instrumentos e ferramentas essenciais na aquisição dos materiais e serviços que auxiliem nas atividades das suas disciplinas (aulas) práticas, apresentando os arcabouços legais para que os docentes possam exercer o planejamento de compras e contratações e identificando quais fatores determinantes para um planejamento na formalização das demandas de compras que colaborem no desenvolvimento das aulas práticas com a finalidade de apontar os instrumentos necessários à instrução processual para a realização de compras no Instituto Federal do Maranhão - Campus Caxias.

O estudo está sob supervisão do Professor Doutor Jeferson Luís Marinho de Carvalho, docente do programa.

Antes de decidir se deseja responder/participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação em ambiente não presencial ou virtual você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção de anuência correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Para ter uma via deste TCLE você deverá imprimi-lo, ou deverá gerar uma via em Portable Document Format (PDF) para guardá-lo em seu computador. Você também poderá solicitar aos pesquisadores do estudo uma versão deste documento a qualquer momento por um dos e-mails registrados no final deste termo. Ressalta-se a importância para você guardar em seus arquivos uma cópia deste documento eletrônico.

Este estudo justifica-se pela observação das dificuldades no levantamento das demandas e nos pedidos de aquisição em relação aos procedimentos para realização das compras, bem como a tramitação morosa dos processos junto às instâncias administrativas, notadamente aos pedidos vinculados aos setores ligados ao ensino, considerando ainda as constantes mudanças na legislação que trata dos procedimentos e processos de compras e contratações acarretando o contínuo desenvolvimento e capacitação aligeirada dos servidores que atuam na área de planejamento, compra e contratação, tendo como pretensão o bom desempenho das atividades com a utilização dos materiais e serviços, buscando primordialmente a práxis pedagógica, capacitando continuamente os atores, quais sejam, servidores docentes do IFMA Campus Caxias, além de terceiros, que se utilizem destas ferramentas no desenvolvimento das atividades institucionais do campus, sejam educacionais, de pesquisa, de extensão ou administrativas.

Em relação ao estudo proposto, você tem a liberdade de se recusar a participar, e ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.

Em caso de dúvidas ou sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone dos pesquisadores do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

B. Procedimentos

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário online de forma eletrônica, via plataforma do Google Forms, que será acessado por meio de um link a ser enviado individualmente ao seu e-mail, WhatsApp ou Telegram, o que lhe for mais conveniente.

A sua participação nesta pesquisa deverá ter a duração estimada de 10 a 20 minutos, que se refere ao tempo médio necessário para responder ao questionário uma única vez. Não é obrigatório responder as perguntas. A precisão de suas respostas é determinante para a qualidade da pesquisa.

C. Riscos e desconfortos

Entende-se que a participação nesta pesquisa traz riscos aos envolvidos, como por exemplo: Aborrecimento; Alterações de comportamento; Cansaço físico e mental; Constrangimento; Desconforto físico; Estresse; Invasão de privacidade; Medo; Quebra de anonimato; Quebra de sigilo; Vergonha; Disponibilidade de tempo para responder ao instrumento; Exposição de dados do participante que possam resultar na sua identificação; Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado; Divulgação de dados confidenciais; Desconfortos e constrangimentos quando há falta de cuidado na elaboração do conteúdo e no modo de aplicação; Alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; Alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional etc. Desconforto e/ou danos físicos ou mentais como vertigem, visão alterada, espasmos musculares ou oculares, perda de consciência, desorientação, convulsão ou qualquer movimento involuntário ou convulsivo devido ao tempo de exposição na tela para responder aos questionários; inclusive no que se refere a contaminação pela COVID-19.

Para amenizar esses possíveis riscos, os pesquisadores adotarão, durante todas as fases da pesquisa as seguintes medidas de segurança: no questionário não serão identificados pelo nome para que seja mantido o anonimato; os participantes receberão esclarecimento prévio sobre a pesquisa; a pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento; leitura do TCLE; assistência médica, social e psicológica se necessária; individualidade e privacidade para responder o

questionário; garantia de sigilo; participação voluntária e consideração de situação de vulnerabilidade, quando houver. Haverá ainda as seguintes garantias: sigilo em relação às suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos; o acesso em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, uma abordagem humanizada, optando-se pela escuta atenta e pelo acolhimento do participante, obtenção de informações, apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa; às custas dos pesquisadores assistência médica, social e psicológica caso necessário; não identificação nominal no formulário nem no banco de dados, a fim de garantir o seu anonimato; respeito do anonimato e da possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio; confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; explicações necessárias para responder às questões; local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; retirada do seu consentimento prévio, ou simplesmente interrupção do autopreenchimento das respostas e não enviar o formulário, caso desista de participar da pesquisa; liberdade de se recusar a ingressar e participar do estudo, sem penalização alguma por parte dos pesquisadores; que a concordância ou não em participar da pesquisa em nada irá alterar sua condição e relação civil e social com a equipe de pesquisa e a Instituição de origem; abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças; promovendo a privacidade em ambiente tranquilo e seguro; zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual; que não haverá interferência dos pesquisadores nos procedimentos habituais do local de estudo ou na vida do participante; o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada; o acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento; apresentar um ambiente virtual visualmente confortável com padrões de fontes e cores que facilitem o acesso do participante.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466, de 12 de dezembro

de 2012 e Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde bem como a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e ao OFÍCIO CIRCULAR No 2/2021/CONEP/SECNS/MS.

Este questionário poderá tomar algum tempo para que sejam respondidas as perguntas. Para minimizar esses desconfortos, você tem garantido a liberdade de escolher o local e o horário para responder, ou não, às perguntas, sendo asseguradas a confidencialidade e a privacidade, a proteção à imagem e a não estigmatização, garantindo também, a não utilização das informações em prejuízo das pessoas envolvidas na pesquisa. Esse questionário será composto por perguntas simples de responder. Caso não se sinta à vontade, a qualquer momento poderá comunicar ao pesquisador a decisão de não mais participar, sem precisar justificar, assim como poderá pedir mais informações sobre o estudo sempre que achar necessário. A participação, ou não, nesta pesquisa não traz quaisquer implicações legais, e não acarreta nenhum prejuízo ou sanção.

D. Confidencialidade

Em conformidade com o previsto pelas normas brasileiras de pesquisas com a participação de seres humanos e de proteção de dados, seu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Os dados coletados serão armazenados separadamente em dispositivo de armazenamento de dados externo, tratados e utilizados, única e exclusivamente pelos pesquisadores, para fins desta pesquisa, em que os resultados poderão ser publicados.

O seu nome aparecerá apenas neste documento de consentimento e esclarecimento, que será elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas ao seu término, sendo uma guardada pelo(a) participante e a outra será guardada pelo pesquisador em um lugar separado de todos os outros materiais da pesquisa.

E. Custos e Benefícios

O participante não terá nenhuma compensação financeira, a receber ou a pagar, por sua participação neste estudo. A participação nesta pesquisa não originará nenhum benefício direto para o(a) participante.

Esta pesquisa científica se baseia na análise de grande número de amostras, sendo impossível estimar o benefício individual de cada participante incluído no estudo. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes e necessárias para beneficiar os participantes e demais servidores na melhoria do planejamento de compras de materiais e de contratações de serviços que auxiliem para tornar mais eficazes as aulas práticas das disciplinas do eixo específico, seja de campo ou laboratoriais que subsidiam as teorias das disciplinas propedêuticas no processo de aprendizagem.

Os pesquisadores assumem o compromisso de realizar uma apresentação sobre o tema pesquisado, em data e horário a ser acertado, quando da conclusão desta pesquisa. Além disso, os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização dos danos decorrentes desta pesquisa, inclusive a relacionada com a utilização de ferramentas eletrônicas sem custo para o seu uso ou já de propriedade do mesmo.

Ademais, caso tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, haverá ressarcimento na forma seguinte: em dinheiro, ou mediante depósito em conta corrente, conforme determina a lei.

F. Consentimento

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com os responsáveis por este estudo, sendo o pesquisador, Jeferson Luís Marinho de Carvalho, telefone: (86) 99822-5743, e-mail: jeferson@ifpi.edu.br e endereço localizado na Rodovia BR-402, Km 3, s/n Baixa do Aragão, Parnaíba - PI, com o pesquisador responsável pela pesquisa Guilherme Andrade Lopes, telefone: (99) 98807-5877, e-mail: guilhermelopes@ifma.edu.br, e endereço localizado na Rodovia MA 349, km 2, S/N Bairro: Gleba Buriti do Paraíso, Povoado Lamego, Zona Rural CEP 65.609-899, Caxias/MA e/ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com

Seres Humanos, localizado na Reitoria do Instituto Federal do Piauí Avenida Presidente Jânio Quadros, no 330, Santa Isabel, sala 3, CEP: 64053-390, Teresina-PI, Telefone: (86) 3131-1441. E-mail: cep@ifpi.edu.br Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Obs.: Não assine dando anuência esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, inscrito(a) sob o RG _____ CPF _____ matrícula _____, abaixo assinado de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Declaro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Ademais, afirmo que me foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura por extenso do(a) participante

Prof. Dr. Jeferson Luís Marinho de Carvalho

Responsável pela Pesquisa

Guilherme Andrade Lopes

Pesquisador

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DESTINADO AO PROFESSOR EBTT

Solicitamos sua colaboração para responder as perguntas deste questionário, relativa à dissertação de mestrado de Guilherme Andrade Lopes, mestrando pelo Instituto Federal do Piauí – *Campus Parnaíba*, que tem por objetivo orientar o professor EBTT na utilização adequada dos instrumentos e das ferramentas necessárias para aquisição dos materiais e serviços que auxiliem e proporcionem o apoio na elaboração das atividades realizadas nas disciplinas (aulas) práticas no Instituto Federal do Maranhão *Campus Caxias*.

A sua participação se dará por meio da avaliação dos itens desenvolvidos respondendo da seguinte forma:

Parte I - Leitura e concordância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Parte II - Responder ao Questionário

A pesquisa está sendo conduzida com finalidade estritamente acadêmica e os dados serão tratados com confidencialidade e anonimato.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal do Piauí (CEP/IFPI) sob o número do Parecer 5.370.768

Contamos com a sua colaboração para responder este questionário no preenchimento das questões a seguir, a fim de que possamos melhor atender as demandas e às suas necessidades.

PARTE I - Identificação do perfil dos respondentes

1. Qual o seu tipo de graduação? (permitida mais de uma)

- ☐ Bacharelado
- ☐ Licenciatura
- ☐ Tecnólogo
- ☐ Nenhuma das anteriores

2. Formação acadêmica (considerar a titulação mais alta):

- ☐ Ensino Superior
- ☐ Especialização lato sensu
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

3. Indique o tempo de trabalho no Instituto Federal do Maranhão Campus Caxias:

- ☐ Até 3 anos
- ☐ Entre 3 a 5 anos
- ☐ Entre 6 a 10 anos
- ☐ Acima de 10 anos

4. Você já trabalhava em algum órgão público antes de ingressar no Instituto Federal do Maranhão?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5. Qual é a sua CARGA HORÁRIA semanal atual de trabalho destinada às atividades de ensino? (aulas, preparação e elaboração de material didático).

6. Você ocupa algum cargo de chefia no Campus Caxias, como Cargo de Direção (CD), Função Gratificada (FG), ou Função Comissionada de Coordenação de Curso (FUC)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

7. Você já exerceu algum cargo de gestão no Campus Caxias, como Cargo de Direção (CD), Função Gratificada (FG), ou Função Comissionada de Coordenação de Curso (FUC)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

PARTE II – DADOS DA ATUAÇÃO

8. Você ministra aulas atualmente:

- ☐ nos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio
- ☐ nos cursos da Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação
- ☐ outro (para quem ministra aulas somente em cursos FIC)

9. Como você considera suas disciplinas atualmente ministradas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio conforme a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso.

- ☐ do Núcleo Básico (disciplinas gerais).
- ☐ do Núcleo Específico (disciplinas técnicas)
- ☐ Em ambos núcleos
- ☐ Não sabe dizer

10. Qual(is) disciplina(s) da Educação Profissional de Nível Médio você ministra atualmente no IFMA Campus Caxias?

11. Você considera suas disciplinas atualmente ministradas conforme a Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do curso de caráter preponderantemente de:

- ☐ conhecimento teórico, propedêutico
- ☐ conhecimento técnico, prático
- ☐ Não sabe dizer

12. Já foi necessário utilizar materiais ou equipamentos para suas disciplinas ministradas?

- ☐ Sim, totalmente. ☐ Sim, parcialmente ☐ Não ☐ não sabe dizer

13. Já teve dificuldade de ministrar disciplinas por falta (total ou parcial) de material ou serviço de apoio para as aulas?

- ☐ Sim, totalmente. ☐ Sim, parcialmente ☐ Não ☐ não sabe

14. Que tipo de material(is) você sentiu falta para ministrar de forma adequada suas disciplinas?

☐ material permanente (Ex. mobiliário, equipamentos de laboratório, computadores, projetores)

☐ material de consumo (Ex. papel, material de expediente, alimentos, insumos agrícolas)

☐ ambos os materiais

☐ nenhum

15. Considera que a falta de material ou serviço de apoio contribui negativamente na formação dos discentes e uma possível preparação inadequada para inserção destes no mundo de trabalho?

☐ Sim, totalmente. ☐ Sim, parcialmente ☐ Não ☐ não sabe dizer

16. Aponte quais suas estratégias, diante da insuficiência ou falta de materiais ou serviços, são realizadas para que as aulas práticas ocorram com qualidade previamente idealizada?

PARTE III – AVALIAÇÃO DO PLANEJAMENTO

17. Considera que a insuficiência ou falta de material ou de serviços pode ser resultante da falta de um planejamento integrado na programação das atividades acadêmicas anuais entre as coordenações dos cursos e os docentes demandantes das disciplinas específicas?

☐ Sim, totalmente. ☐ Sim, parcialmente ☐ Não ☐ não sabe

18. Você já requisitou algum pedido de compra de material ou contratação de serviços no IFMA Campus Caxias?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe dizer

19. Você já foi designado para compor alguma equipe para planejamento de compras e contratação no âmbito IFMA Campus Caxias?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe dizer

20. Indique seu grau de conhecimento dos seguintes instrumentos do processo de licitação:

Instrumentos	Não conheço	Conheço, mas não domino	Conheço e já utilizei
Documento de Formalização de Demanda			
Estudo Técnico Preliminar			
Mapa de Riscos			
Termo de Referência			
Projeto Básico			

21. Você tem conhecimento sobre as legislações que tratam de licitação?

☐ Sim, totalmente. ☐ Sim, parcialmente ☐ Não ☐ não sabe dizer

22. Qual o seu entendimento dos processos e fluxos de contratação (compra de materiais e contratação de serviços) no âmbito do IFMA Campus Caxias?

☐ Total conhecimento
☐ Conhecimento Parcial
☐ Nenhum conhecimento
☐ não sabe dizer

23. Você foi contemplado(a) com alguma formação (curso, treinamento ou capacitação) voltada sobre licitação, compras ou contratos?

☐ Sim, totalmente. ☐ Sim, parcialmente ☐ Não ☐ não sabe dizer

24. Com que frequência você mantém seu conhecimento atualizado em planejamento de compras ou contratos?

☐ Frequentemente (me informo ao menos uma vez na semana)
☐ Raramente (me informo ao menos uma vez no mês)
☐ Apenas para atender minha demanda específica
☐ Nunca

25. Você acredita que a existência de algum documento com orientações contendo as normas e procedimentos sobre o planejamento de compras facilitaria no atendimento das demandas de aquisição dos materiais e equipamentos para ministrar as aulas práticas?

() Sim, totalmente. () Sim, parcialmente () Não () não sabe dizer

PARTE IV – AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

26. Você acredita que possuir materiais e equipamentos adequados na Instituição favorecem no ensino e aprendizagem dos conteúdos das disciplinas de características de práticas?

() Sim, totalmente. () Sim, parcialmente () Não () não sabe dizer

27. Acredita que existe demora entre uma solicitação e chegada dos materiais para as aulas práticas?

() Sim, totalmente. () Sim, parcialmente () Não () não sabe dizer

28. Como você avalia a eficiência nos processos administrativos do Campus Caxias na área de compras e contratações? (instrução, atendimento, prazos)

1. Muito Fraca; 2. Fraca; 3. Razoável; 4. Boa; 5. Muito Boa

	1	2	3	4	5	
Muito Fraca	☐	☐	☐	☐	☐	Muito Boa

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DESTINADO AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO COM COORDENADORES DOS CURSOS TÉCNICOS, DIRETORES, CHEFES DE DEPARTAMENTOS E SERVIDORES LOCALIZADOS NA COORDENADORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

- 1 – Na sua opinião, de que forma as aulas práticas favorecem no ensino-aprendizagem do aluno na Educação Profissional Técnica de Nível Médio?
- 2 - Qual a importância das aulas práticas para o desenvolvimento do discente na preparação deste para o mundo do trabalho?
- 3 - De que forma a falta de articulação e integração entre o conhecimento teórico e o conhecimento da prática pode dificultar a absorção dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no mundo do trabalho?
- 4 – Para você, de que maneira a insuficiência ou falta de materiais de apoio apropriados gera impacto na realização de aulas práticas?
- 5 – De que forma você entende que possuir conhecimento apropriado do planejamento de compras e contratações pode contribuir no atendimento das demandas de materiais e serviços que auxiliem os docentes nas aulas práticas?
- 6 – De que maneira você acredita que o professor deva ser o responsável pelas solicitações (abertura do processo, preenchimento da formalização da demanda) de materiais e serviços de suporte para as suas aulas práticas? Caso não acredite que deva ser, quem na sua opinião seria o responsável?
- 7 - Para atuar como gestor (Coordenador de Curso, Coordenador de setor, Chefe de Departamento, Diretor) você passou por algum curso de formação, preparação, ou treinamento de planejamento de compras e contratação?
- 8 - Que características (conhecimentos, habilidade e atitudes) você considera essenciais a(o) servidor(a) para agregar valor ao planejamento para aquisição de materiais ou contratação de serviços?

9 - Quais são os principais desafios e dificuldades encontrados no planejamento como demandante de compras e contratações? (escolha APENAS TRÊS)

- ☐ Ausência de recursos orçamentário e financeiros na Instituição
- ☐ Baixa expectativa no atendimento do pedido
- ☐ Excesso de formalidades, documentos e trâmites administrativos
- ☐ Falta de apoio e orientação da equipe de gestão
- ☐ Falta de conhecimento da legislação
- ☐ Falta de conhecimento dos trâmites processuais
- ☐ Falta de meios tecnológicos na Instituição
- ☐ Volume de Trabalho
- ☐ Outros _____

10 – No seu entendimento que tipo de instrumentos otimizariam e reduziriam o percurso do planejamento de compras na sua instituição?

**APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DO PRODUTO EDUCACIONAL GUIA DE
PLANEJAMENTO DE COMPRAS DO IFMA CAMPUS CAXIAS**

Pesquisa de avaliação do produto educacional tendo como objetivo:

Avaliar o Guia de Planejamento de Compras do IFMA Campus Caxias em formato de ebook construído como requisito do Programa de Mestrado Profissional - PROFEPT

1 – O Guia apresentado, considerando a importância do planejamento de compras e contratações como parte das atividades do professor EBTT, pode ser considerado uma ferramenta orientadora na instrução dos processos?

() Sim () Não () Talvez

2 – Você considera que o Guia pode promover a sensibilização do servidor quanto a importância do planejamento de compras do IFMA Campus Caxias?

() Sim () Não () Talvez

3 – Você considera que as informações trazidas no Guia são relevantes e atente aos objetivos de um bom planejamento de compras?

() Sim () Não () Talvez

4 – Você acredita que este Guia pode contribuir para aumentar a eficácia dos processos de compras e contratações na instituição?

() Sim () Não () Talvez

5 – Quanto a apresentação do conteúdo do Produto Educacional, você considera?

() Ótimo () Muito Bom () Bom () Regular () Ruim

6 – Quanto a informação sobre os instrumentos de planejamento (Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência), você considera?

() Ótimo () Muito Bom () Bom () Regular () Ruim

7 – Quanto a formatação do documento apresentado (ebook):

() Ótimo () Muito Bom () Bom () Regular () Ruim

8 – Deixe seus comentários e suas sugestões para melhoria do Guia de Planejamento de Compras do IFMA Campus Caxias (opcional)